



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

MARIANE MENDES SEVERO

NEOLIBERALISMO E BOLSONARISMO: uma análise do governo Bolsonaro em tempos
de pandemia da Covid-19

JOÃO PESSOA - PB

2021

MARIANE MENDES SEVERO

NEOLIBERALISMO E BOLSONARISMO: uma análise do governo Bolsonaro em tempos de pandemia da Covid-19

Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Serviço Social.

Área de concentração: Serviço Social e Política Social

Linha de pesquisa: Serviço Social, trabalho e política social.

Orientador: Prof. Dr. Wécio Pinheiro Araújo

Coorientador: Prof. Dr. Jamerson Murillo Anunciação de Souza.

JOÃO PESSOA

2021

**Catálogo na publicação Seção de
Catálogo e Classificação**

S498n Severo, Mariane Mendes.

Neoliberalismo e bolsonarismo : uma análise do
governo Bolsonaro em tempos de pandemia da Covid-19 /
Mariane Mendes Severo. - João Pessoa, 2021.

145 f. : il.

Orientação: Wécio Pinheiro Araújo. Coorientação:
Jamerson Murillo Anunciação de Souza. Dissertação
(Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. Neoliberalismo. 2. Negacionismo. 3.
Bolsonarismo. 4. COVID-19. I. Araújo, Wécio Pinheiro.
II. Souza, Jamerson Murillo Anunciação de. III.
Título.

UFPB/BC

CDU 330.831.8(043)

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL DA ALUNA MARIANE MENDES SEVERO. Aos treze dias do mês de Dezembro de 2021 (13/12/2021), às 14:h00min, via **Google Meet**, reuniram-se os membros da Banca Examinadora composta pelos Professores Doutores **WÉCIO PINHEIRO ARAÚJO** (Orientador e Presidente da Banca), **LUCIANA BATISTA DE OLIVEIRA CANTALICE** (Examinadora Externa), **DANIELLE VIANA LUGO PEREIRA** (Examinadora Externa), **JAMERSON MURILLO ANUNCIAÇÃO DE SOUZA** (Examinador Externo), com o objetivo de proceder à argüição da aluna **MARIANE MENDES SEVERO** sobre sua Dissertação intitulada: **“NEOLIBERALISMO BOLSONARISMO: UMA ANÁLISE DO GOVERNO BOLSONAROEM TEMPOS DE PANDEMIA DA COVID-19”**, requisito parcial e conclusivo para obtenção do grau de Mestre em Serviço Social. Abrindo a sessão pública, o Prof. Dr. **WÉCIO PINHEIRO ARAÚJO** convidou os membros à comporem a Banca Examinadora. A seguir foi concedida a palavra a mestranda **MARIANE MENDES SEVERO**, para apresentar uma síntese de sua Dissertação em 30 (trinta) minutos. Concluída a exposição oral apresentada pela aluna e procedida à argüição pertinente ao trabalho final, a Banca Examinadora se reuniu para deliberar sobre o conceito a ser atribuído à Dissertação em exame. A presidente da Banca Examinadora o Prof. Dr. **WÉCIO PINHEIRO ARAÚJO** comunica à mestranda, à Banca e os presentes que por decisão unânime da Banca Examinadora da Dissertação em julgamento obteve o conceito **APROVADA**. Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, João Pessoa, 13 de dezembro de 2021.

BANCA EXAMINADORA


WÉCIO PINHEIRO ARAÚJO



**LUCIANA BATISTA DE OLIVEIRA
CANTALICE**
(Examinadora Externa)



DANIELLE VIANA LUGO PEREIRA
(Examinadora Externa)



**JAMERSON MURILLO ANUNCIAÇÃO DE
SOUZA**
(Examinador Externo)

AGRADECIMENTOS

Chegou o momento de tecer algumas palavras como gesto de gratidão e afeto aos que contribuíram para o que denominei de rede de apoio. A trajetória do mestrado não foi nada fácil, por vezes, o sonho se tornou angústia e vontade de desistir, mas muitos contribuíram para que eu não desistisse de mim, não desistisse de algo que almejei desde metade da minha graduação.

Me inseri no mestrado acadêmico no ano que a extrema direita venceu. Venceu as eleições para presidência da república, no senado e no Congresso. O resultado no meio acadêmico foi de cara, cortes nas bolsas que financiavam as pesquisas, e eu, fui contemplada no não financiamento. Para continuar, tive que enfrentar a realidade da classe trabalhadora brasileira e encarar o mercado de trabalho informal como meio de me manter na universidade.

Mesmo exausta psicologicamente e fisicamente devido ao contexto que enfrentamos (pandemia da Covid-19) e aos esforços feitos nas últimas semanas para dar conta dos prazos e trabalho, eu não poderia deixar de expressar meus agradecimentos a todos que contribuíram para que eu chegasse até aqui.

Primeiramente, a meu coorientador Jamerson Murilo, que desde o início acreditou na minha capacidade e não mediu esforços para prestar todo o suporte necessário durante esse tempo. Sem suas orientações, palavras de incentivo e compreensão acerca dos meus desafios pessoais, talvez, não estaria concluindo esta etapa tão importante. GRATIDÃO!

Aos meus pais que sempre estiveram ao meu lado me cercando de amor, atenção, compreensão e suporte emocional. Seu Barreto e dona Maria, essa vitória é NOSSA.

A Gilson, meu companheiro de vida e de sonhos, que todos os dias me incentiva, que acredita no meu sucesso e na minha capacidade de lutar por um lugar melhor na sociedade. Que não largou minha mão um segundo nesse tempo, serei grata pelo resto de minha vida.

Ao amor da minha vida, meu filho Gabriel, a quem eu não meço esforços para ser a melhor pessoa e exemplo. Que me apoia do jeitinho dele. Eu te amo meu filho e luto para que você cresça num mundo melhor.

As grandes amigas que a universidade me presenteou: Luana Oliveira, eu não sei o que seria dos meus dias sem você. Todo o apoio que me foi dado foi fundamental. Ficou comigo até as últimas horas de conclusão dessa etapa. A você toda gratidão do mundo; Marcelly, que mesmo de longe se fez perto, que sempre atendeu meus chamados e foi minha escuta quando precisava desabafar, uma irmã que a vida me deu e que eu sou imensamente grata por tudo; Kissia Wendy, foi uma enorme alegria a vida ter permitido nossa aproximação. Sou

extremamente grata por tudo que vivemos nessa caminhada e que ainda iremos viver, uma amizade para vida.

Iago Fernandes, ah meu amigo, eu não tenho nem palavras pela acolhida que me foi dada. Peça fundamental na minha vida, um amigo para todas as horas. Gratidão eterna!

As amigas Raysa, Franciny e Luana Antonino, que me arrancavam sorrisos nos momentos mais tensos, que dão leveza a vida. Gratidão por sempre se fazerem presentes.

As minhas queridas tias, Eliane e Jeane, que vibraram com minha aprovação e me deram suporte emocional e material na conclusão dessa etapa. Meu muito obrigada.

A professora Aline Machado, vice coordenadora do PPGSS, quem me deu todo suporte quando preciso e compreensão. Muito grata por ter uma coordenadora como você.

Ao professor Wécio Pinheiro, por ter aceitado ser meu orientador na reta final deste processo e contribuir com seu intelecto na minha pesquisa.

RESUMO

Esta dissertação tem como objeto de estudo o neoliberalismo nos moldes do governo Bolsonaro dentro do contexto de crise do novo coronavírus. A pandemia da COVID-19, teve início na China no fim de 2019, levando a economia a recessão e transformando as relações sociais ao redor do mundo. No Brasil, já existia um quadro de crise econômica e social e a chegada de uma crise sanitária as aprofundou ainda mais, visto que, nosso atual governo permanece buscando alternativas em um modelo político e econômico que já demonstrou intensas crises ao redor do mundo. A pesquisa, constitui-se de natureza documental e bibliográfica, tendo como fontes documentos oficiais que norteiam o governo, discursos e falas proclamados via canal abertos e mídias sociais, além bibliografias fundamentais para a compreensão da temática. Nossa abordagem é qualitativa a partir do método dialético, pois, vincula-se à categoria de totalidade histórica, movendo-se por meio de aproximações sucessivas ao objeto. O objetivo geral constitui-se em é analisar como a forma neoliberal que se alcançou no pós golpe de 2016 vem se apropriando da crise da COVID-19 para fortalecer seus principais dogmas. Nesse sentido, os objetivos específicos são: 1) avaliar as medidas tomadas pelo governo Bolsonaro na crise do COVID-19; 2) compreender de qual maneira esse projeto neoliberal se comporta na crise; 3) observar quais os impactos das medidas tomadas pelo governo frente o contexto da pandemia; 4) identificar o que a pandemia do novo coronavírus diz sobre a estrutura social e as relações internacionais do Brasil atual. O perspectiva de análise desse trabalho está alicerçada na ideia de que o golpe jurídico-institucional de 2016 foi o início de uma estratégia neoliberal de longo prazo. Pois, a partir da materialização do golpe, um projeto neoliberal de cunho ortodoxo foi implementado por Michel Temer (MDB) e permanece se intensificando com o atual governo. A análise dos dados permitiu enxergar que as narrativas negacionistas acerca da pandemia da COVID-19 têm dado base para o aprofundamento do projeto neoliberal do atual governo brasileiro.

Palavras-chave: Neoliberalismo; Negacionismo; Bolsonaro; COVID-19.

ABSTRACTO

Esta disertación tiene como objeto de estudio el neoliberalismo en los moldes del Gobierno de Bolsonaro en el contexto de la crisis del nuevo coronavirus. La pandemia de COVID-19 comenzó en China a fines de 2019, empujando a la economía a una recesión y transformando las relaciones sociales en todo el mundo. En Brasil, ya existía un marco de crisis económica y social y la llegada de una crisis de salud los profundizó aún más, ya que nuestro actual Gobierno sigue buscando alternativas en un modelo político y económico que ya ha mostrando intensas crisis en todo el mundo. La investigación es de carácter documental y bibliográfico, contando con documentos oficiales que orientan al Gobierno, discursos y discursos proclamados a través de canales abiertos y redes sociales, así como bibliografías fundamentales para entender el tema como fuentes, nuestro enfoque es cualitativo basado en el método dialéctico, ya que está vinculado a la categoría de totalidad histórica, moviéndose a través de sucesivas aproximaciones al objeto. El objeto general es analizar como la forma neoliberal que se logró tras el golpe de 2016 se ha ido apropiando de la crisis del COVID-19 para fortalecer sus principales dogmas. En este sentido, los objetivos específicos son: 1) evaluar las medidas tomadas por el Gobierno de Bolsonaro en la crisis del COVID-19; 2) entender como se comporta este proyecto neoliberal en la crisis; 3) observar los impactos de las medidas tomadas por el Gobierno en contexto de la pandemia; 4) identificar lo que dice la nueva pandemia de coronavirus sobre la estructura social y las relaciones Internacionales de Brasil en la actualidad. La perspectiva de este trabajo se basa en la idea de que el golpe jurídico- institucional de 2016 fue el inicio de una estrategia neoliberal de largo plazo. Tras la materialización del golpe, Michel Temer (MDB) implementó un proyecto neoliberal de carácter ortodoxo que sigue intensificándose con el actual Gobierno. El análisis de datos nos permitió ver que las narrativas negativas sobre la pandemia COVID-19 han sentado las bases para la profundización del proyecto neoliberal del actual Gobierno brasileño.

Palabras llave: Neoliberalismo; Negacionismo; Bolsonaro; COVID-19.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - "Se a tarifa não baixar, São Paulo vai parar"	50
Figura 2 - "Não é por centavos, é por direitos"	51
Figura 3 - Manifestando sendo fotografada ao lado de policiais.....	62
Figura 4 - "Intervenção militar já!"	63
Figura 5 - "Não somos de direita, somos brasileiros direitos!"	64
Figura 6_ Dilma e Lula na capa da revista veja	79
Figura 7- Bolsonaro em entrevista fala sobre o livro "aparelho sexual e cia"	85
49	
Figura 9 - Candidatos à presidência em 2018	88
Figura 10 - Características Neofacistas nas falas de Jair Bolsonaro.....	93
Figura 11 - Enquanto acontecia a votação do impeachment, Bolsonaro era batizado em Israel	94
Figura 12- Bolsonaro em discurso de posse na rampa do Planalto	97
Figura 13 - Henrique Mandetta, via Twitter.....	107
Figura 14 - Diário Oficial da União, 16 de Abril de 2020	108
Figura 15- Bolsonaro mostra uma caixa de hidroxycloquina para uma ema.....	109
Figura 16– Carreata contra a quarentena	113
Figura 17 - Alerta de fake news.....	115
Figura 18- Pastor Valdomiro Santiago e o feijão da cura	117
Figura 19- Bolsonaro sobre o comunismo	124

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – narrativa predominante nas categorias.....	132
---	-----

Sumário

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 OS PRESSUPOSTOS DO NEOLIBERALISMO.....	17
2.1 Breve contextualização histórica do neoliberalismo	17
2.2 O pensamento de Ludwig von Mises	24
2.3 Os pressupostos do neoliberalismo segundo Friedrich Von Hayek em “O caminho da servidão”	37
2.4 “Capitalismo e Liberdade”: o pensamento neoliberal sob a perspectiva de Milton Friedman	43
3 A CONSTRUÇÃO DO NOVO MOMENTO HISTÓRICO BRASILEIRO: DETERMINANTES PARA ASCENÇÃO DO BOLSONARISMO	48
3.1 “NÃO É SÓ POR 0,20 CENTAVOS”: junho de 2013 e o início de um novo momento histórico brasileiro	48
3.1.2 “MAIS BRASIL, MENOS PT”: a direita nas ruas	57
3.3 “TCHAU QUERIDA: o golpe jurídico-institucional de 2016	66
4 A NOVA DIREITA NO BRASIL E O FENÔMENO BOLSONARO	76
4.1 A ascensão da nova direita no Brasil: breves apontamentos	76
4.2 A chegada do “Messias”: aspectos do fenômeno Bolsonaro	82
4.3 Bolsonaro 2018: “tem que mudar tudo isso que tá aí, tá ok?”	87
4.4 “O compromisso de colocar o Brasil acima de tudo e Deus acima de todos”: o primeiro ano de governo	96
5 O GOVERNO BOLSONARO E A PANDEMIA DA COVID-19	101
5.1 A pandemia do novo coronavírus: apontamentos da sua chegada no Brasil e no mundo ..	101
5.2 Bolsonarismo em tempos de pandemia	104
5.3 A ofensiva das narrativas bolsonaristas: o “negacionismo governamental”	110
5.4 Olavo de Carvalho: a raiz do negacionismo de Bolsonaro	119
5.5 Neoliberalismo em tempos de pandemia: o governo Bolsonaro e a crise da COVID-19.	126
CONCLUSÃO	130
REFERÊNCIAS	137

INTRODUÇÃO

Esta dissertação apresenta uma análise-teórica crítica acerca da temática neoliberalismo e bolsonarismo. Tem como objeto de análise o neoliberalismo nos moldes do governo Bolsonaro dentro do contexto de crise do novo coronavírus. Caracteriza-se, como uma pesquisa documental com adensamento teórico.

No que concerne o método, vincula-se a abordagem dialética no qual se articula mediante a percepção materialista da história e a categoria da totalidade. A partir deste é possível investigar o objeto mediante aproximações sucessivas a realidade em seu movimento, analisando as partes em constante relação com a totalidade histórica, ou seja, através de seus aspectos fundamentais, suas estruturas, dinâmica e desenvolvimento.

Essa pesquisa busca contribuir para a compreensão crítica da atualidade brasileira que vem sendo conduzida política, social e economicamente sob os ditames do ideário neoliberal e do fenômeno que foi denominado de bolsonarismo.

A aproximação da temática e definição do objeto de pesquisa é parte de um processo de descobertas acadêmicas no decorrer do curso de graduação em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Mais precisamente, faltando dois anos para a conclusão, tive a oportunidade de ingressar no Grupo de Estudos e Pesquisa sobre o Conservadorismo – GEPECON – conduzido pelo professor Drº Jamerson Murillo. O ingresso permitiu ter a certeza de qual área/ temática eu iria aprofundar meus estudos diariamente.

Pouco tempo depois do meu ingresso no GEPECON comecei a pesquisa para meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e me debrucei acerca da temática neoliberalismo e Serviço Social, no qual procurei analisar os desafios para a materialização do Projeto Ético-Político da categoria no contexto do governo golpista Michel Temer (MDB).

No momento de elaboração do meu TCC já era possível perceber que novas determinações seriam colocadas na realidade brasileira, assim, sendo necessária maior atenção e reflexão. Portanto, posso dizer que a partir disto, deu-se o interesse em continuar estudando no mestrado acadêmico essa temática, que nos dias de hoje tem sido cada vez mais refletida de forma crítica na sociedade brasileira em suas diversas áreas de conhecimento.

No momento da pesquisa (TCC), o Brasil tinha acabado de sofrer um golpe jurídico-institucional que derrubou o governo da presidente Dilma Rousseff (PT). As bases desse golpe começaram a aparecer em junho de 2013, período marcado por uma série de manifestações contra o aumento da tarifa dos transportes públicos em São Paulo. Essas manifestações que

começaram com ações do Movimento Passo Livre (MPL) logo se ampliaram e se transformaram em multitudinárias atingindo todo o Brasil.

Ao passo que cresciam, tentativas de desviar o foco aconteciam por parte de grupos de direita que pretendiam mediante discurso antipetista inviabilizar em definitivo o Partido dos Trabalhadores (PT) como partido dirigente do poder executivo central do Brasil. É nesse recorte temporal que verificamos os primeiros sinais de uma virada rumo a extrema direita com traços protofascista e adepta do neoliberalismo em sua visão mais ortodoxa que ocorrerá no fim de 2018.

Os anos finais do mandato da presidente Dilma (PT) foram marcados pelo desaceleramento econômico, escândalos de corrupção e forte crise política. Nesse contexto, abriu-se margem para a tarefa de implantação de um governo pautado pelo

[...] liberalismo “puro”, militante, como contraponto à política petista da primeira década do século XXI. Ou seja, do fortalecimento do pensamento conservador, como forma de preparar ideologicamente a população para um processo mais intenso e explícito de retirada de direitos e arrocho salarial (SANTOS, 2018, p. 16-17).

Com a concretização do golpe uma enxurrada de medidas neoliberais radicais de caráter conservador e reacionário, no qual ameaçam o sistema protetivo garantido na Constituição Federal de 1988, (CASTILHO; LEMOS; GOMES, 2017) são colocadas em prática. Assim, executam-se [...] limitação dos gastos públicos em vinte anos; a desvinculação das pensões e aposentadorias das correções do salário-mínimo; o desmonte da CLT e a lei de regulamentação da terceirização irrestrita (CASTILHO; LEMOS; GOMES, 2017, p. 458).

O período pós golpe não ficou marcado apenas pelo aprofundamento do ideário neoliberal. No mesmo tempo, o ataque ideológico constituído no antipetismo jurídico e politicamente organizado, com a Operação Lava Jato na frente do combate por meio da *Lawfare* juntamente a mídia golpista, se fortaleceu (PINHEIRO, 2018).

Os discursos autoritários, machistas, homofóbicos, racistas, de exaltação da violência, de cunha moral e religioso tomam conta da dinâmica social. Todos esses elementos aparecem na figura de um cidadão cujo a promessa é manter o “Brasil acima de tudo” e que encarna a figura do dito “cidadão de bem”. A solução para o Brasil! Era melhor #JAIRSEACOSTUMANDO.

Esse fortalecimento levou o Messias a presidência. Em 2018, Jair Bolsonaro venceu a corrida presidencial e junto dele veio a ascensão do Partido Social Liberal (PSL) no Congresso.

A extrema direita venceu e marcava a estreia de um novo período histórico.

É a partir desse marco temporal – 2013 aos dias de hoje – que nosso objeto foi delimitado, pois observamos que este foi o ponto de partida das articulações dos grupos de direita em prol da retomada de poder. Nesse sentido, buscamos aferir a constituição do novo cenário político e econômico por meio dos principais fenômenos em destaque no Brasil a partir de junho de 2013, influenciados pelo avanço do conservadorismo e do aprofundamento do neoliberalismo como cartilha econômica e como racionalidade.

Trabalhamos com a perspectiva de análise que o golpe jurídico-institucional de 2016 foi o ponto de partida para o aprofundamento do neoliberalismo e imposição de sua cartilha econômica e racionalidade a longo prazo.

No decurso do início do mandato de Bolsonaro, o mundo é surpreendido por um novo vírus altamente contagioso e letal (SARS -CoV-2). Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declara um surto do novo coronavírus, que constitui uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional. Essa situação tem sido um dos maiores desafios sanitários em escala global. No cenário brasileiro já

Na metade do mês de abril, poucos meses depois do início da epidemia na China em fins de 2019, já haviam ocorrido mais de 2 milhões de casos e 120 mil mortes no mundo por COVID-19, e estão previstos ainda muitos casos e óbitos nos próximos meses. No Brasil, até então, tinham sido registrados cerca de 21 mil casos confirmados e 1.200 mortes pela COVID-19 (WERNWICK; CARVALHO, 2020, p. 01).¹

Diante desse contexto, caracterizado por uma crise aguda, as contradições e falácias do neoliberalismo que tanto se aprofundou nos últimos anos no Brasil ficaram escancaradas. Dito isto, o objetivo geral desta pesquisa é analisar como a forma neoliberal que se alcançou no pós golpe de 2016 vem se apropriando da crise da COVID-19 para fortalecer seus principais dogmas.

A partir dele, os objetivos específicos consistem em: 1) avaliar as medidas tomadas pelo governo Bolsonaro na crise do COVID-19; 2) compreender de qual maneira esse projeto neoliberal se comporta na crise; 3) observar quais os impactos das medidas tomadas pelo governo frente o contexto da pandemia; 4) identificar o que a pandemia do novo coronavírus diz sobre a estrutura social e as relações internacionais do Brasil atual.

Para o alcance dos nossos objetivos, optamos como procedimentos metodológicos, a pesquisa documental e bibliográfica, cujas fontes são primárias e secundárias. Por meio da

¹ Em novembro de 2021 o Brasil registra o total de 22.094.459 casos confirmados de COVID-19 e 614.681 óbitos confirmados. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em 30 Nov. 2021.

pesquisa documental foram analisados: Proposta de Plano de Governo, pronunciamentos oficiais, entrevistas e reportagens de jornais online. A bibliográfica, que consiste no levantamento e leitura de textos relacionados a temática, proporcionou encontrar os saberes relacionados ao estudo e afinar minhas perspectivas teóricas.

No levantamento bibliográfico elenquei autores clássicos sobre os fundamentos do neoliberalismo como: Ludwig von Mises, Friedrich von Hayek e Milton Friedman. Também contemplamos autores contemporâneos como: Wendy Brown, Pierre Dardot e Christian Laval. Sobre o debate do recorte temporal – 2013 aos dias atuais – contemplamos autores que vem se debruçado nesse momento histórico, como: Rosana Pinheiro Machado; Alysson Leandro Mascaro; Plínio Arruda Sampanho Jr, entre outros. Para além de bibliografias físicas, busquei artigos científicos e dissertações sobre o tema. As pesquisas foram feitas pelas seguintes plataformas digitais: Google acadêmico, Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações e Scielo.org. Utilizei as seguintes palavras-chave: neoliberalismo; bolsonarismo; extrema-direita; Olavo de Carvalho; pandemia; crise política, entre outras que englobam o objeto. As plataformas foram fundamentais no enriquecimento da minha pesquisa no que condiz a temporalidade do governo Bolsonaro. Por se tratar de um tema recente muitos livros estão disponíveis apenas para compra, o que dificulta o acesso quando se trata de uma pesquisadora vítima dos cortes na Capes. Sendo assim, artigos disponíveis nessas plataformas complementaram o referencial teórico da pesquisa nesse recorte. O levantamento bibliográfico permitiu explicitar os conceitos ou noções que são centrais para essa dissertação.

Como o intuito da pesquisa se baseia na descrição e explicação das particularidades dos fatos que cercam nosso objeto, adotamos a abordagem qualitativa, tendo em vista que se centra em “[...] uma abordagem sistemática, cujo objetivo principal é compreender as qualidades de um fenômeno específico, em um determinado contexto” (ILARI, 2007, p. 37 *apud* PENNA, 2015, p. 100).

A tarefa desta pesquisa de acordo com o método adotado, consiste em observar o objeto na sua manifestação fenomênica e na sua aparência, com o dever de fazer um estudo analítico de suas partes constitutivas, a fim de atingir sua estrutura determinante, sua dinâmica e contradições (PEREIRA, 2020).

O processo investigativo reflete a busca sistemática pela lógica da realidade do objeto. Nesse sentido, o conhecimento produzido a seu respeito engloba a atividade racional, pois a partir do processo reflexivo é o possível entender como o objeto se constrói de fato. Logo, “[...] o pesquisador irá, portanto, realizar uma recomposição crítica da totalidade do movimento do real no plano do ideal” (CHAGAS, s.d.; p.02 *apud* PEREIRA, 2019, 07).

A construção desta pesquisa se deu mediante análise de algumas categorias centrais no processo das relações humanas e sociais, como: ideologia; contradição; totalidade; historicidade; hegemonia.

Para além da tarefa metodológica, esta pesquisa busca entender a dinâmica de relações, além de uma aproximação teórica a essa ideologia que se expressa fortemente na atualidade a ponto de reordenar o funcionamento político das classes socialmente antagônicas do capital.

Ademais, como vítima dos cortes orquestrado por um governo pautado nesse ideário cruel, coloco-me no dever político de expor as falácias dessa perspectiva que promove o sucateamento das políticas públicas e molda nossa subjetividade em prol da economia de mercado.

Como já destacado, o Brasil perpassa um novo momento histórico que traz como reflexo da crise política a vitória da disputa presidencial de um candidato da extrema direita, que se destaca na massa brasileira através de discursos protofascistas e põe em execução políticas neoliberais ortodoxas.

Para compreender profundamente sobre o neoliberalismo e entender como chegamos até esse momento, a exposição teórica desta dissertação acontece em três capítulos centrais: Capítulo I: Os pressupostos do neoliberalismo; Capítulo II: A construção do novo momento histórico brasileiro: determinantes para a ascensão do bolsonarismo e Capítulo III: O governo Bolsonaro em tempos de pandemia.

Como já destacado, o Brasil perpassa um novo momento histórico que traz como reflexo da crise política a vitória da disputa presidencial de um candidato da extrema direita, que se destaca na massa brasileira através de discursos protofascistas e põe em execução políticas neoliberais ortodoxas.

O primeiro capítulo apresenta uma análise teórica crítica sobre do surgimento do neoliberalismo, busca-se nos três principais nomes que fundamentaram esse ideário compreender as motivações que os levaram a “reinventar” o liberalismo. Quais eram as condições sociais e econômicas que os fizeram pensar numa corrente de pensamento que age em nome da economia de mercado, demoniza o estatismo e sobretudo, uma corrente teórica que participa como tipo histórico, entre outros, das relações estratégicas que constituem o mundo social e que modelam as subjetividades dos indivíduos (LAVAL, 2020).

Para tanto, as principais obras utilizadas foram: “Liberalismo – segundo a tradição clássica” e “Mentalidade anticapitalista” de Ludwig Von Mises; “O caminho da Servidão” de Friedrich August von Hayek e “Capitalismo e Liberdade” de Milton Friedman; “A nova razão do mundo” de Pierre Dardot e Christian Laval; “Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da

política antidemocrática no ocidente” de Wendy Brown.

Nosso segundo capítulo abarca o debate da conjuntura brasileira contemporânea, o recorte temporal se passa a partir de junho de 2013 a 2018. Neste capítulo os esforços foram guiados na apreensão das particularidades existentes nas manifestações que começaram com um objetivo e desencadearam na formação da conjuntura política atual. Destacamos as principais motivações e a real intenção dos atores do Golpe jurídico-institucional de 2016. Ainda, salientamos os elementos ideológicos que contribuíram para ascensão e fortalecimento da extrema-direita e sua principal figura, Jair Messias Bolsonaro.

Para tal, foram utilizadas como principais referências as seguintes literaturas: revistas Margem Esquerda com os títulos, “O ódio como política”: a reinvenção das direitas no Brasil e “Bolsonaro” da Boitempo; também os seguintes livros: “O Brasil dobrou a direita: uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018” de Jairo Nicolau; “A eleição disruptiva: por que Bolsonaro venceu” de Juliano Coberllini e Maurício Moura, “A onda conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios” de Felipe Demier, “Amanhã vai ser maior: o que acontece com o Brasil e possíveis rotas de fuga para a crise atual” de Rosana Pinheiro Machado e “Bolsonaro: o mito e a sintonia” de Rubens R. R. Casara.

Por fim, o terceiro capítulo destina-se a análise do governo Bolsonaro, portanto o recorte temporal perpassa os anos 2019, 2020 e 2021 com foco nos dois últimos anos o qual enfrentamos a crise do novo coronavírus. Neste capítulo, o objetivo é analisar como tem sido a condução do governo Bolsonaro na pandemia. De que forma, o neoliberalismo tem se apresentado nas medidas adotadas por esse governo nestes três anos, mas principalmente em 2020 e 2021. Sabemos que além de cartilha econômica o neoliberalismo age moldando a subjetividade dos indivíduos, transformando-os conforme a lógica de mercado em empreendedores de si mesmo, mas, como é que isso é visto no dia a dia? Nesse sentido, por meio de análise das narrativas sobre a pandemia colocadas pelo atual governo mediante pronunciamento oficiais, entrevistas a jornais e publicações em mídias sociais, como também, por meio das medidas adotadas por ele, iremos responder neste capítulo a estas perguntas.

Neste capítulo, como também no capítulo II, resgatamos elementos destacados sobre os fundamentos do neoliberalismo abordados no capítulo I, a partir dessa metodologia foi possível identificar que a lógica neoliberal que pauta o governo Bolsonaro se baseia nas obras fundadoras desse ideário. Foi possível, mediante isto, identificar a inspiração para o Plano de Proposta de Governo, que não por coincidência é intitulado “O caminho da prosperidade”, título muito parecido com “O caminho da Servidão” de Friedrich Von Hayek.

Através da análise dos discursos e entrevistas de Jair Bolsonaro durante a pandemia verificamos que a lógica neoliberal tem sido colocada na sociedade por meio de discursos negacionista que servem de argumentos para manter a roda do mercado girando. Assim, o governo tem atuado, combinando concepções neoliberais e pautas reacionárias que se alimentam em negacionismo.

2 OS PRESSUPOSTOS DO NEOLIBERALISMO

Esse capítulo tem por objetivo destacar os traços constitutivos de um novo ideário político-econômico que ganhou destaque no cenário mundial sobretudo na segunda metade do século XX, o qual ficou conhecido como neoliberalismo. Nosso intuito é fazer entender os fatores que impulsionaram sua construção e o pensamento dos principais nomes que o desenvolveram. Dessa maneira, apresentaremos uma exposição sistemática que perpassará a contextualização histórica do neoliberalismo e seus principais aspectos, conforme o pensamento de Ludwig Von Mises, Friedrich Von Hayek e Milton Friedman.

Essa contextualização se faz necessária para entendê-lo não apenas em seus aspectos políticos e econômicos, mas, sobretudo, como uma racionalidade. Tal característica é capaz de moldar os sujeitos em sua subjetividade com a finalidade de “torná-los” governadores de suas ações e decisões sempre voltadas aos interesses econômicos, neutralizando ou mesmo banindo outras formas de pensamento político.

2.1 Breve contextualização histórica do neoliberalismo

O ideário político-econômico conhecido como neoliberalismo é em primeiro lugar, de acordo com Harvey (2014), uma teoria das práticas político-econômicas que preconiza o bem-estar humano a partir da liberalização das liberdades e capacidades empreendedoras individuais, no campo de uma estrutura institucional caracterizada pelo direito à propriedade privada, livre mercados e comércios.

Também entendido como um modo de ver o mundo, essa corrente de pensamento representa uma nova fase na evolução do capitalismo (DUMÉNIL; LÉVY, 2014). E, apesar de manter algumas características do liberalismo clássico, como o apego ao individualismo, a livre concorrência e a visão do Estado como um mal necessário, o neoliberalismo se distingue deste em diversos aspectos.

De acordo com Dardot e Laval (2016) existe uma laceração que reduz a unidade do liberalismo a um simples mito retroativo, a qual origina uma longa “crise do liberalismo” que vai dos anos 1880 aos anos 1930, e, conseqüentemente aos poucos, enxerga a necessidade de revisão dos dogmas em todos os países industrializados, onde os reformistas sociais ganhavam terreno. “Essa revisão [...] forma o contexto intelectual e político do nascimento do

neoliberalismo na primeira metade do século XX” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 38), período este, que o capital ingressa na era do monopólio.

É nessa conjuntura que a dinâmica do capital acaba por tornar obsoleto as traves-mestras do pensamento liberal (NETTO, 2007). E assim,

Os eixos teórico-culturais que suportaram a vontade política da burguesia revolucionária perdem qualquer vigência na efetividade social: o “livre mercado” (que, de fato, jamais fora plenamente livre) passou ao estatuto de retórica, posto que o movimento do capital na era monopólica demande um complexo de regulações excludente de toda a referência à velha *mão invisível* – donde um Estado necessariamente intervencionista que, remetendo a figura do “guarda-noturno ao reino da fábula, redefiniu largamente a relação público-privado, redimensionando a conexão política-economia. Igualmente, o *bem público* como implicação *automática* da perseguição individual de fins particulares esvaneceu-se completamente (NETTO, 2007, p. 74).

Isso implica dizer que o velho liberalismo tanto no âmbito econômico como no âmbito político estava ultrapassado e suas concepções vivenciavam divergências com a dinâmica própria à ordem do capital daquela época.

Apesar disso, modificar dogmas que o compõe como o direito natural, a liberdade de comércio, a propriedade privada e as virtudes do equilíbrio do mercado repercutiria numa fratura na máquina do progresso, além de romper o equilíbrio social.

Todavia, esses fatores não foram suficientes para evitar seu declínio, e, críticas a esse modelo tanto no plano doutrinal quanto no plano político emergiram. A utopia liberal do indivíduo empreendedor guiado por sentimentos morais acabou por ser demolida. Os limites do mercado passaram a ser reconhecidos pelas elites político-econômicas e a crise de 1929-1930, conhecida como a Grande Depressão², contribuiu veemente para a desconfiança de que os pressupostos liberais poderiam estar errados.

As reformas liberais de assistência aos pobres e a ajuda à promoção do livre-câmbio na Inglaterra foram também ponto crucial na contestação a esse modelo. Esses fatos acabaram por favorecer e estimular as reformas democráticas e sociais a favor da maioria e com isso uma mudança na perspectiva do Estado foi implantada, abrandando os princípios liberais e incorporando orientações social-democratas em uma nova conjuntura socioeconômica e de luta de classes. Esse é o momento em que o Estado passa a adquirir um caráter mais social, ou seja, um Estado mais intervencionista.

² Foi uma forte recessão econômica que atingiu o capitalismo internacional no fim da década de 1920. A mesma foi o marco da decadência do liberalismo econômico.

Essa realidade implicou mudanças no modo de produção capitalista e assim adaptações ideológicas³ surgiram. Posto isto, é nesse cenário que nasce as primeiras ideais de cunho neoliberal. Segundo Moraes (2001) os neoliberais buscavam de alguma forma implementar uma campanha antiabsolutista, baseando-se nesse sentido no velho liberalismo, apresentando um combate aos governos intervencionistas que imperavam naquela época.

Na visão dos neoliberais, os inimigos agora apresentavam uma nova roupagem, entretanto com as mesmas perversões

Um desses inimigos era o conjunto institucional composto pelo Estado de bem-estar social, pela planificação e pela intervenção estatal na economia, tudo isso identificado com a doutrina keynesiana. O outro inimigo era localizado nas modernas corporações - os sindicatos e centrais sindicais, que, nas democracias de massas do século XX, também foram paulatinamente integrados nesse conjunto institucional. (MORAES, 2001. p. 13).

À vista disso, uma resposta a esses inimigos e ao reformismo social cada vez mais pronunciado a partir do fim do século XIX se fez necessária. Logo, surgia a necessidade de formular um arsenal teórico que fosse capaz de frear as políticas redistributivas, assistenciais, planificadoras, reguladoras e protecionistas que avançavam ao passo que o velho liberalismo declinava.

À medida que este liberalismo ruía, ameaças a hegemonia institucional econômica começaram a surgir. De acordo com Merquior (2014), tais ameaças seriam o socialismo estatal, responsável por tentar pôr termo à anarquia de produções, e o fascismo, que era a tentativa de atrelar o capitalismo ao fascínio do nacionalismo ou do racismo.

Assentado nesses acontecimentos, surgem as primeiras munições teóricas que fundamentam argumentos contra a regulamentação excessiva da economia por parte do estado, traçando uma crítica feroz à utopia socialista do cálculo econômico que deixava o mercado de lado (MERQUIOR, 2014).

Tal crítica, constituiu o debate ocorrido no Colóquio *Walter Lippmann* sucedido em Paris por um período de cinco dias. E pode-se dizer, conforme Dardot e Laval (2016), que esse evento marcou o surgimento da corrente teórica que viria a ser chamada de neoliberalismo.

³ As mudanças ideológicas nessa conjuntura, pretendiam impedir o retorno às condições catastróficas que ameaçaram o poder capitalista na Grande Depressão. Dessa forma, a ideia de que o Estado deveria concentrar-se no pleno emprego, no crescimento econômico e no bem-estar de seus cidadãos foi posta em prática. “O Estado deveria ser livremente distribuído ao lado dos processos de mercado, para assim alcançar esses objetivos, sendo assim, políticas fiscais e monetárias em geral caracterizadas como “Keynesianas” foram implantadas para suavizar os ciclos de negócios e assegurar o nível de emprego razoavelmente pleno (HARVEY, 2014).

Os participantes deste colóquio: ordoliberais de Freiburg, a Escola Austríaca e de Chicago e representantes da *London School of Economics* e da *Manchester School* compartilhavam da mesma perspectiva no que condiz ao livre mercado e à negação do intervencionismo econômico e do planejamento estatal centralizado, porém, apresentavam opiniões divergentes sobre o papel legítimo do Estado, sobre as diretrizes e política econômica ou até mesmo sobre o fracasso da experiência do *laissez-faire* do século XIX.

Com semelhante objetivo, em 1947, *Friedrich August von Hayek*⁴, junto aos que compartilham de seus pensamentos funda a sociedade *Mont-Pèlerin*, na Suíça. Essa sociedade é tida como um prolongamento da iniciativa de 1938, ou seja, da iniciativa do Colóquio *Walter Lippmann* (DARDOT; LAVAL, 2016).

Os dois eventos tinham pontos em comum que foram importantes para a difusão do neoliberalismo. Conforme Dardot e Laval (2016) tais pontos seriam o cosmopolitismo⁵ e a importância que é dada ao trabalho intelectual de reformulação da doutrina⁶ para melhor propiciar sua vitória contra os princípios adversários.

Embora esses eventos fundantes apresentem pontos em comum, o neoliberalismo se desenvolve segundo várias linhas de força e apresentam dentre os seus pensadores algumas divergências. Contudo, o que importa em sua fundação é “[...] opor um *front* unido ao “intervencionismo de Estado” e a “escalada do coletivismo”. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 73) e esse *front* foi alcançado pela *Sociedade Mont-Pèlerin* que conseguiu reunir diferentes correntes neoliberais e deixar de lado as linhas divergentes, tais como haviam aparecido com tanta clareza no Colóquio *Walter Lippmann*.

Apesar da *Sociedade Mont-Pèlerin* ter alcançado sucesso nessa tarefa, a conjuntura a qual emergiu – 1940 – não se apresentava favorável ao trabalho realizado por ela. Naquela ocasião o capitalismo perpassava uma fase de crescimento e auge, mais conhecida como a idade de ouro do capitalismo⁷. Por consequência, a ideia de que não era possível a existência de ameaças advindas de qualquer mecanismo de regulação por parte do Estado se fortificou.

Somente com a chegada da crise do grande modelo econômico do pós-guerra, na década de 1970, ocasião em que todo o mundo capitalista avançado adentrou em uma caótica e longa recessão, combinando pela primeira vez taxas baixas de crescimento com altas taxas de

⁴ Conforme Dardot e Laval (2016) Hayek também integrou as reuniões do Colóquio *Walter Lippmann*.

⁵ Para entender o cosmopolitismo ver: “Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita” de Immanuel Kant.

⁶ Refere-se ao Liberalismo clássico.

⁷ Segundo Alves (1998) esse período se caracteriza pela internacionalização da produção industrial, expansão do comércio internacional e concentração acentuada do capital.

inflação, que o receituário neoliberal entra em cena como alternativa de solução a crise (PERRY ANDERSON, 1995).

De acordo com Hayek e os que compartilham de seu pensamento, as raízes dessa crise se encontrava no poder excessivo e nefasto dos sindicatos e, de uma forma geral, do movimento operário (PERRY ANDERSON, 1995). Esses sabotavam as bases da acumulação privada por intermédio das pressões reivindicativas acerca de salários e impeliavam o Estado a um crescimento parasitário, o que pressionava o aumento com gastos sociais e investimentos que não tinham expectativa de crescimento.

Isso causava a destruição dos níveis necessários de lucros das empresas e promoviam processos inflacionários que, de forma inevitável, desencadeariam em uma crise generalizada das economias de mercado. Sendo assim, a solução era evidente, tornava-se necessário

[...] manter um Estado forte, sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas. A estabilidade monetária deveria ser a meta suprema de qualquer governo. Para isso seria necessária uma disciplina orçamentária, com a contenção dos gastos com bem-estar, e a restauração da taxa “natural” de desemprego, ou seja, a criação de um exército de reserva de trabalho para quebrar os sindicatos. Ademais, reformas fiscais eram imprescindíveis, para incentivar os agentes econômicos. Em outras palavras, isso significava reduções de impostos sobre os rendimentos mais altos e sobre as rendas (PERRY ANDERSON, 1995, p. 02).

As primeiras experiências envolvendo essas medidas aconteceram em 1973 no Chile, com *Pinochet*⁸, e em 1976, na Argentina, com o general *Videla* e no ministério de *Martinez de Hoz*. Ambos os governos foram implantados mediante golpe militar e serviram como experiência-piloto para implantação dessa política nos países avançados do ocidente, que iniciaram com os governos de Margaret *Thatcher* (1979), na Inglaterra; *Ronald Reagan* (1980), nos EUA e *Helmut Kohl* (1982), na Alemanha.

No contexto da América Latina, Alves (1998) ressalta que nos anos 1980 o neoliberalismo já era aplicado de modo hegemônico em diversos países, no entanto no Brasil as políticas neoliberais só emergem em 1990, por intermédio do governo de Fernando Collor de Mello⁹.

⁸ Sobre esse período indo ver o documentário “A batalha do Chile” do cineasta Patricio Guzmán.

⁹ Candidato à presidência do Brasil em 1989, Collor de Mello ganhou destaque com o mesmo discurso que elegeu nosso atual presidente Jair Messias Bolsonaro (sem partido): contra a corrupção. O mesmo venceu uma disputa acirrada contra Luiz Inácio Lula da Silva, presidindo o país entre os anos de 1990 a 1992. Foi responsável pela implementação do pacote econômico que propôs: Congelamento de preços e aumento das taxas de juros; Cortes de despesas públicas, elevação de impostos e demissão de funcionários públicos; Privatizações de empresas estatais, como, por exemplo, as Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais; Facilitou a entrada de mercadorias estrangeiras, com a redução de impostos sobre mercadorias importadas; Dentre outras medidas mais polêmicas

À medida que esses governos se estabeleciam, o raciocínio neoliberal se fez presente não somente como ponto de vista econômico, mas também como ponto de vista ideológico, considerando que tal ideário combatia fortemente governos intervencionistas e de economia planificada¹⁰. Dardot e Laval (2016) apontam o momento de implantação do neoliberalismo como “a grande virada” e explicam que tal virada aconteceu não só pelo fato da crise capitalista existente naquele momento, mas também por uma luta ideológica.

Conforme os autores, esta luta foi uma estratégia eficaz de mudança de mentalidades, na qual as propostas que compõe o ideário neoliberal passaram a ser apresentadas de forma apologética. *Friedrich August von Hayek*, *Ludwig von Mises*¹¹, *George Joseph Stigler*¹² e *Milton Friedman*¹³ desenvolveram uma estratégia pautada nos meios de propagandas e na educação, e, através dela levaram sua tese à opinião pública por meio dos formadores de opinião.

O neoliberalismo resgata discursos conservadores ao afirmar a ineficácia do Estado. Dessa maneira, prega que o Estado burocrático acaba com virtudes da sociedade civil como honestidade, o sentido do trabalho bem-feito, o esforço pessoal, a civilidade, o patriotismo (DARDOT; LAVAL, 2016).

Na análise neomarxista¹⁴ o neoliberalismo é tido como um ataque oportunista dos capitalistas e seus políticos aos Estados adeptos do keynesianismo, da social-democracia e do socialismo de Estado. Um projeto global em que a soberania econômica do Estado-nação seria substituída pelas regras e acordos determinados pelas instituições supranacionais como a Organização Mundial do Comércio, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (WENDY BROWN, 2019).

Mas para além disso, Wendy Brown (2019) destaca a caracterização do neoliberalismo na visão de *Foucault*. Divergente da análise neomarxista, o neoliberalismo aqui, é tido como uma nova racionalidade política. Nessa perspectiva seu alcance e implicações ultrapassa a política econômica e o fortalecimento do capital. Nessa racionalidade “[...] os princípios de mercado se tornam princípios de governo aplicados pelo e no Estado, mas também que circulam

que afetaram, sobretudo, a classe média, como o bloqueio da retirada de depósitos bancários superiores ao valor de 50 mil cruzados novos. Disponível em: <https://www.infoescola.com/historia/governo-de-fernando-collor/>

¹⁰ Como governos socialistas e comunistas.

¹¹ Consultar <https://www.mises.org.br/Article.aspx?id=33>

¹² Sobre o autor consultar <http://ordemlivre.org/posts/biografia-george-j-stigler--6>

¹³ Ver https://www.ebiografia.com/milton_friedman/

¹⁴ Segundo José Adelino Maltez (2009), professor universitário e investigador de ciência política, o termo neomarxista refere-se àquele conjunto das correntes nascidas nos anos vinte do século XX, em torno das teses de Gyorgy Luckács* (1885-1972), Karl Korsch(1896-1961), Ernst Bloch (1885-1977), e Antonio Gramsci (1891-1937).

através de instituições e entidades em toda a sociedade – escolas, locais de trabalho, clínicas etc.” (p. 30-31).

Ainda em concordância com a autora, tais princípios “[...] tornam-se princípios de realidade que saturam e governam cada esfera da existência e reorientam o próprio *homo oeconomicus* [...]” (WENDY BROWN, 2019, p. 31), dessa forma transforma o sujeito da troca e da satisfação de necessidades em um sujeito da competição e do aperfeiçoamento do capital humano¹⁵.

Portanto, nesse sentido, a racionalidade neoliberal se inclina a estruturar e organizar não apenas as ações dos governantes, como também o próprio comportamento dos governados, além de generalizar a concorrência como regra de conduta e da empresa como protótipo de subjetivação (DARDOT; LAVAL, 2016).

O neoliberalismo preza demasiadamente pela concorrência generalizada e sem trégua. Nessa lógica, sua agenda é pautada pela necessidade da adaptação dos indivíduos e das instituições a uma ordem econômica profundamente variável. “A política neoliberal é requerida para favorecer a esse funcionamento, combatendo os privilégios, os monopólios e os rentistas. Ela visa a criar e preservar as condições de funcionamento do sistema concorrencial” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 90).

Essa característica exposta por Dardot e Laval (2016) é retirada da reflexão de Lippmann¹⁶ acerca de sua explicação sobre o neoliberalismo. Mas o que vale ser ressaltado é que a mesma prevalece nos escritos de Hayek, em especial em sua obra *O Caminho da Servidão* (1944).

A política neoliberal deve pôr em prática estratégias para a adaptação dos indivíduos, ela deve mudar o próprio homem. No sistema capitalista, em que a economia vive em constante movimento, os indivíduos devem ser objeto de políticas específicas de readaptação e modernização. Tais políticas devem ser fundadas objetivando e concretizando quando postas em execução uma mudança na própria maneira do indivíduo conceber sua vida e seu destino.

Desse modo, faz-se necessário uma política de educação das massas que “[...] prepare os homens para as funções econômicas especializadas que os aguardem e para o espírito do capitalismo a que devem aderir para viver [...]” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 92).

¹⁵ Termo utilizado por Wendy Brown (2019) que caracteriza uma certa mudança em relação ao marxismo anterior. O neomarxismo tem ênfase em três questões fundamentais da economia: o capitalismo monopolista; o subdesenvolvimento; e o intercâmbio desigual. Os principais autores dessa corrente é Paul Bran e Paul Sweezy, com a obra “O capitalismo Monopolista” de 1974.

¹⁶ Walter Lippmann foi um escritor, jornalista e comentarista político norte-americano que ficou famoso por ser um dos pioneiros a introduzir o conceito de Guerra Fria.

O neoliberalismo exige dos indivíduos que eles mudem de cargo e empresas sempre que o capitalismo impuser, que se adaptem a novas técnicas, que enfrentem a concorrência generalizada. O mesmo enquanto racionalidade atua refazendo o sujeito humano como elemento do capital, o transforma em membro de uma empresa como sendo ele mesmo uma empresa.

Ele busca

[...] emancipar os indivíduos das redes de regulamentação e intervenção estatais, ele envolve e vincula esses mesmos indivíduos em toda esfera e instituição neoliberalizada da qual participam. Apontando a conduta empreendedora em todos os lugares, ele constrange o sujeito a vestir-se à moda do capital em todos os lugares. Ao mesmo tempo, o sujeito, tomado como capital humano por empresas e macroeconomias, acaba por ficar inteiramente preso às necessidades, trajetórias e contingências dessas entidades e ordens. Enquanto o ideal liberal clássico de autonomia e liberdade individual é explorado pelo processo neoliberal de delegação do poder decisório, operacionalidade e responsabilidade aos indivíduos, esse mesmo ideal é esvaziado à medida que a desregulamentação elimina os diversos bens públicos e benefícios de seguridade social, desata os poderes do capital corporativo e financeiro, e dismantela aquela clássica solidariedade, própria do século XX, entre trabalhadores, consumidores e eleitores. O efeito combinado é a geração de indivíduos extremamente isolados e desprotegidos, em risco permanente de desenraizamento e de privação dos meios vitais básicos, completamente vulneráveis às vicissitudes do capital. (WENDY BROWN, 2018, p. 07-08).

Diante do exposto, compreende-se que o neoliberalismo não só é um ideário que visa o desmantelamento do Estado social por vias de privatizações, delegações de suas tarefas ou eliminação inteira de tudo que condiz e resta de bem-estar social, ele transborda o significado de ideologia e um tipo de economia. O neoliberalismo, é também, nas palavras de Dardot e Laval (2016) “um sistema normativo que ampliou sua influência ao mundo inteiro, estendendo a lógica do capital a todas as relações sociais e a todas as esferas de vida” (p. 7).

2.2 O pensamento de Ludwig von Mises

Considerado um dos pais do neoliberalismo e um dos pensadores mais importantes da Escola Austríaca, *Ludwig Von Mises* começa a produzir seus escritos a partir da década de 1920. Sua obra é influenciada pela emergência de repensar o liberalismo, que naquele instante passava por uma crise.

Mises produz seus escritos em um contexto de avanço e triunfo do capitalismo imperialista, na era dos monopólios. Evidencia-se, portanto, que seus escritos são realizados em um período já avançado da burguesia como classe dominante, no qual sua produção cultural e

teórica é construída objetivando justificar ideologicamente e politicamente a sociedade instituída no modo de produção capitalista.

A exposição do neoliberalismo baseado nos ideais deste autor será assentada principalmente em uma de suas obras mais importante intitulada “*Liberalismo: segundo a tradição clássica*” (2010). Tal obra sintetiza seu método, bem como, o seu ideário econômico e suas proposições políticas.

A primeira versão deste clássico é de 1927 e constitui uma obra de fundamental importância para os neoliberais, pois nela, Mises faz uma apologia da ideologia liberal propondo a reconstrução e renovação do liberalismo (AUGUSTO, 2016). Ou ainda como ressaltado por Spadaro (2010) no preâmbulo do livro

Trata-se simplesmente, de um livro sobre a sociedade livre; sobre o que se poderia chamar, hoje em dia, de “implicações de política econômica” para uma sociedade como essa, na condução de seus negócios internos e externos; e muito especialmente sobre alguns dos obstáculos e problemas, reais ou imaginários, que se antepõem ao curso da implantação e da manutenção dessa forma de organização social (SPADARO, 2010, p. 11).

Ademais, a obra considerada por muitos como uma espécie de manifesto em defesa da retomada do liberalismo, apresenta dentre seus argumentos críticas ao socialismo e ao intervencionismo.

Em seus escritos, Mises resgata elementos do liberalismo clássico como a defesa da liberdade individual, da propriedade privada, do livre comércio e da paz, no entanto, deixa de lado conceitos fundamentais das exposições liberais clássicas, como por exemplo, os direitos naturais.

O foco principal de sua obra é a necessidade de uma cooperação social de larga escala. O autor argumenta que essa cooperação social constituída por cadeias de produção que geram um aprimoramento do padrão de vida de todos, só pode ser criada mediante um sistema econômico alicerçado na propriedade privada. Para ele a “[...] ação cooperada, na base do princípio da divisão do trabalho, traz a vantagem da maior produtividade” (MISES, 2010, p. 49).

Ao defender esse ideal, a crítica ao sistema de cooperação baseado na propriedade comunal dos meios de produção passa a ser desenvolvida. Dessa maneira, aponta que por ser um sistema abrangente no qual compreende todos os meios de produção, o mesmo reduz de forma drástica a produtividade, assim se torna falho e acaba por causar a diminuição da riqueza.

Esse forte ataque ao sistema de cooperação baseado na propriedade comunal dos meios de produção, ou seja, aos governos de economia planificada e intervencionista acaba por evidenciar o caráter ideológico do neoliberalismo formulado por Mises. Nessa perspectiva o neoliberalismo é definido como uma ideologia inteiramente voltada para a conduta dos homens numa sociedade real (MISES, 2010).

Todavia, seu conceito de ideologia

[...] não é a representação de interesses materiais, não é a expressão no mundo das ideias de conflitos existentes na sociedade, mas sim a construção teórica de grupos de intelectuais. No seu pensamento, a grande diferença entre o liberalismo e outras ideologias é que aquele é o único que não parte de interesses de grupos específicos, mas sim da compreensão científica da sociedade (MISES, 2016, p.47).

Portanto, ele vai dizer que

A ideologia política do liberalismo originou-se de um sistema de ideias fundamentais que foram, inicialmente, desenvolvidas como teoria científica, sem qualquer significação política. Ao contrário dela, os direitos e privilégios especiais, almejados pelos partidos antiliberais, materializavam-se, desde o início, nas instituições sociais existentes. Era em justificação desses privilégios que se buscava, subsequentemente, elaborar uma ideologia, uma tarefa geralmente tratada como questão de menor importância, da qual se poderia desincumbir, facilmente, com algumas poucas palavras (MISES, 2010, p. 172).

Isso implica dizer que as demais ideologias existentes, seja para justificar as sociedades pré-capitalistas, seja em uma ótica de superação do capitalismo, têm como ponto de partida a defesa dos interesses de determinados grupos específicos. Já o liberalismo detém de uma neutralidade no que diz respeito a essas disputas, sendo assim, torna-se uma ideologia que busca o melhor desenvolvimento da sociedade.

Nessa perspectiva, na visão de Mises (2010) e em sua historicidade, o liberalismo foi o primeiro movimento político que visou o bem-estar de todos e não de qualquer grupo especial. A partir dessa linha de raciocínio é traçado por ele argumentos que desqualificam as ideologias antiliberais. É o momento de construção de um arsenal teórico que busca inviabilizar e transformar qualquer coisa que vá contra os ideais liberais.

Dentre os argumentos que compõem este arsenal teórico, vale ressaltar o fato de Mises (2010) associar os que compartilham das ideologias antiliberais ao sofrimento de problemas psicológicos. Seguido desse pensamento, o neoliberal declara: a raiz da oposição ao liberalismo não “[...] se origina da razão, mas de uma atitude mental patológica – isto é, do ressentimento

e de uma condição neurastênica que poderia chamar de “complexo de Fourier” ¹⁷[...]” (MISES, 2010, p. 43).

Dentro dessa lógica, o autor considera qualquer ideologia antiliberal irracional. Para ele a racionalidade é algo que faz parte apenas da corrente liberal. Assim, o economista austríaco defende que apenas a corrente econômica liberal pode ser tratada como ciência.

Entretanto, ao analisar a fundamentação teórica de Mises na obra em questão, percebe-se o mesmo como um bom representante do que Lukács denominou de decadência ideológica da burguesia. E dessa forma, o irracionalismo característico dessa decadência, aparece diversas vezes em sua obra, contradizendo seu argumento sobre a racionalidade existente em sua corrente de pensamento.

O liberalismo formulado por Mises, conforme aponta Augusto (2016) se volta para a conservação do presente e para o bloqueio de qualquer perspectiva emancipatória. Caracteriza-se como uma ideologia reacionária na qual cria obstáculos para a realização de possibilidades emancipatórias. “A economia Política, agora transformada em Economia como “catalática” se transforma no principal núcleo do liberalismo decadente e de combate ideológico ao socialismo.” (AUGUSTO, 2016, p. 02).

Demonstra-se, sobretudo, na teoria de Mises, a evasão da realidade, elemento fundamental e característico da decadência ideológica da burguesia destacado por Lukács (2010). Isto é, em sua fundamentação teórica fica evidente a predominância da vocação apologética de negação das contradições da vida real, que exerce papel fundamental na tarefa da burguesia de assegurar seu poder material e espiritual.

Como observado por Marx (2017), o que procede na esfera do pensamento social mediante a decadência ideológica da burguesia e que está nítido na fundamentação teórica de Mises é o fato de não interessar

[...] mais saber se este ou aquele teorema era verdadeiro, mas se, para o capital, ele era útil ou prejudicial, cômodo ou incômodo, se contrariava ou não as ordens policiais. O lugar da investigação desinteressada foi ocupado pelos espadachins a soldo, e a má consciência e as más intenções da apologética substituíram a investigação científica imparcial (MARX, 2017, p. 86).

Outro ponto crucial no liberalismo de Mises e que nos remete às características da decadência ideológica¹⁸ de Lukács (2010) é o abandono por completo da historicidade. Embora

¹⁷ Termo criado por Mises que se referi a um transtorno psíquico no qual o indivíduo afetado se ver submetido a defender de forma extrema a pobreza geral.

¹⁸ Para aprofundamento sobre a temática ver: “Marx e o problema da decadência ideológica” de Gyorgy Lukács.

o liberalismo clássico tratasse categorias econômicas de forma ahistórica, a perspectiva de Mises vai além disso e deságua no abandono do método de análise que viabilizou aos liberais clássicos grandes descobertas. Essas divergências são perceptíveis, pois, o autor buscava no momento de construção de sua teoria uma renovação do liberalismo. Em suas palavras ele ressalta

Ademais, nem mesmo é suficiente, hoje, forma-se uma ideia do liberalismo, com base nos escritos de seus grandes fundadores. O liberalismo não é uma doutrina completa nem um dogma imutável. Pelo contrário, é a aplicação dos ensinamentos da ciência à vida social do homem. [...] a doutrina do liberalismo é diferente hoje do que foi a sua época, muito embora seus princípios fundamentais tenham permanecido inalteráveis. Durante muito tempo ninguém tomou para si a tarefa de apresentar uma exposição concisa do significado essencial dessa doutrina. Isto pode justificar nosso presente esforço em fornecer justamente este trabalho. (MISES, 2010, p. 35).

Estreitamente ligada ao abandono da historicidade, destaca-se a imediatividade. Como explica Augusto (2016) esse elemento se detém a “[...] substituição da explicação das causalidades dos fenômenos cotidiano da economia capitalista por sua descrição e ordenação.” (AUGUSTO, 2016, p. 04).

O abandono da historicidade e a imediatividade por sua vez se associam à elaboração de ideologias formalistas. Como bem salientado por Augusto (2016) esse formalismo acontece “[...] quando o pensar permanece fixo na universalidade das ideias (HEGEL, 1995 p. 53). Uma ideologia formalista é aquela que se atém aos elementos universais e subsumindo a particularidade ao universal.” (AUGUSTO, 2016, p. 04). É aquela que substitui a investigação das reais conexões causais na vida social por análises formalistas e por vazios raciocínios análogos (LUKÁCS, 2010).

Baseando-se nessa percepção o novo liberalismo formulado por Mises, enquadra-se no formalismo abstrato que conforme argumenta Augusto (2016) carrega como consequência uma restrição da capacidade explanatória de uma teoria. Assim sendo, “somente aquilo que pode ser formulado de modo universal e supostamente aplicado em todos os casos é passível de explicação” (AUGUSTO, 2016, p. 4-5).

As observações feitas até o momento, dentre outras que ainda serão destacadas, evidenciam que a reconstrução do liberalismo feita por Mises promoveram uma versão rasa do liberalismo clássico. É a criação de uma teoria vazia de criticidade voltada para o ataque a ideologias que visam a superação do sistema capitalista.

Como já ressaltado, sua proposta era exatamente de renovar o liberalismo. Portanto, dentro dessa perspectiva ele considera que o novo liberalismo suplantou o velho liberalismo, e essa nova versão consiste em uma compreensão melhor e mais profunda das interrelações, dado que, elas podem se beneficiar dos avanços da ciência nas últimas décadas (MISES, 2010).

Ao construir sua teoria, Mises (2010) argumenta ser o liberalismo o sistema que melhor satisfaz as necessidades humanas materiais, dessa forma não se refere às necessidades interiores, espirituais e metafísicas. Como bem salienta Clemente (2017), Mises era um utilitarista e tinha como base a utilidade, definida como o grande princípio da felicidade, visto que, afirma que uma ação está certa na proporção em que propicia a felicidade e errada ao passo que promove seu oposto (MILL, 2007 *apud* CLEMENTE, 2017).

Esse entendimento compõe um dos argumentos que fomentam a defesa de que Mises faz do livre-mercado. O autor, partindo de sua análise praxeológica¹⁹ compreende o livre-mercado como uma forma de organização social que conduz à melhoria da vida dos seres humanos, portanto, levado pela lógica de seu raciocínio científico só uma sociedade regida pelo livre-mercado constitui o caminho para a paz e a harmonia nacionais e internacionais e consequentemente à melhoria de vida da sociedade. (MISES, 2010, p. 31).

Para além desse entendimento, Mises (2010) afirma que é na sociedade regida pelo livre-mercado que os seres humanos gozam de total liberdade. Essa ideia de total liberdade exerce papel fundamental em seu pensamento e só é possível ser alcançada se for derivada da liberdade econômica.

Sendo assim, ele argumenta em defesa de seu pensamento que em um sistema desprovido de mercado no qual o governo é responsável por regular tudo, ou seja, onde o Estado é intervencionista, todas as outras liberdades - liberdades de expressão, de pensamento, de imprensa, de culto, de encarceramento sem julgamento – são ilusórias, mesmo que postas em forma de lei e inscritas na constituição (MISES, 2010).

Partindo de tal argumentação, fica em evidência que o autor é defensor de um Estado não intervencionista designando para o mesmo apenas o papel de manutenção da estabilidade da economia, zelando pelo bom funcionamento do mercado, assim, criando mecanismos que garanta a ordem, elaborando leis de proteção à propriedade privada, leis de proteção à liberdade de expressão, a manutenção dos cárceres e a defesa das fronteiras (MISES, 2010).

¹⁹ Termo derivado da palavra praxeologia (práxis = ação; logia= ciência) que se refere a ciência da ação humana. Mises sistematizou a praxeologia e realizou o feito de inferir todas as categorias da ação sobre os bens econômicos, o economista acreditava que as verdadeiras leis econômicas derivavam dessa simples sentença.

Em poucas palavras para Mises a função principal do Estado em uma sociedade capitalista é garantir a liberdade de mercado e a propriedade privada, cabendo ao Estado atuar contra tudo e contra todos que vá contra a “sagrada propriedade privada”.

O economista austríaco entende que a propriedade privada é o elemento principal no qual se baseia o modelo de sociedade que ele defende. Em sua visão, ela é o elemento responsável por diferenciar o liberalismo das ideologias antiliberais, mais propriamente do socialismo.

Dentro dessa lógica Mises (2010) declara

O que distingue uma doutrina social da outra não é o objetivo final da felicidade humana universal, à qual todos visam, mas o modo pelo qual procuram atingi-lo. O elemento característico do liberalismo é que ele propõe alcançá-la por meio da propriedade privada dos meios de produção (MISES, 2010, p. 207).

O autor segue e enfatiza que

[...] o programa do liberalismo, se pudermos condensá-lo em uma única palavra, se resumiria no termo “propriedade”, isto é, a propriedade privada dos meios de produção (pois, no que se refere às mercadorias prontas para o consumo, a propriedade privada é um fato, e isto não é questionado pelos socialistas e comunistas). Todas as outras exigências do liberalismo resultam deste requisito fundamental (MISES, 2010, p. 50).

O neoliberal crer ser mediante a propriedade privada que o liberalismo atinge seu objetivo. Dessa forma ele indica que tal objetivo se destina a buscar

[...] o desenvolvimento pacífico e imperturbável do bem-estar material para todos, com a finalidade de, a partir disso, protegê-los das causas externas de dor e sofrimento, na medida em que isso esteja ao alcance das instituições sociais. Diminuir o sofrimento, aumentar a felicidade: eis seu propósito (MISES, 2010, p. 201).

A essa busca incessante por este propósito Mises (2010) aponta que tanto a política liberal interna quanto a externa visa tal objetivo, tendo como componente basilar a cooperação humana. Assim sendo, ele ressalta que ambas têm em vista

[...] à cooperação pacífica tanto entre nações quanto dentro de cada nação. (...). Toda política e todo o programa do liberalismo destinam-se ao serviço da manutenção do estado de cooperação mútua entre os membros da raça humana, estendendo a mesma, além disso. O ideal último, divisado pelo liberalismo, é a perfeita cooperação de toda humanidade, que ocorrerá pacificamente sem atritos. O pensamento liberal tem sempre toda a humanidade em vista e não apenas parte dela. Não se detém a grupos limitados; não vai até os limites da vila, da província, da nação ou do continente. Seu pensamento é cosmopolita e ecumênico; abarca todos os homens do mundo (MISES, 2010, p. 125).

Entretanto, no pensamento marxista é possível ter uma compreensão distinta e crítica desse argumento. Com o processo de transição da sociedade feudal para a sociedade capitalista, na qual emerge a doutrina do liberalismo clássico, Marx (2008) aponta que tal sistema não favoreceu a todos e sim colocou em evidência novas classes em condição de opressão e novas formas de luta no lugar das antigas, e isto, permanece na renovação do liberalismo elaborada por Mises.

O próprio Mises (2010) coloca em evidência as contradições do fundamento que aponta o liberalismo como um sistema que visa o bem-estar de todos e que não se detém a grupos limitados. Ora, o autor designa em seus escritos a defesa da desigualdade existente na sociedade. Aponta a mesma como necessária e critica qualquer sistema que prega a distribuição igualitária da renda. Nesse sentido ele assinala que a desigualdade tem papel fundamental por estimular a que todos produzam o máximo que possam, ou seja, ela contribui de forma primordial na sociedade regida pelo livre-mercado.

E para, além disso, Mises (2010) atribui a desigualdade da distribuição de renda outra função, que em seu ponto de vista é de suma importância, tal função corresponde a tornar possível o luxo dos ricos. Dessa forma, ele coloca como equivocada a ideia de que o sistema que propicia o luxo seja injusto e constrói sua defesa em torno dessa afirmação.

Portanto, o mesmo vai alegar que o consumo de bens de luxo exerce uma função importante no sistema de cooperação social e atribui a ele um significado social histórico. Nesse sentido, o luxo significa um modo de vida que se coloca em contraste com o da grande massa de seus contemporâneos. Para o autor as coisas que são consideradas luxo são apenas por determinado período e logo se tornam algo essencial para a vida dos indivíduos. (MISES, 2010). Assim ele declara

O luxo de hoje é a necessidade de amanhã. Cada avanço, primeiro, surge como um luxo de poucos ricos, para, daí a pouco, tornar-se uma necessidade por todos julgada indispensável. O consumo de luxo dá à indústria o estímulo para descobrir e introduzir novas coisas. É um dos fatores dinâmicos da nossa economia. A ele devemos as progressivas inovações, por meio das quais o padrão de vida de todos os estratos da população se tem gradativamente (MISES, 2010, p. 61).

Cumpre deixar evidente, a defesa que o economista austríaco faz do capitalismo. Em suas obras é possível perceber a continua defesa do capitalismo como único meio de organização social possível, baseado na divisão do trabalho.

Em sua obra intitulada “*A mentalidade anticapitalista*” o autor considera como característica fundamental do capitalismo a produção em massa de mercadoria destinada ao consumo do povo. Para ele esse sistema resulta na tendência de “[...] uma contínua melhoria no padrão médio de vida e o enriquecimento progressivo de muitos. O capitalismo *desproletariza* o “homem comum” e o eleva à posição de “burguês” (MISES, 2013, p. 29).

Nesse sentido, o economista argumenta que em uma sociedade capitalista “[...] todo indivíduo sabe que o fruto de seu trabalho está à disposição de seu próprio desfrute, que sua renda aumenta ou diminui, de acordo com a produção maior ou menor do seu trabalho” (MISES, 2010, p. 93-94).

Partindo dessa defesa, o neoliberal traça seu argumento sobre a impraticabilidade do socialismo. O mesmo o concebe como uma doutrina que despreza a pluralidade das sociedades, além de proibir algo fundamental no pensamento neoliberal: a liberdade. Dessa forma, ao pregar a inviabilidade da liberdade econômica, o socialismo nega e impede que os indivíduos tenham a liberdade de escolher o próprio modo de se integrar ao conjunto da sociedade (MISES, 2009).

Além de que

Em uma sociedade socialista, todo indivíduo pensa que depende menos da eficiência de seu próprio trabalho, uma vez que lhe é atribuída, de qualquer modo, uma quantidade fixa do produto total, e essa quantidade não pode ser diminuída de maneira considerável, pela perda resultante da indolência de qualquer dos homens (MISES, 2010, p. 94).

Portanto, nesses moldes, Mises (2010) afirma que a produtividade do trabalho sucumbiria uma vez que nesse tipo de sociedade os salários não são determinados pelo produto do trabalho.

Ao defender o sistema capitalista, o autor atribui qualquer tipo de intervenção no mercado de trabalho como uma afronta a propriedade privada. Mediante esta argumentação, Mises (2010) considera a defesa desta como a maior obrigação moral da sociedade e afirma

Tudo o que sirva para preservar a ordem social e moral; tudo o que venha em detrimento dela é imoral. Do mesmo modo, quando concluímos que uma instituição é benéfica a sociedade, ninguém pode objetar que a considere imoral. É possível haver divergência de opinião entre considerar-se socialmente benéfica ou prejudicial uma determinada instituição. Mas, uma vez julgada benéfica, ninguém pode mais argumentar que, por alguma razão inexplicável, deva ser considerada imoral (MISES, 2010, p. 62).

Vale salientar que no pensamento do austríaco o capitalismo do século XIX foi condição primordial para garantir a liberdade dos indivíduos. O mesmo afirma que antes do capitalismo

moderno existir o status social de um homem permanecia inalterado, este não tinha a liberdade e o direito de mudar sua posição social. “Se nascesse pobre, pobre seria para sempre” (MISES, 2009, p. 13).

Com o advento do capitalismo foi possível a produção em massa de artigos o qual não atendia só a camadas privilegiadas, mas a toda população. Portanto, para Mises (2009) não só em seu surgimento, mas também em toda a sua história o capitalismo representa a produção em massa para satisfazer às necessidades das massas.

Assim sendo, é a partir dessa característica que na sociedade capitalista os consumidores assumem o papel de soberano, passando então a dispor do poder de controlar a sociedade. Para o economista austríaco

Este é o princípio fundamental do capitalismo tal como existe hoje em todos os países onde há um sistema de produção em massa extremamente desenvolvido: as empresas de grande porte, alvo dos mais fanáticos ataques desfechados pelos pretensos esquerdistas, produzem quase exclusivamente para suprir a carência das massas (MISES, 2009, p. 15).

Dentro dessa lógica, a narrativa miseana acaba por tratar os conflitos de interesses entre as classes como inexistentes. E vai além disso afirmando que não existem classes sociais e sim sujeitos que vivem em cooperação social, mas que buscam de forma individualista alcançar o aumento de seus próprios rendimentos. Isso implica dizer que suas ações estabelecem no capitalismo a melhor forma de organização social, isto é, aquela baseada na concorrência e em busca da maior produtividade.

A esta busca por uma melhoria de seus rendimentos o autor justifica

[...] há no homem, na medida em que seja um ser pensante, um desejo inerente de melhoria de suas condições materiais. Este impulso não pode ser erradicado; é a força de motivação de toda a ação humana. [...] É verdade que todo esse esforço e toda essa luta para aumentar o padrão de vida não tornam os homens mais felizes. Não obstante, está na natureza do homem lutar, constantemente, para a melhoria de sua condição material (MISES, 2010, p. 198).

Logo, essa busca incansável por uma melhoria das condições materiais é entendida como característica basilar da natureza humana e sendo o capitalismo um sistema que proporciona o aumento da produção, favorecendo assim tal característica, acaba por se tornar na visão do neoliberal a melhor forma de organização social. Nesse sentido, qualquer ataque aos que se contrapõe a esse sistema é moralmente e logicamente justificado, como também qualquer consequência procedente está justificada.

Nos ideais de Mises a carência e a miséria existente nas sociedades se dão pelo fato da suposta não efetivação do liberalismo. Conforme o autor tal ideologia busca exatamente abolir a carência e a miséria e considera que seus meios sejam os únicos apropriados para a consecução deste fim (MISES, 2010, p.40).

Assim, o mesmo aponta que a existência de tais fatores não constitui um argumento contra o liberalismo, mesmo que tal ideologia fosse implementada em sua totalidade, fato que não acontece, pois o funcionamento da propriedade privada, pilar fundamental do liberalismo vive constantemente sendo refreado e obstado em todo lugar por políticos antiliberais (MISES, 2010).

Um ponto crucial a ser ressaltado no neoliberalismo miseano é o significado de democracia para o autor. Em seus argumentos a mesma exerce um papel essencial para o desenvolvimento do livre mercado e da sociedade. Assim, ao afirmar que o progresso econômico duradouro exige um curso pacífico dos negócios, Mises (2010a) atribui à democracia o meio para este fim. Desta forma ele afirma

A democracia, portanto, não é uma instituição revolucionária. Ao contrário, é precisamente o modo de evitar revoluções e guerras civis, porque possibilita o ajustamento pacífico do governo à vontade da maioria. Quando os homens no poder e suas políticas, desagradam à maioria, na primeira eleição são substituídos por outros que defendem outras políticas (MISES, 2010a, p. 190).

Sendo assim

[...] não é necessária uma guerra civil para colocar, no governo, quem deseja governar segundo a maioria. Por meio de eleições e acordos parlamentares, processa-se a mudança de governo de modo suave e sem fricções, sem violência e sem derramamento de sangue (MISES, 2010, p. 69).

A partir dessas afirmações fica claro que na argumentação neoliberal de Mises a democracia cumpre um papel estreito, servindo apenas para alcançar determinado fim. Cumpre, portanto, o papel de uma ideologia que abarca apenas o domínio das relações sociais que se referem à constituição do estado (MISES, 2010).

Conforme versado anteriormente, no pensamento do neoliberal a propriedade privada dos meios de produção é o fator primordial para a existência da sociedade e da civilização, e, portanto, qualquer forma de defesa é válida para sua proteção. Para este fim, a suspensão temporária da democracia é algo válido no pensamento miseano e defendido que impera até que a maioria esteja convencida da manutenção da ordem da propriedade privada dos meios de produção (AUGUSTO, 2016).

A partir deste ponto, Mises (2010) vai defender uma certa afinidade entre o fascismo e o liberalismo. Em seus escritos ele afirma que os fascistas “[...] não puderam desvencilhar-se de modo tão cabal como os bolcheviques, russos, de qualquer consideração por noções e ideias liberais e por tradicionais preceitos éticos[...]” (MISES, 2010, p. 74).

De acordo com o neoliberal o traço ditatorial do fascismo é justificável e com o decorrer do tempo seria abandonado devido a sua afinidade com o liberalismo. Nesse sentido, Mises (2010) pontua

Foi apenas pela impressão recente, deixada pelos assassinatos e atrocidades perpetrados pelos adeptos dos soviéticos, que os alemães e italianos foram capazes de bloquear a lembrança das tradicionais restrições da justiça e da moralidade e de encontrar incentivo para represálias sangrentas. As ações dos fascistas e de outros partidos que lhe correspondiam eram reações emocionais, evocadas pela indignação com as ações perpetradas pelos bolcheviques e comunistas. Ao passar o primeiro acesso de ódio, a política por eles adotada toma um curso mais moderado e, provavelmente, será ainda mais moderado com o passar do tempo (MISES, 2010, p. 75).

Em vista dessa afirmação, percebe-se que o traço ditatorial do fascismo nos ideais de Mises emerge apenas como um mecanismo emergencial e que dispõe de princípios liberais. Portanto, o economista austríaco aponta que liberalismo e fascismo se assemelham por serem vistos como instrumentos utilizados para a manutenção da ordem e da propriedade privada (MISES, 2010).

Por fim, mas de suma importância para entender as perspectivas e propostas políticas de Mises, é importante destacar seu entendimento sobre cooperação social à qual ele atribui cinco diferentes sistemas de organizar a cooperação entre os indivíduos, sendo eles:

[...] o sistema da propriedade privada dos meios de produção, que, em sua forma desenvolvida, chamamos de capitalismo; o sistema de propriedade privada dos meios de produção, com periódicos confiscos das riquezas e sua consequente redistribuição; o sistema sindicalista; o sistema de propriedade pública dos meios de produção, conhecido como socialismo ou comunismo; e, finalmente, o sistema intervencionista (MISES, 2010, p. 85).

Entretanto ele ressalta sobre o sistema de redistribuição periódica da sociedade, assim como o sistema sindicalista que seus defensores não são levados a sério e por essa razão não são colocados em questão em sua teoria. Para ele apenas o socialismo, o intervencionismo e o capitalismo são causas preocupantes (MISES, 2010).

Sendo assim, Mises apresenta sua definição sobre socialismo/comunismo. Portanto, indica que ambos se caracterizam por ser uma

[...] organização da sociedade em que a propriedade privada – o poder de dispor de todos os meios de produção – é conferida à sociedade, isto é, ao estado, na qualidade de aparelho social de compulsão e coerção. Para uma sociedade, considerada socialista, não tem importância se o dividendo social é distribuído igualmente ou de acordo com algum outro princípio. Nem mesmo tem grande significação, se o socialismo se origina de uma transferência formal da propriedade de todos os meios de produção para o estado – o aparelho social de compulsão e coerção – ou se os proprietários particulares mantenham em seu nome suas propriedades e o socialismo consistir no fato de que todos esses “proprietários” sejam obrigados a empregar os meios de produção, em suas mãos, unicamente segundo as instruções emanadas do estado. Se o governo decide o quê e o como deve ser produzido, para quem deve ser vendido e a que “preços”, a propriedade privada existirá apenas no nome. Na realidade, toda propriedade estará socializada, uma vez que a mola mestra da atividade econômica não mais será a busca do lucro por parte dos empresários e capitalistas, mas a necessidade de cumprir uma tarefa imposta e a de obedecer a comandos (MISES, 2010, p. 87).

A partir desse conceito um forte combate a teorias econômicas que prezavam pelo intervencionismo do Estado, predominantes na sua época é lançado, servindo como instrumento de defesa do neoliberalismo e contribuindo para a demonização dessas teorias.

No que se refere ao intervencionismo, o austríaco também apresenta sua definição. Declara que este é uma terceira saída, um sistema no qual caminhará entre a propriedade privada dos meios de produção e a propriedade comunal dos meios de produção. Dessa forma, um sistema em que

Será permitida a existência da propriedade privada, mas serão regulados, dirigidos e controlados por decretos e proibições autoritários os modos pelos quais os meios de produção serão empregados pelos empresários, capitalistas e donos de terra. Desse modo, forma-se a imagem conceptual de um mercado regulado, de um capitalismo circunscrito por regras autoritárias de propriedade privadas, podada de suas características acessórias, alegadamente danosas, pela intervenção das autoridades (MISES, 2010, p. 99).

A sua compreensão sobre o intervencionismo defende que o mesmo assim como o socialismo é um sistema impraticável, pois desemboca na regulação e fixação dos preços dos bens e serviços, o que interfere, portanto, no livre mercado e resulta no controle deste por parte do Estado (MISES, 2010).

Por conseguinte, Mises (2010) assinala que sua ineficácia não é algo apenas de sua mente, mas que foi comprovada pela economia. Dessa forma, aponta que o intervencionismo jamais alcançou suas finalidades e defende

[...] é um erro supor-se que, além do socialismo (a propriedade comunal) e do capitalismo (propriedade privada), haja ainda um terceiro sistema de organização da cooperação social que seja concebível e funcional, a saber, o intervencionismo. As tentativas de colocar em prática o intervencionismo levam, necessariamente, a uma situação contrária às intenções de seus autores, os quais se encontram, então, em face da alternativa de abster-se de todos os atos de intervenção, e, portanto, de deixar a propriedade privada entregue a si mesmo, ou substituí-la pelo socialismo (MISES, 2010, p. 192).

Em suma, conclui-se diante da exposição, que teoria neoliberal de Mises procura eliminar quaisquer perspectivas e formas de Estado que não vão de encontro às suas. Sendo, portanto, nos ideais neoliberal miseano o capitalismo e o livre mercado a única forma de cooperação social viável.

2.3 Os pressupostos do neoliberalismo segundo Friedrich Von Hayek em “O caminho da servidão”

Discípulo de Von Mises, *Friedrich August von Hayek* nasceu em 1899, em Viena capital da Áustria e faleceu em 1992. Parafraseando Jesús Huerta de Soto, contemporâneo da Escola Austríaca, Hayek é considerado uma das figuras mais importantes do século XX. Filósofo multidisciplinar, grande pensador liberal e Prêmio Nobel da Economia em 1974, o austríaco elaborou “[...] uma amplíssima obra que tem atualmente uma grande influência nos mais variados âmbitos, não só econômicos, mas também filosóficos e políticos” (SOTO, 2010, p. 107).

Como bem ressalta Ganém (2012) a vida de Hayek perpassou o século XX, o qual é considerado um século rico em debates polarizados, em confrontos teóricos, políticos e ideológicos. Estes reflexos da guerra da experiência do socialismo real e do Holocausto²⁰.

A crítica elaborada pelo austríaco parte de uma perspectiva ultraliberal e tem como ponto central o ataque ao socialismo como projeto social e a construção teórica central como uma ordem espontânea (GANÉM, 2012). Podemos dizer que este foi o seu compromisso intelectual durante toda sua vida.

Ao longo dos anos dedicados à construção de um arcabouço teórico crítico contra o socialismo e a planificação econômica, Hayek, reuniu inúmeros adeptos na Inglaterra durante

²⁰ Genocídio de judeus cometido pelo governo nazista da Alemanha durante a Segunda Guerra Mundial. Indicação de leitura: “Holocausto – das origens do povo judeu ao genocídio nazista” de Voltaire Schlilling.

as décadas de 1930 e 1940. O precursor do neoliberalismo se contrapôs à interferência do Estado nas questões econômicas e tratou de evocar ideias de uma tradição individualista que naquele momento havia sido deixada de lado.

Esta seção será destinada a apresentar o neoliberalismo conforme os ideais de Hayek. Para isso, faremos a exposição com base na sua obra mais conhecida intitulada “*O caminho da Servidão*”. Tal obra, responsável por retratar as bases da teoria neoliberal foi publicada a primeira vez em 1944 e anos depois redeu a Hayek o prêmio Nobel de Economia (1974).

A obra foi escrita na Inglaterra durante a guerra e destinava-se quase exclusivamente ao público inglês. “Na verdade, dirigia-se sobretudo a uma classe muito especial de leitores britânicos. Não foi de modo algum por zombaria que eu dediquei aos socialistas de todos os partidos” (HAYEK, 2010, p. 11).

Cumprе salientar que um dos principais objetivos no trabalho de Hayek era denunciar os perigos que os movimentos políticos totalitários expressavam para o liberalismo, além de dedicar a referida obra a tese de que os coletivismos (nazismo, socialismo, fascismo) dispõem de uma matriz comum, sendo essa matriz a planificação econômica e a intervenção estatal sobre a economia.

Para entender as ideias de Hayek é fundamental compreender que para ele os valores econômicos não estão em segundo plano na vida dos indivíduos. O austríaco entende que os valores econômicos são responsáveis por garantir que os indivíduos decidam livremente sobre a aplicação de seus poucos bens, assim como dos fins para os quais estes bens serão destinados (HAYEK, 2010).

Nesse sentido, Hayek (2010) aponta que retirar do indivíduo tal controle e transferi-lo ao Estado caracterizaria um ataque a própria liberdade, o que resultaria na transferência do domínio de quase toda a vida do homem à coletividade, permitindo que o Estado dirigisse não só toda a atividade econômica, mas também aspectos de nossa existência que englobam questões inferiores.

Sendo assim o austríaco afirma

O controle econômico não é apenas o controle de um setor da vida humana, distinto dos demais. É o controle dos meios que contribuirão para a realização de todos os nossos fins. Pois quem detém o controle exclusivo dos meios também determinará a que fins nos dedicaremos, a que valores atribuiremos maior ou menor importância – em suma, determinará aquilo em que os homens deverão crer e por cuja obtenção deverão esforçar-se. Planejamento central significa que o problema econômico será resolvido pela comunidade e não pelo indivíduo; isso, porém, implica que caberá à comunidade, ou melhor, aos seus representantes, decidir sobre a importância relativa das diferentes necessidades (HAYEK, 2010, p. 104).

Esta afirmação implica dizer que ao controlar, planificar e centralizar a economia, o Estado passaria a dominar não só uma das esferas da vida dos indivíduos, mas quase a totalidade de suas vidas. “Não existiria praticamente nenhum aspecto desta – desde as necessidades primárias até as relações de família e de amizade, da natureza do nosso trabalho até o uso que fazemos de lazer [...]” (HAYEK, 2010, p. 104) que o planejador/Estado não teria controle.

Assim como em Mises, o princípio da liberdade exerce papel importante no pensamento hayekiano. O economista austríaco acredita que a liberdade está vinculada a todas as esferas da vida dos indivíduos e que só em uma sociedade constituída numa ordem espontânea essa liberdade é efetivada em sua totalidade.

Atrelada a ideia de ordem espontânea, destaca-se no pensamento do autor o conceito de sociedade livre. Para ele, está resulta de ações não planejadas assentadas no estado de direito e na economia de mercado. No pensamento hayekiano é só mediante o estabelecimento de uma sociedade livre que se prospera o bem-estar de uma sociedade.

Importante salientar que a ideia de ordem espontânea compreende um ponto fundamental no pensamento de Hayek. Ao fundamentar os princípios do neoliberalismo, sobretudo a ideia do livre mercado e da sociedade livre, o autor entende que é de suma importância compreender como ocorre a organização social.

A ordem do mercado, entretanto esta ordem ocupa um lugar essencial na mesma. Primeiro pelo fato da ordem do mercado, ao passar do tempo, proporcionar a ampliação da sociedade, fazendo emergir o que Hayek nomeia de “Grande Sociedade” ou “Sociedade Aberta”. Segundo, porque os laços que sustentam o conjunto de uma Grande Sociedade são meramente econômicos. E é mediante a ordem do mercado que é possível a conciliação de projetos divergentes, mesmo que esses projetos não almejem fins econômicos (DARDOT; LAVAL, 2016).

Nas palavras de Moraes (2001)

A ordem do mercado é produto das atividades dos indivíduos, mas não do desígnio nem da deliberação de ninguém em particular. Não é resultado de uma razão, em sentido estrito. Aliás, todas as instituições econômicas, políticas e culturais positivas são resultados de uma evolução espontânea (MORAES, 2001, p. 24).

Outra tese que fundamenta a concepção da ordem de mercado como ordem espontânea, reside na divisão do conhecimento. Para Hayek, os indivíduos são detentores de conhecimentos limitados e fragmentários, desse modo ninguém pode dizer “[...] que detém, em dado momento,

o conjunto dos conhecimentos dispersos entre milhões de indivíduos que compõe a sociedade” (DARDOT; LAVAL, 2016, p 163).

É nesse sentido que em sociedades regidas por governos coletivistas de economia planificada o sucesso não é alcançado, visto que, o estado não detém de todas as informações necessárias para o sucesso do mercado. Assim, a tentativa de organizar a sociedade inteira e dirigir toda a atividade econômica de acordo com um plano único, como objetiva os coletivismos não é sustentável (HAYEK, 2010).

Nos princípios do neoliberalismo a planificação econômica instituída mediante o estabelecimento de governos coletivistas é considerada provocadora de grandes males. Pois, como indica Hayek (2010) os planejadores exigem o “[...] controle centralizado de toda atividade econômica conforme um plano único, que estabeleça a maneira pela qual os recursos da sociedade sejam “conscientemente dirigidos” a fim de servir, de uma forma definida, a finalidades determinadas (HAYEK, 2010, p. 57).

Para o autor, esta ação consiste na perda da liberdade econômica a qual rebate de forma negativa na liberdade individual dos indivíduos. E, portanto, para tal problemática o economista austríaco sugere a defesa da concorrência.

É mediante a crítica da planificação econômica que Hayek (2010) fundamenta sua defesa ao regime de concorrência. Nesse sentido apresenta em sua obra, em tom panfletário, argumentos que salientam tal defesa. Assim sendo, o autor começa enfatizando que em conformidade com a doutrina liberal a concorrência serve “[...] como meios de coordenar os esforços humanos e não de deixar as coisas como elas estão” (HAYEK, 2010, p.58). Portanto, baseia-se na concepção de que onde existe a real concorrência, ela sempre irá refletir a melhor forma de nortear os esforços individuais.

A concorrência anula a necessidade de um controle social consciente e proporciona aos indivíduos a oportunidade deles próprios decidirem se “[...] as perspectivas de determinada ocupação são suficientes para compensar as desvantagens e riscos que a acompanham” (HAYEK, 2010, p. 58). Deste modo, promove uma condição de liberdade.

A mesma como princípio organizativo social exclui certos tipos de intervenção coercitiva na vida econômica. Contudo, permite que outros algumas vezes possam auxiliar em seu funcionamento e dessa maneira acaba exigindo determinadas formas de ação governamental.

Todavia, essa ação não deve interferir na liberdade dos agentes e do mercado nas suas transações, assim eles devem ser livres “[...] para vender e comprar a qualquer preço que encontre um interessado na transação, e que todos sejam livres para produzir, vender e comprar

qualquer coisa que possa ser produzida e vendida.” Além do acesso as diferentes ocupações ser algo opcional a todos, e a lei atue de forma a garantir que indivíduos ou grupo não tentem restringir esse acesso pelo uso da força (HAYEK, 2010, p.58).

Na perspectiva neoliberal qualquer tentativa de controlar os preços ou quantidades de determinada mercadoria empata que a concorrência propicie uma efetiva coordenação dos esforços individuais, visto que, “[...] as alterações de preço deixarão assim de registrar todas as alterações importantes das condições de mercado e não mais forneceram ao indivíduo a informação confiável pela qual possa orientar suas ações.” (HAYEK, 2010, p.59). Além de impossibilitar a realização da harmonia projetada entre os agentes econômicos.

Hayek (2010) argumenta que o regime de concorrência é justo por não admitir discriminação entre as pessoas. Ressalta que nele o destino e sucesso dos indivíduos são estabelecidos por sua habilidade, sua capacidade e por sua sorte. Vai contra o fato de que no regime de concorrência as oportunidades que são dadas entre os ricos e os pobres, mesmo que distintas, seja um ponto negativo, e, nessa lógica afirma

[...] no regime de concorrência, as oportunidades ao alcance dos pobres são muito mais limitadas que as acessíveis aos ricos. Mas mesmo assim em tal regime o pobre tem uma liberdade maior do que um indivíduo que goze de muito mais conforto material numa sociedade de outro gênero (HAYEK, 2010, p. 113 -114).

Isto significa que só no regime de concorrência existe uma chance real dos indivíduos pobres chegarem ao estado de riqueza, pois seu enriquecimento depende exclusivamente de seus esforços e escolhas e não do favor dos poderosos. Só numa sociedade que prevalece o regime de concorrência que os indivíduos gozam de liberdade.

O neoliberal aponta que um dos caminhos para salvaguardar a livre concorrência gira em torno da defesa da propriedade privada, está é tida como o meio mais importante para garantir liberdade. A partir disto, lança duras críticas à ideia de justiça semeada pelo socialismo, pois tal ideia se refere à abolição da renda privada resultante da propriedade (HAYEK, 2010). Em vista disso, Hayek (2010) pontua que conferir ao estado o poder de controlar toda a propriedade dos meios de produção, não caracteriza apenas uma transferência de poder como afirma os socialistas, e sim, emerge uma nova forma de poder, a qual configura um típico regime totalitário. Sendo assim, é de suma importância a defesa da propriedade privada, pois, enquanto a mesma estiver dividida entre muitos, nenhum dos que a detém “[...] tem o poder exclusivo de determinar a renda e a posição de um indivíduo” (HAYEK, 2010, p. 115).

O socialismo compõe seu discurso com as ideias de igualdade e justiça. Entretanto Hayek (2010) argumenta que mesmo em sociedades regidas pelo regime socialista

Haverá sempre desigualdades que parecerão injustas aos que as sofrem decepções e infortúnios imerecidos. Mas quando essas coisas acontecem numa sociedade conscientemente dirigida, a maneira como as pessoas reagem é muito diferente daquela como o fazem quando tais desigualdades e infortúnios não resultam de escolha consciente (HAYEK, 2010, p. 116).

Tal afirmação implica reiterar que em uma sociedade planificada, as liberdades dos indivíduos são suprimidas e as adversidades encaradas por eles resultam da vontade de uma autoridade e não em virtude de circunstâncias que ninguém controla.

Ainda no que tange a crítica ao socialismo e a planificação, o economista austríaco aponta que para seu sucesso é indispensável o estabelecimento de uma opinião comum sobre os valores essenciais. Para tal, os socialistas perceberam que essa tarefa exigia a aceitação generalizada de uma visão de mundo comum de um conjunto definido de valores (HAYEK, 2010). Foi por intermédio dessa “[...] tentativa de produzir um movimento de massa baseado numa única concepção do mundo que os socialistas criaram a maioria dos instrumentos de doutrinação usados com eficácia pelos nazistas e fascistas” (HAYEK, 2010, p. 122). Estes últimos pouco tiveram que inventar. Foram os socialistas os primeiros a executarem a ideia de um partido político que abarcara todas as atividades da vida dos indivíduos.

Desse modo, Hayek (2010) acrescenta

Não foram os fascistas, mas os socialistas, que começaram a arregimentar as crianças desde a mais tenra idade em organizações políticas para garantir que elas se tornassem bons proletários. Não foram os fascistas, mas os socialistas, os primeiros que pensaram em organizar esportes e jogos, futebol e passeios a pé, em clubes do partido onde os membros não pudessem ser contagiados por outras ideias. Foram os socialistas os primeiros a insistir em que o membro do partido se distinguisse dos demais pela maneira de saudar e pelas formas de tratamento. Foram eles que, com a sua organização de “células” e de dispositivos destinados à fiscalização permanente da vida privada, criaram o protótipo de partido totalitário (HAYEK, 2010, p. 122).

Essa alegação feita pelo neoliberal coloca o socialismo e o fascismo como variantes de um mesmo totalitarismo. Hayek (2010) relaciona a ascensão do nazismo e do fascismo como não sendo uma reação contra as tendências socialistas e sim resultado dessas mesmas tendências.

Para que disto não se duvide, Hayek (2010) apresenta em sua obra grifos de um artigo escrito por Eduard Heimann, um dos líderes do socialismo religioso alemão, que diz: “o

hitlerismo proclama-se tanto democracia autêntica quanto socialismo autêntico, e a terrível verdade é que, de certa forma, suas pretensões são verídicas [...]” (HAYEK, 2010, p. 52). Cabe salientar que o economista austríaco ao caracterizar o regime socialista atribui a este, traços de um regime que despreza a pluralidade e a diversidade existente nas sociedades.

Diante do que foi colocado até o presente momento, compreende-se sobre a teoria neoliberal hayekiana, que assim como Mises, Hayek é defensor da minimização do papel do Estado nas sociedades, principalmente nos assuntos econômicos. Logo, para o neoliberal o Estado deve atuar apenas como zelador do bom funcionamento do mercado, garantindo a ordem e elaborando leis de proteção à propriedade privada, leis de proteção à liberdade de expressão, à manutenção dos cárceres e a defesa das fronteiras.

No que tange seu entendimento sobre a democracia, Hayek (2010) alega que a mesma só é efetivada em uma sociedade regida pelo regime de concorrência, fundamentada no direito de disposição da propriedade privada e da liberdade. Ou seja, a democracia apenas existe em uma sociedade capitalista.

O neoliberalismo conforme as ideias de Hayek, apresentadas acima, surgem como resposta contra a ameaça aos governos coletivistas que imperavam naquela época. Em suma, o que Hayek (2010) propõe é a proteção a competição econômica e a livre concorrência, além de minimizar o papel do Estado. Caso não se siga tais pressupostos, a sociedade caminharia para um regime totalitário, para o caminho da servidão.

2.4 “Capitalismo e Liberdade”: o pensamento neoliberal sob a perspectiva de Milton Friedman

Figura importante da escola monetarista de Chicago, Milton Friedman foi um economista americano com destaque durante a última metade do século XX. Friedman foi responsável por dar maior ênfase aos valores fundamentais do neoliberalismo, como a defesa intransigente da não intervenção do Estado na economia, forte defesa da necessidade de proteção e garantia da liberdade econômica.

Em sua jornada escreveu o livro “Capitalismo e Liberdade” publicado a primeira vez em 1962. Considerada por muitos a obra mais importante de seu trabalho, o livro retrata uma síntese de seu pensamento. Possui como tema principal o papel do capitalismo competitivo como sistema de liberdade econômica e como pressuposto da liberdade política, bem como,

traz a exposição do seu entendimento sobre o papel do governo em uma sociedade dedicada à liberdade e assentada no mercado, para a organização da atividade econômica.

Levando em conta a importância de tal obra, a exposição sobre os princípios neoliberais de acordo com o pensamento de Milton Friedman será fundamentada na mesma.

Diferente de Hayek, que destaca em sua teoria a livre concorrência, Friedman enfatiza o que ele veio a designar de cooperação voluntária. Tal termo, destacado incessantemente pelo economista, abarca o conceito de que o mercado não representa um lugar de disputas em que se identificam vitoriosos e perdedores, necessitando de uma coordenação central para se manter no controle em casos extremos. E sim, o compreende como uma esfera em que todos os que dela participam o fazem voluntariamente e saem lucrando a partir de trocas voluntárias mutuamente vantajosas.

Partindo dessa concepção, Friedman (2019) considera a liberdade econômica a maior das virtudes humanas. Dessa forma, explica que

O cerne da filosofia liberal é a crença na dignidade do indivíduo, em sua liberdade de extrair o máximo de suas capacidades e oportunidades, de acordo com as próprias luzes, dependendo apenas da condição de que não interfira na liberdade do ser humano, em um sentido; e em sua desigualdade, em outro (FRIEDMAN, 2019, p. 198).

Portanto, para este autor todos os seres humanos têm igual direito à liberdade e é este direito, civicamente falando, que nos tornam iguais. Essa condição de igualdade só é possível em uma sociedade que ninguém interfira na liberdade alheia, nem o Estado na liberdade individual dos sujeitos para proporcionar igualdade no sentido material do termo.

É de suma importância entender que no pensamento de Friedman a liberdade econômica é compreendida como valor supremo a ser protegido. Para o autor, a mesma, em si e por si, é parte extremamente importante da liberdade total. Nesse sentido, é mediante uma economia livre que os indivíduos gozam de várias oportunidades de escolha em todos os âmbitos de sua vida (FRIEDMAN, 2019).

Cumprе salientar que no pensamento do neoliberal a liberdade econômica é um instrumento para a realização da liberdade política. Sendo assim, defende que as organizações econômicas, vistas como meio para alcançar a liberdade política, são fundamentais por causa de seus efeitos sobre a concentração ou a dispersão do poder.

Conforme Friedman (2019) o capitalismo competitivo constitui o tipo de organização econômica que oferece diretamente liberdade econômica. Como também possibilita a liberdade

política ao segregar poder econômico e político, e, dessa forma, ao permitir que um compense o outro.

Como bem salientado por Brown (2019), Friedman defende a existência de uma conexão entre economia e política e por isso aponta que apenas certas combinações de arranjos políticos e econômicos são possíveis. Logo, assim como seus percussores, entende que uma sociedade regida por um governo socialista não pode ser também democrática, no sentido de garantir a liberdade individual.

Essa afirmação se baseia no fato de que os mercados livres exigem um governo limitado, entretanto com papel essencial. Desse modo, nos ideais de Friedman (2019) os governos atuam “[...] não só como fórum para determinar as “regras do jogo”, mas também como árbitro para interpretar e aplicar as regras aprovadas (FRIEDMAN, 2019, p. 17).

Isto significa que o governo detém o papel de preservar a liberdade e a ordem, assim cabe a ele “[...] fornece os meios para modificar as regras, mediar as diferenças entre as pessoas sobre o significado das regras e garantir a observância das regras pelos poucos que, do contrário, não participam do jogo” (FRIEDMAN, 2019, p. 29). Assim como executar o papel de fornecedor do arcabouço monetário estável a uma economia livre e se responsabilizar por oferecer alicerces jurídicos e econômicos que proporcionem aos sujeitos promover o crescimento da economia, se essa aspiração for compatível com seus valores (FRIEDMAN, 2019).

O neoliberal afirma que a descentralização do poder e a dispersão e divisão de todo o poder que não puder ser eliminado é algo vital para a preservação da liberdade. Assim sendo, quanto mais a centralização do poder nas mãos do governo for quebrada, mais a liberdade estará preservada visto que em uma sociedade nessas condições o indivíduo passa a ser protagonista da sua vida econômica, acarretando também o desenvolvimento cultural, científico e artístico, por exemplo.

Cabe ressaltar que para Friedman (2019) a descentralização não consiste numa questão apenas organizacional ou administrativa, e sim estrutural, uma vez que se objetiva com isso transferir o poder da esfera política para a econômica. Essas mudanças políticas emergem do reconhecimento do sucesso limitado do planejamento central, ou do seu fracasso total, ambos responsáveis por instalar um clima de pouca confiança em planos e programas centralizados.

Assim como Mises e Hayek, Friedman defende que o caminho e alcance dos objetivos planejados por um Estado de economia planificada poderia, mesmo que bem-sucedido e carregado de boas intenções, resultar em um infortúnio devido o sacrifício exigido em benefício desse sucesso.

Essas alegações demonstram que um dos principais objetivos do neoliberalismo consiste em passar a responsabilidade pelo desenvolvimento, prosperidade e bem-estar para a liberdade de mercado, o que consequentemente recairia sobre os indivíduos os responsabilizando por seu próprio destino.

Outro ponto importante no pensamento de Friedman diz respeito ao problema básico da organização social. Para ele só existe duas formas de coordenar as atividades econômicas de milhões, sendo uma a direção central, envolvendo o uso de coerção – a técnica das forças armadas e do estado totalitário moderno –, e a outra, a cooperação voluntária dos indivíduos (FRIEDMAN, 2019, p. 15).

Como já mencionado a cooperação voluntária é o meio defendido por Friedman. Para justificar sua escolha, o economista aponta que essa forma evita interferências mútuas em relação a maioria das atividades como também protege os indivíduos da coerção em diversas esferas da sociedade.

Nessa lógica explica

O consumidor é protegido contra coerções dos vendedores pela existência de outros vendedores dos quais comprar. O vendedor é protegido contra coerções dos consumidores pela existência de outros consumidores aos quais vender. O empregado é protegido contra a coerção dos empregadores pela existência de outros empregadores para os quais trabalhar. E o mercado age assim de maneira impessoal, sem autoridade central (FRIEDMAN, 2019, 17).

Percebe-se diante do exposto que a base filosófica do neoliberalismo de acordo com Friedman tem o estado cada vez menos presente no exercício de suas funções habituais, permanecendo apenas as que são essenciais, as atividades que o mercado não pode atuar (defesa contra-ataques estrangeiros, estruturação do sistema monetário, uso sistemático da força em virtude da ordem juridicamente estabelecida).

Para Friedman (2019) o estado não deve ser paternalista ou fomentar ações sociais destinadas a promover igualdade de oportunidades, a não ser que seja por meio de uma política de distribuição de renda, ou seja, através da transferência de dinheiro aos de menor capacidade.

Mesmo sendo contra o paternalismo, o economista frisa que em determinadas situações este é inevitável. Isto posto, o autor aponta que é dever do Estado patrocinar políticas dirigidas às crianças e às pessoas portadoras de deficiência mental. Esta atribuição gira em torno do argumento de que estas pessoas não possuem capacidade de escolha para usufruir da sua liberdade, liberdade esta, tão defendida pelos princípios liberais.

Ainda sobre o mercado livre, Friedman (2019) aponta o sistema de livre flutuação das taxas de câmbio como o mecanismo mais compatível com o mercado e o comércio livre. Para o autor o Estado deve interferir minimamente nas taxas de câmbio, apenas dando condições para que o próprio mercado conduza a formação das taxas segundo as trocas decorrentes da cooperação voluntária, facilitando que os preços sejam livres para flutuar.

Mediante essa defesa o economista explica

Ser a favor de taxas de câmbio flutuantes não significa ser a favor de taxas de câmbios instáveis. Quando apoiamos um sistema de liberdade de preços no país, isso não significa que defendemos um sistema em que os preços flutuem violentamente para cima e para baixo. O que queremos é um sistema em que os preços possam flutuar, mas no qual as forças que os movimentam sejam bastante instáveis para que, de fato os preços oscilem dentro de faixas moderadas. O mesmo raciocínio se aplica a sistemas de taxas de câmbio flutuantes. O objetivo derradeiro é um mundo em que as taxas de câmbio, embora livres para variar sejam de fato altamente estáveis, uma vez que as políticas e as condições econômicas básicas são estáveis (FRIEDMAN, 2019, p. 72).

Outro fator importante no neoliberalismo nos moldes de Friedman, diz respeito à política fiscal. O autor condena os gastos públicos destinados ao combate das altas taxas de desemprego, com isso argumenta que qualquer política que venha a aumentar as despesas estatais não acarreta consequências positivas sobre o crescimento da economia.

A teoria do equilíbrio que prega o aumento dos gastos públicos quando os gastos privados diminuem e vice-versa, almejando que os níveis de investimentos totais permaneçam nos mesmos patamares, não passa de um meio que resulta no problema do “[...] estímulo à expansão contínua do espectro das atividades governamentais [...]” (FRIEDMAN, 2019, p. 81) sem, ao menos, resolver a longo prazo os problemas econômicos que surgem.

Assim como na política neoliberal de Hayek, Friedman também faz jus à ideia de que as diferenças na distribuição de renda são aceitáveis na economia de mercado. O autor parte do argumento de que “[...] as rendas auferidas por cada indivíduo se devem, em parte, às escolhas, instrumentos e métodos de trabalho de cada um; e, em parte, às diferenças relacionadas à capacidade humana e a propriedade (JUNIOR, 2012, p. 23). Nos ideais neoliberais a desigualdade de renda não é considerada uma injustiça.

Diante dos pressupostos teóricos do neoliberalismo fundamentado por Friedman apresentados nesta seção, fica evidente que objetivo principal desta ideologia é prezar e criar meios para restringir a interferência do estado nos assuntos econômicos, pois só desta maneira é possível que os indivíduos desfrutem do propósito mais importante das vertentes liberais, a liberdade.

3 A CONSTRUÇÃO DO NOVO MOMENTO HISTÓRICO BRASILEIRO: DETERMINANTES PARA ASCENÇÃO DO BOLSONARISMO

No capítulo anterior foram apresentados os fundamentos históricos e teóricos do neoliberalismo, a fim de nos dar suporte na caracterização do nosso objeto de estudo, o neoliberalismo em tempos de bolsonarismo. Apesar de ser parte primordial neste processo, outros elementos se fazem necessários na caracterização das particularidades do neoliberalismo na condução do governo Bolsonaro.

Nesse sentido, este capítulo se destinará a apresentar elementos fundamentais que consolidaram a nova conjuntura brasileira. Nosso ponto de partida será o período antecedente ao Golpe Jurídico e Institucional de 2016, mais propriamente a partir das manifestações de junho de 2013 que ocorreram primeiramente no Estado de São Paulo, com uma pequena marcha contra o aumento das tarifas no transporte público, convocadas pelos jovens do Movimento Passe Livre (MPL).

Defendemos que as manifestações de 2013 representam o marco inicial da constituição das bases do Golpe que derrubou o governo da presidenta Dilma Rousseff (PT) em 2016, como também o marco da atual crise brasileira.

Partiremos da hipótese que o Golpe de 2016 foi o início de uma estratégia neoliberal de longo prazo, implantada pelo que Boito Jr. (2016) denomina de ofensiva restauradora da direita neoliberal, que tem como objetivo restaurar a hegemonia no bloco de poder do grande capital internacional e da fração da burguesia brasileira a ele integrada via o resgate do programa neoliberal ortodoxo do século passado.

A partir desses elementos, buscaremos analisar o que levou à ascensão do atual governo brasileiro (Jair Messias Bolsonaro - sem partido) e seu projeto que nitidamente visa intensificar todas as tendências neoliberais que estavam postas no governo ilegítimo de Michel Temer (MDB). Como também constituir as bases para um entendimento do neoliberalismo na particularidade do governo Bolsonaro.

3.1 “NÃO É SÓ POR 0,20 CENTAVOS”: junho de 2013 e o início de um novo momento histórico brasileiro

As manifestações que estremeceram o Brasil em junho de 2013 entraram para história do país como marco de uma profunda mudança na sociabilidade brasileira. Vários, são os fatos sociais que elucidam o surgimento do que foi um dos maiores ciclos de protestos no país.

Tais manifestações tiveram início em 6 de junho na cidade de São Paulo (SP), com uma pequena passeata²¹ convocada por integrantes do Movimento Passe Livre (MPL) que protestavam contra o aumento da tarifa do transporte público. Como bem ressalta Antunes (2014), não se tinha a menor ideia de que o Brasil passaria por um momento de levante social, que só teve similar na campanha pelo *impeachment* de Collor de Mello (1992) e nas campanhas pelas eleições diretas (1985).

Logo após o primeiro ato, entre os dias 7 e 13 de junho de 2013, o MPL organizou mais três manifestações que reuniram mais de 15 mil pessoas que travaram a Avenida Paulista. Os atos foram fortemente atacados pela mídia, a qual desqualificavam os protestos, alegando que as manifestações não passavam de atos de vandalismo e mereciam ser reprimidas pela Polícia Militar (PM).

Dessa maneira, em busca do reestabelecimento da ordem, o governo de São Paulo ordenou que a Polícia Militar (PM) reprimisse severamente os militantes do MPL com bombas de gás lacrimogêneo, bombas de efeito moral e tiros de bala de borracha. A partir desse instante, 13 de junho representou o momento de guinada das manifestações (ANTUNES, 2014).

Prontamente, um forte sentimento de indignação assolou a cidade de São Paulo e a manifestação convocada pelo MPL para o dia 17 de junho de 2013, juntou cerca de 100 mil pessoas no Largo da Batata, região oeste de São Paulo (SP), dando início a uma passeata que tomou conta da Avenida Brigadeiro Faria Lima, seguindo para a Marginal do rio Pinheiros e para a Avenida Paulista.

Nesse momento, o movimento de massas já não mais podia ser reprimido pela PM e a promessa feita pelo Movimento Passe Livre (MPL) no início das manifestações havia sido cumprida: “Se a tarifa não baixar, São Paulo vai parar” (RUY BRAGA, 2014). O sentimento de protestar chegou ao ápice tomando conta não só da cidade de São Paulo, mas se estendendo a outras cidades²².

²¹ Cerca de duas mil pessoas participaram desse ato.

²² De acordo com Ruy Braga (2014) entre os dias 19 e 23 de junho, cerca de 400 cidades, incluindo 22 capitais, saíram em manifestações e passeatas.

FIGURA 1 - "SE A TARIFA NÃO BAIXAR, SÃO PAULO VAI PARAR"



Fonte: Revista Fórum (2013)²³.

Várias são as interpretações feitas para a eclosão dessas manifestações. Ruy Braga (2017; 2014) afirma que um dos motivos que levaram à explosão de protestos se deve à fadiga do atual modelo de desenvolvimento, apoiado “[...] sobre o consumo degradante de força de trabalho barata, em gerar empregos e distribuir rendas [...]” (BRAGA, 2014, p. 72). O autor destaca ainda o aprofundamento da crise econômica internacional, a qual rebate sobre o atual regime de acumulação brasileiro, provocando desaceleração no ritmo de crescimento econômico.

As manifestações decorreram de um complexo de acontecimentos que converteram o descontentamento da população com as más condições de vida numa revolta urbana de intensidade inesperada. Além dessa intensidade, vale chamar a atenção em nossa análise, para o fato de que os acontecimentos de junho desempenharam papel determinante na estabilização das forças políticas reacionárias e conservadoras que assumiram o papel de protagonismo na cena brasileira contemporânea.

Analisar o cenário brasileiro no contexto das manifestações de junho de 2013 requer um grande esforço e não pode ser reduzida apenas aos acontecimentos no Brasil, uma vez que a reação ao modelo de desenvolvimento neoliberal perpassou inúmeros países²⁴. Entretanto, a

²³ Disponível em: <https://revistaforum.com.br/blogs/mariafro/bmariafro-mpl-se-a-tarifa-nao-baixar-a-cidade-vai-parar/>

²⁴ Em seu livro “Amanhã vai ser maior: o que aconteceu com o Brasil e possíveis rotas de fuga para a crise atual” Rosa Pinheiro Machado, faz uma análise da relação entre as manifestações ocorridas no Brasil em Junho de 2013 e a explosão de ocupações e protestos em massa ocorridos no mundo todo a partir de 2011.

tentativa a que nos propomos nesta seção, é identificar os motivos que levaram os brasileiros às ruas, fazendo emergir, mais para frente um conflito de classes²⁵, como também identificar as fagulhas que contribuíram para o cenário político atual.

Moreira e Santiago (2013) afirmam que as manifestações vistas pelo Brasil afora, ao trazer publicamente uma variedade de reivindicações, denunciaram a insatisfação da população não só com a qualidade das políticas públicas, mas também com a forma de representação política e a qualidade e comportamento dos representantes políticos.

Apesar do contexto em que emergiu as manifestações ainda está assolado pelo amplo processo de inclusão social e financeira via consumo, Machado (2019) ressalta que na perspectiva de alguns teóricos, esse seria um dos motivos para eclosão de protestos, visto que “[...] a ascensão econômica implica também o surgimento de pessoas mais críticas e exigentes em relação ao próprio sistema que agora estão acessando” (MACHADO, 2019, p. 29).

Dada a amplitude e sucesso das manifestações, a pauta inicial transcendeu o tema do transporte público de qualidade, ampliando-se para demandas advindas de outros setores e serviços públicos. Agora a palavra de ordem era outra: “Não é por centavos. É por direitos.”

FIGURA 2 - "NÃO É POR CENTAVOS, É POR DIREITOS"



Fonte: Blog Letras crônicas (2014)²⁶.

²⁵ Em suas análises sobre as manifestações de junho de 2013 e os acontecimentos de 2015, Boito Júnior (2016) defende que o que ocorreu no Brasil foi um conflito de classes e não uma luta de classes, pois interesses particulares assumiram uma feição universalista.

²⁶ Disponí

vel em: <http://letrascronicas.blogspot.com/2014/02/nao-era-so-por-20-centavos.html>

Com o crescimento das manifestações o Estado continuou a reprimir em larga medida os manifestantes por meio do aparato policial, vale ressaltar que tanto governantes da direita como da esquerda defenderam essa abordagem, ambos se colocaram contra o povo. Tal reação é tida como fator determinante para o crescimento de “[...] um sentimento de repúdio generalizado da população em relação a essa violência [...]” (ANTUNES, 2014, p. 26), dessa forma tornando as pequenas passeatas em movimentos de massas.

Com efeito, as manifestações que não foram convocadas e nem lideradas inicialmente por forças tradicionais de representação política, como sindicatos e partidos políticos e sim pela juventude que constituía o precariado urbano, passou a ter em sua composição trabalhadores que faziam uso do transporte público, além de integrantes de outros extratos sociais (ANTUNES, 2014, p. 26).

Dessa forma, como indaga Mattos (2016) as manifestações adquiriram uma composição social heterogênea desencadeando uma explosão das massas nas ruas sob forte dose de espontaneidade. Todavia, apesar de toda heterogeneidade de seus manifestantes, as manifestações de junho de 2013 possuem um sentido de classe, tanto em seu eixo central como nos seus desdobramentos. Esse sentido se materializou em um “[...] reforço a pautas e em um chamado à mobilizações da classe trabalhadora” (MATTOS, 2016, p. 95). Afinal,

[...] a pauta que ficou de junho foi basicamente composta por: transporte público barato e digno; verbas para Saúde e Educação; repúdio à violência policial (contra manifestações, mas também contra os moradores de favelas e periferias, negros e jovens em particular) [...] Uma pauta da classe trabalhadora que, diante dos serviços mercantilizados e ofertados de forma profundamente desigual, defendeu nas ruas, ainda que sem maior organicidade, uma concepção de direitos sociais (MATTOS, 2016, p. 96).

A violência promovida pelo Estado e observada por diversos autores como um dos fatores que contribuíram para o crescimento das manifestações, foi a principal pauta da mídia, que incitava a todo instante a importância dessa repressão, colocando os manifestantes como desestabilizadores da ordem.

Entretanto, a própria mídia hegemônica começou a ser atingida pela repressão. Sendo assim, passou a mudar seus discursos denunciando a brutalidade do controle e se colocando como apoiadora das manifestações. Esse apoio foi elemento fundamental para o crescimento das manifestações e a pressão policial a qual gerou grande comoção aos brasileiros foi só mais uma fagulha em um país em chamas (MACHADO, 2019).

Como já dito, muitas são as interpretações acerca das motivações das manifestações. Antunes (2014) aponta que a compreensão das causas dos movimentos só é possível se levar em consideração mais de um aspecto central. Assim sendo, em suas análises ele interpreta as motivações mediante três aspectos.

Assim como Ruy Braga (2014), Antunes (2014) coloca como primeira motivação para eclosão das manifestações o descontentamento da população com o modelo de desenvolvimento. Tal modelo vem se desenvolvendo desde a década de 1990, com Fernando Henrique Cardoso (PSDB), sofrendo algumas alterações, mas não substantivamente, pelos governos Lula (PT) e Dilma (PT). Ou seja, um modelo voltado ao “[...] desenvolvimento capitalista financeirizado e mundializado, sedimentado em privatizações, *superávit* primário e desregulamentação dos capitais, portanto, tendo os interesses do grande capital como prioritários [...]” (ANTUNES, 2014, p. 21) causando um grande mal-estar social.

A segunda causalidade apontada por Antunes (2014) tem marca na Copa das Confederações. Para ele, esse foi o momento em que a população que compreende a classe trabalhadora, responsável pela construção do país nas últimas décadas, percebeu sua exclusão. Essa fração da sociedade brasileira enxergou que os recursos que faltavam no transporte público, na saúde e educação sobravam para os estádios de futebol padrão FIFA, e, dessa forma a população se deu conta da existência de uma simbiose complexa entre FIFA, interesses transnacionais e governos (ANTUNES, 2014, p. 22) e que suas necessidades não são vistas como prioridades.

O terceiro elemento, coincide com a análise Rosana Pinheiro Machado (2019) e está relacionado ao cenário internacional. A autora aponta, assim como Machado (2019), a influência das manifestações de massas ocorridas desde 2008 em diversos países. Deste modo, destaca os traços em comum existentes entre essas manifestações e as ocorridas no Brasil em junho de 2013, que engloba a composição social dos manifestantes, a ocupação dos espaços públicos e o mais importante, “[...] populares lutando contra a destruição da *res publica*, contra a lógica de uma acumulação financeira ilimitada, além de destruição social e pública também ilimitada [...]” (ANTUNES, 2014, p. 23).

Em síntese, Antunes (2014) sugeri que

[...] para compreender, devemos atentar para uma processualidade interna – de superação de um longo período de letargia – articulada com uma processualidade externa – caracterizada por uma época de sublevações em escala global, que se ampliaram enormemente a partir da crise estrutural de 2008²⁷ (ANTUNES, 2014, p. 24).

²⁷ Para maior entendimento indico a leitura do livro “Crise Estrutural do capital” de István Meszáros.

Importante salientar que as diversas análises sobre as manifestações de junho de 2013 coincidem em alguns aspectos, sobretudo no que condiz ao considerar seu conteúdo heterogêneo e polissêmico. Além disto, fica evidente que elas revelam claras conexões entre os temas do trabalho, da precarização, do desemprego, além de dar visibilidade as ricas transversalidades existentes entre classes, gênero e etnias, a quais são temas centrais nas lutas sociais (ANTUNES, 2014).

Esse período de rebeliões sociais no Brasil reflete um quadro de transformação de um estado mais ou menos latente de agitação social para um quadro de indignação popular generalizada que transbordou nas ruas. A estratégia de governar do então governo petista já não era suficiente para conter as massas populares.

O lulismo²⁸, marcado por avanços em diversas áreas, principalmente no combate a extrema pobreza, crescimento da economia, queda da taxa de desemprego e a eliminação da fome, deixou também em seu caminho, contradições sociais e lacunas democráticas. Operou em favor das elites econômicas, formando grandes amálgamas sociais de desenvolvimentismo ou expansão do mercado interno e de amortização das tensões (MASCARO, 2018).

“Sua reelaboração do país se sustentou no mesmo movimento econômico de fundo neoliberal, com matizes neodesenvolvimentistas atreladas à ampliação do consumo das classes pobres” (MASCARO, 2018, p. 33) e apesar de alguns saldos positivos o cotidiano de uma grande parte da população que necessitava de transporte público e saúde pública continuava vivendo em meio ao caos da precarização e da vulnerabilidade desses serviços. Essa face do lulismo foi um dos fatores determinantes das inquietações vistas nas manifestações de junho de 2013.

Muito embora a pauta inicial das manifestações tenha sido uma pauta popular levantada pelo MPL, com a crescente adesão da população as manifestações, as “jornadas de junho” acabaram tendo uma mudança na composição social dos manifestantes e consequentemente nas pautas levantadas. Essa mudança trouxe a entrada de setores da direita, que de acordo com Secco (2013) mostrou uma dupla face.

Conforme o autor, esse momento foi marcado pela presença de grupos neonazistas que tentaram expulsar uma esquerda desprevenida, enquanto inocentes “cidadãos de bem” de verde-amarelo aplaudiam (SECCO, 2013).

²⁸ Termo utilizado por André Singer.

Esse novo cenário atribui uma nova característica às manifestações de junho. As mesmas acabaram por se tornar policlassistas, ou seja, passaram a ser compostas por setores da classe média conservadora; setores apolíticos; setores mais politizados e da periferia. A partir daí o movimento se tornou pluri-ideológico acirrando uma disputa entre a esquerda e a direita. (ANTUNES, 2014). “Um movimento que começará apartidário se tornava então antipartidário” (SECCO, 2013, p. 62).

O acirramento entre direita e esquerda a partir de então contou com o apoio da mídia, a qual fortalecia essa disputa mediante apoio às manifestações, dando ênfase às bandeiras e reivindicações que se voltavam para palavras de ordem nacionalistas: - “O gigante acordou”; “Veras que um filho teu não foge à luta”; moralistas - “Contra a PEC – 37²⁹”; e até mesmo autoritárias – “Contra Partidos”; “Contra a violência” (FERNANDES, 2014). Esse momento, conforme defende Antunes (2014) representou o ponta pé inicial de uma onda de agressões contra partidos e quaisquer movimentos sociais de esquerda.

Contudo, apesar de a direita contar com o apoio midiático na competição da direção do processo das manifestações, a mesma, naquele instante colheu resultados pífios e não ganhou esses movimentos.

Junho de 2013 contou com uma avassaladora maioria de manifestantes que gritavam e expressavam em cartazes palavras de ordem claramente radicais e anticapitalistas, com evidente caráter democrático e anti-imperialista, isto é: “Passe livre”, “Educação pública não mercantil”, “Saúde não é mercadoria”, entre outras (FERNANDES, 2014).

Ainda que o surgimento das manifestações tenha sido apontado como espontânea e tenha prevalecido bandeiras radicais e anticapitalistas, as mesmas seguiam visivelmente sem direção política precisa. O esvaziamento desse direcionamento foi justamente um dos fatores que contribuíram para que setores reacionários tentassem tomar conta de junho de 2013. As classes dominantes acabaram por enxergar, em meio ao descontentamento da população, que era necessário estratégias para se manterem no poder.

É mediante essa percepção que o engajamento para a demonização das esquerdas, em especial, ao Partido dos Trabalhadores (PT) ganha impulso. A partir das inquietudes expressas nas manifestações de junho de 2013, o Brasil adentra em um período histórico marcado pela ascensão de uma onda conservadora, e, conservadora no sentido mais severo do

²⁹ Proposta de emenda constitucional que objetivava tornar a investigação criminal prerrogativa exclusiva das Polícias, assim, proibindo o Ministério Público como também outras instituições, como a Receita Federal, de averiguar crimes diretamente (LEMOS, 2015).

conservadorismo político, econômico e moral. A chance de uma virada a direita (BOULOS, 2016).

Afinal, como bem frisa Fernandes (2014)

Ao exigirem uma inversão radical nas prioridades que regem as políticas do Estado, os protestos colocaram em xeque os pilares do padrão de acumulação liberal periférico e do padrão de dominação que lhe corresponde. O repúdio à penúria permanente de recursos para políticas sociais e a crítica à prioridade absoluta ao transporte particular – a essência das reivindicações do MPL – questionaram toda a arquitetura do modelo econômico brasileiro (FERNANDES, 2014, p. 100 – 101).

Ora, a revolta assistida prejudicou a sustentabilidade social e política do modelo econômico. E

Ao refutarem o princípio da austeridade fiscal [...] os protestos solaparam um dos pilares da política econômica do Plano Real. Ao defenderem a primazia do coletivo sobre o privado, repudiaram a crescente mercantilização dos serviços públicos. Ao questionarem os valores que presidem a modernidade dos padrões de consumo, negaram a própria essência do capitalismo dependente, colocando na ordem do dia a necessidade de uma verdadeira revolução cultural que defina os princípios que devem nortear a própria noção de progresso (FERNANDES, 2014, p. 102).

No entanto, as manifestações expressaram duas vertentes. A conjuntura de junho de 2013 culminou em um duplo cenário permeado por contradições. Nessa lógica, compreende-se que ao mesmo tempo que representou um período de inquietude marcado pela descrença de que as transformações populares seriam possíveis por dentro das instituições e possível ruptura com o sistema político e econômico posto, junho de 2013 também efervesceu a direita.

E, assim sendo, a direita aderiu sem nenhuma ressalva discursos mais ousados e raivosos. “Homofóbicos, racistas e elitistas passaram a falar sem pudores de suas convicções. Isso tudo se sintetizou num antipetismo feroz que correu o país” (BOULOS, 2016, p. 30). 2013 representou, de fato, o início de uma nova era da história brasileira, uma era que desaguou no que tem de mais reacionário no país, a eleição de um candidato a presidência de extrema direita.

No fim, o discurso da mudança foi então capitaneado pela força política da direita. O pacto social elaborado por Lula em 2002 já não se sustentava mais e sua ideia de que todos os interesses eram conciliáveis desmoronou. A estratégia de desmoralização do Partido dos Trabalhadores (PT) e das esquerdas começava a dar certo. A popularidade da então presidenta

Dilma Rousseff (PT)³⁰ começava a derruir chegando a cair cerca de 24 pontos percentuais, despencando de 55% para 31% sua aprovação.

As manifestações de 2013 representou inegavelmente uma nova etapa histórica para o Brasil, e, mesmo que tenha sido a fagulha para o que há de mais reacionário no país ganhar impulso, não podemos desconsiderar que representou também a retomada da luta do proletariado precarizado brasileiro por seus direitos sociais (RUY BRAGA, 2014). De certo, algo ficou muito notório: as bases da política brasileira que foram abaladas em junho de 2013 escancarou uma grave crise de representatividade expondo o descompasso entre governantes e governados.

3.1.2 “Mais Brasil, menos PT”: a direita nas ruas

Assim como em 2013, o ano de 2015 no Brasil foi marcado por um conjunto relevante de manifestações que levaram uma enorme quantidade de pessoas às ruas. Tais manifestações sacudiram as bases das estruturas políticas e foram peças primordiais para a constituição da atual conjuntura brasileira.

Os grupos responsáveis pela organização das manifestações, ligados à direita política, apresentaram uma direção explícita sobre o objetivo destas. Ao contrário das manifestações de junho de 2013, as manifestações que voltaram a ocorrer em 2015 apresentavam uma composição mais nítida e homogênea, concentrada visivelmente no campo antipetista, conservador e nacionalista.

Prontamente em 15 de março de 2015, iniciava-se uma onda de manifestações pró-impeachment de caráter nacionalista, contra a corrupção e especificamente contra o Partido dos Trabalhadores (PT). Entretanto, esses elementos que caracterizaram as manifestações e o avanço de setores da direita e da extrema-direita começaram a ganhar visibilidade em 2014, afinal esse foi o ano que o Brasil elegia a bancada mais conservadora e reacionário do Congresso brasileiro.

Para que possamos entender o fenômeno das manifestações pró-impeachment e os resultados colhidos por elas, faz-se necessário perpassar um pouco da conjuntura de 2014, pois,

³⁰ Dados coletados na reportagem publicada no site G1 e Veja. <http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/07/aprovacao-do-governo-dilma-cai-de-55-para-31-aponta-ibope.html> e <https://veja.abril.com.br/politica/datafolha-popularidade-de-dilma-despenca-apos-protestos/> Acesso em: 24 de out. de 2020.

as inquietações que levaram milhares de pessoas às ruas das principais cidades brasileiras, partiram, não só, mas sobretudo, dos resultados das eleições presidenciais de 2014.

Como já dito tais eleições resultaram na bancada mais conservadora e reacionária do congresso.

Celso Russomano (PRB) e o pastor Marco Feliciano (PCC) foram os deputados mais bem votados em São Paulo, e o Rio de Janeiro escolheu Jair Bolsonaro (PPP) em primeiro lugar. O deputado mais votado no Rio Grande do Sul naquele ano, Luís Carlos Heinze (PPP) declarou que quilombolas, índios, gays e lésbicas são “tudo que não presta”. A guinada conservadora já estava em curso, desenhada e pronta para eclodir (MACHADO, 2019, p. 67-68).

De acordo com Machado (2019) a extrema-direita disfarçada de liberalismo agia a tempos por intermédio de institutos e *think tanks* como o Instituto Milenium e o Instituto Mises.

O Fórum da Liberdade, que ocorre em Porto Alegre desde 1988, é realizado pelo Instituto de Estudos Empresariais e apoiado por grupos como a RBS TV, além do empresário Jorge Gerdau Johannperter. O Fórum tem contado com nomes como Olavo de Carvalho (com várias participações desde o início de 2000), Jair Bolsonaro, Gustavo Franco, José Roberto Marinho, Aécio Neves, Alexandre Garcia, Luciano Huck, Sérgio Moro, Rodrigo Constantino [...] entre muitos outros. O evento desempenhou um papel fundamental na consolidação de uma rede de empresários, políticos e intelectuais de direita e extrema-direita (MACHADO, 2019, p. 68).

Essa afirmação implica dizer que os discursos reacionários e conservadores que tomaram conta das manifestações de 2015 já vinham sendo arquitetados para serem propagados a algum tempo. Entre os anos 2010 e 2013 nas edições do Fórum, o discurso acerca de uma possível doutrinação marxista, comunista e petista nas universidades já estava sendo difundido (MACHADO, 2019). A semente do ódio contra o Partido dos Trabalhadores (PT) e contra as esquerdas já estava sendo semeada bem antes de 2015.

Os famosos sujeitos que se definiam como liberais na economia e conservadores nos costumes vinham ganhando espaço desde o início dos anos 2000, especialmente na revista *Veja*³¹. Esses desempenharam papel fundamental na propagação de ódio que vinha a tomar conta das ruas em 2015 no país, resultando futuramente na chegada da extrema-direita à presidência.

Uma série de eventos em 2014 deixou amostra de comportamentos de cunho fascistas, que apontavam uma inclinação à violência física e moral contra a diferença política e a

³¹ A exemplo o colunista Reinaldo Azevedo e o blogueiro Rodrigo Constantino.

diversidade³². Contraditoriamente³³, após as jornadas de junho de 2013, o ódio, o racismo e a defesa do uso da força policial passavam a ser defendida com vigor por vários.

Mediante esses aspectos e em concordância com Machado (2019) que 2014 é substancial para entender a extrema-direita que saía do armário. Como bem ressalta a autora, até aquele instante diversas pessoas se envergonhavam de dizer ser da direita, e desde então, muitos passaram a se vangloriar por isto.

Após os resultados das eleições presidenciais, com a vitória apertada da presidente Dilma (PT)³⁴, esse orgulho direitista e o ódio ao PT se canalizou no discurso anti-Dilma. A direita que não aceitava o resultado das eleições agiu de forma a colocar o *impeachment* como sua pauta central conseguindo grande apoio da população.

Sendo assim, Dilma (PT) venceu as eleições, mas não venceu o discurso. Nessa perspectiva, Pinto (2017) aponta que, “quem falava em nome do Brasil, quem dizia o que era o país, o que iria acontecer, era a oposição partidária e alguns grupos organizados nas redes sociais” (p 29). Logo, acontecia no país o que Boito Júnior (2018) denominou de ofensiva política restauradora da burguesia internacionalizada³⁵.

Mesmo saindo vitoriosa nas urnas a popularidade da presidente Dilma (PT) após as eleições começou a despencar. No início de seu mandato em janeiro de 2015 apenas 23% dos brasileiros adultos, de acordo com pesquisa realizada pelo Datafolha, consideravam o governo ótimo e bom, tendo, em comparação a dezembro de 2014, onde a porcentagem era de 42% de aprovação, caído 20 pontos a menos³⁶.

Um dos fatos que explica essa desaprovação consiste na fragmentação discursiva já em curso desde 2013. Afinal, nas manifestações ocorridas nesse período a direita se misturou à massa popular com o intuito de mudar a direção dessas manifestações, querendo impor como pauta principal a demonização dos partidos de esquerda e principalmente do PT. Mas como não obteve sucesso nessa arquitetura, nas eleições que se sucederam no ano seguinte, o PT, contando com o apoio do seu eleitorado tradicional e os clientes do governo que votavam por ideologia

³² Aqui destacamos repressão contra jovens de bairros periféricos de São Paulo que organizaram o chamado “rolezinho” ocorridos nos shoppings da cidade. Esse movimento organizado por meio das redes sociais cresceu e virou moda pelo Brasil.

³³ Me refiro ao termo contraditoriamente pelo fato de as manifestações de junho de 2013 terem como um dos motivos para a explosão das massas a revolta da população contra o uso da força policial contra os manifestantes.

³⁴ Dilma Rousseff (PT) obteve 51% dos votos contra o tucano Aécio Neves que teve 48,3% dos votos.

³⁵ Ver Reforma e crise política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT de Armando Boito Jr. (2018).

³⁶ Fonte: <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2015/02/1587329-aprovacao-a-governo-dilma-rousseff-cai-e-reprovacao-a-petista-dispara.shtml>; acesso em 02 nov. 2020

ou por cálculo de custo-benefício (PINTO, 2017) saiu vitorioso, mesmo que com números apertados.

Apesar disso, segundo Pinto (2017) a vitória eleitoral não garantiu a articulação de um discurso de governo capaz de dar sentido a política do país. E

O recrudescimento do discurso oposicionista, fortemente determinado pelas acusações de corrupção contra políticos do governo, resultou na popularização de postagens nas redes sociais de textos conservadores, antipetistas e de acusações e impropérios à presidenta e à pessoa Dilma Rousseff bastante agressivos. O governo chegou nas manifestações de março de 2015 com o país totalmente significado pelas oposições. O apoio popular a Dilma estava restrito ao núcleo dos militantes do PT (PINTO, 2017, p. 147).

Dentro dessa concepção, o ano de 2015 ficou marcado como o ano da volta da direita organizada para as ruas (HOEVELER, MELO, 2016). Como sabido, a centralidade das manifestações consistia no combate a corrupção. A insatisfação com os resultados das urnas levou as forças políticas derrotadas a urdir uma revanche em um “terceiro turno”, por vias antidemocráticas (MATOS, 2016). E um dos primeiros passos para a concretização dessa revanche foram as manifestações de março.

Embora os discursos que tomaram conta das manifestações já haviam sido difundidos em momentos anteriores, eles só ganharam força a partir de 2015. Essas manifestações, assim como as de 2013, tiveram forte impacto das redes sociais. Grupos se formaram por meio delas e a partir delas convocaram a população para as ruas, tendo forte apoio das principais redes nacionais de televisão.

Divergindo das manifestações de junho de 2013, a composição social dos manifestantes de 2015 eram em sua maioria: sujeitos brancos, com alto grau de escolaridade, renda média superior a cinco salários mínimos, ou seja, uma presença massiva das camadas médias brasileira, eleitores de Aécio Neves, ou melhor a camada politicamente conservadora e eleitora do PSDB nas últimas eleições (TELLES, 2015; ARCARY, 2016).

Esse público, que tentou tomar o protagonismo de junho de 2013, foi para as ruas afirmando que a corrupção era o principal problema do país. As classes dominantes que viam nas eleições de 2014 a vitória, quando rejeitadas no pleito eleitoral se manifestaram adotando uma postura de revolta. Dessa maneira, saíram nas ruas proliferando a ideologia de que “meu partido é o Brasil”, isto é, pregando uma forma de nacionalismo apolítico (ARCARY, 2016).

Apesar dos manifestantes considerarem uma piora na economia e na política, os temas relacionados a estes, como: Congresso Nacional, Reforma Política e economia não era o foco

das manifestações de 2015. Os protestos tinham um objetivo fixo: a saída da presidente Dilma Rousseff (PT) e o antipetismo.

As manifestações também expressaram desconfiança perante outros partidos políticos, como também, sob as instituições com a presença do PT no poder. Essa característica também se fez presente nas manifestações de junho de 2013, todavia, de acordo com Souza (2016) as manifestações de 2015 “[...] souberam conduzir as críticas a um sistema político como um processo de responsabilização na prática de um só partido. Isso explica o mote dos protestos em algumas capitais, com cartazes, falas em trios e faixas “na luta contra o PT” (p. 43).

Ainda que ecoassem durante todas as manifestações frases como “Meu partido é o Brasil” em uma tentativa de transmitir um viés antipartidário, a composição dos manifestantes deixou bem claro que não era bem isso. Na verdade, o que estava em andamento era o processo de reorganização das classes dominantes, que possui raízes em meados dos anos 1980 e tem como uma de suas expressões, entre várias outras, a eclosão de um novo *modus operandi* de ação político-ideológica (CASIMIRO, 2018).

Essa reorganização através da estratégia de demonização do PT conseguiu desfigurar quase que por inteiro os avanços nas áreas sociais e a melhoria econômica propiciada pelo governo petista mediante o modelo neodesenvolvimentista. A conjuntura de crise política ocasionou ao Partido dos Trabalhadores um futuro de insegurança e incredulidade.

Após as manifestações de junho de 2013 conforme Tatagiba (2014) um novo ciclo em aberto levaram a cabo um contraditório e multifacetado desejo de mudança na sociedade, no qual já era possível enxergar uma disputa entre projetos políticos distintos.

Desse modo, a mídia empresarial exerceu o papel fundamental, o de patrocinar os movimentos reacionários convocando os populares para as ruas colocando em execução mais um ciclo de protestos, além, de cobrir os escândalos de corrupção envolvendo o PT transformando-os em sua pauta principal. Tal atuação conseguiu alcançar os resultados almejados formando uma onda reacionário que foi fundamental na constituição da “Nova Direita” brasileira e da atual conjuntura do país.

Esse empenho conseguiu fazer com que 2015 levasse um número ainda maior de pessoas as ruas do que em 2013, e, diferente deste último, as cenas que predominavam nas manifestações reacionárias eram de manifestantes tirando selfies com policiais, ou seja, a violência policial ocorrida em 2013 não se repetiu em 2015.

FIGURA 3 - MANIFESTANDO SENDO FOTOGRAFADA AO LADO DE POLICIAIS



Fonte: ³⁷

As manifestações de 2015 contou com a liderança de grupos de oposição ao governo influentes desde o fim de 2013 eclodiram como os grandes organizadores das imensas manifestações verde-amarelo. “Vem pra Rua”, “Movimento Brasil Livre” e “Revoltados Online” assumiram, literalmente, o vácuo deixado pelos movimentos e partidos de esquerda durante e após as manifestações de 2013 (SCARTEZINI, 2016).

Liderados por jovens de classe média e alta e com alta instrução acadêmica, esses grupos possuem alguns ideais em comum, em especial o combate a corrupção e a governos totalitários. Esse fator contribuiu de maneira fundamental para que as manifestações ocorridas em 15 de março, 12 de abril e 16 de agosto tivessem como pauta principal o combate a corrupção.

Impossível passar despercebido a contradição entre uma das bandeiras levantadas por um desses grupos, o “Vem pra Rua”, e as reivindicações das manifestações. Tal grupo declara em seu manifesto ser contra qualquer tipo de violência e condena qualquer tipo de extremismo (separatismo, intervenção militar, golpe de Estado) no entanto, os cartazes das manifestações organizadas por ele reivindicavam “Intervenção Militar Já”.

³⁷ Disponível em: <https://m.folha.uol.com.br/poder/2015/03/1603251-manifestantes-tietam-e-tiram-selfies-com-policiais-do-batalhao-de-choque.shtml>

FIGURA 4 - "INTERVENÇÃO MILITAR JÁ!"



Fonte: ujs.org

Ainda que a presença de pedidos pela volta da intervenção militar se fizesse presente nas manifestações, em um artigo publicado na Revista Carta Capital, foi salientado que cerca de 71,10%³⁸ das massas nas ruas rejeita a ideia de entregar o poder para os militares. Essa parcela favorável à volta da intervenção militar justificou esse anseio por preocupação a “ameaça comunista”, elemento que também esteve presente nas manifestações e que ainda se faz presente na atual conjuntura brasileira, inclusive nas falas do atual presidente e seus apoiadores.

Essa mesma pesquisa também mostrou disparidade entre o discurso liberal dos grupos organizadores e o pensamento dos manifestantes.

Os pesquisadores questionaram as pessoas sobre seus direitos e a grande maioria se mostrou a favor de educação (86% dos entrevistados) e saúde (74,3%) providas de forma gratuita. Somente a gratuidade dos serviços de transporte foi rejeitada pelos participantes (48,90%) do protesto em São Paulo (TRUFFI, 2015).

Mesmo com a defesa por serviços públicos e com a concordância de que a prioridade do governo (qualquer governo) seja a de criar meios para a redução das diferenças entre as classes sociais, contraditoriamente, os manifestantes discordam de políticas governamentais de inclusão social, tais como o Bolsa Família (77,8%) (TELLES, 2015).

³⁸ Percentual coletado pelo estudo conduzido pela professora de Relações Internacionais da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) juntamente com o filósofo da Universidade de São Paulo (USP) Pablo Ortellado e Lucia Nader, da Fundação Open Society, para o grupo de Pesquisa em Políticas Públicas para o Acesso à Informação, da USP.

Essa discordância é alimentada pelo pensamento de que pessoas assistidas por programas sociais, em especial os de transferência de renda, se tornam mais preguiçosas, tornando-se dependentes eternos do governo. Essa perspectiva se viabiliza mediante o ideário neoliberal cada vez mais forte em nossa sociedade, fazendo crer que todos os indivíduos são capazes prosperar materialmente mesmo que não tenham as mesmas oportunidades, o que leva a exaltação da meritocracia.

As manifestações de 2015 se debruçou quase que unanimemente sobre o combate a corrupção e ao PT, popularizando o pensamento de que a solução para a crise política existente se resumiria a entregar o poder para um político honesto. Nesse momento estava posto a busca por um “salvador da pátria”.

Nessa busca a multidão de verde e amarelo ecoava em seus cartazes frases como “Fora PT”; “Fora Dilma”; “Lula nunca mais”; “Corruptos”; “Impeachment já”; “Lula na cadeia”; “não somos da direita, somos brasileiros direitos”.

FIGURA 5 - "NÃO SOMOS DE DIREITA, SOMOS BRASILEIROS DIREITOS!"



Fonte: Site da revista Veja³⁹.

Outra característica que é de essencial importância para entender os desdobramentos e resultados dessas manifestações, é o fato do alto nível de despolitização dos manifestantes e um

³⁹ Disponível em: <https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/o-15-de-marco-1-dois-milhoes-saem-as-ruas-de-verde-e-amarelo-contra-a-roubalheira-em-paz-manifestantes-protestam-contra-o-pt-pedem-a-punicao-dos-culpados-e-o-impeachment-de-dilma-ou-o-movimento-das-pe/>

acentuado discurso de ódio explicitamente fascista. Sendo assim, indícios do início de uma possibilidade de ascensão da extrema-direita no Brasil.

Esse combate à corrupção e a forte onda de ódio, fez com que, de acordo com Hoeveler e Melo (2016), camuflassem-se os problemas mais profundos da sociedade brasileira. A mídia enchia as casas dos brasileiros com uma enxurrada de noticiários acerca dos escândalos envolvendo a corrupção, dessa forma inviabilizando a percepção das “[...] contradições do modelo de desenvolvimento econômico – que eventualmente – costumam também ser explicadas como efeitos da corrupção – além de debates urgentes sobre o sistema da dívida pública” (HOEVELER; MELO, 2016, p. 58).

É importante lembrar que a agenda anticorrupção não é algo novo nas manifestações e debates políticos ocorridos no Brasil. Essa pauta se fez presente na conjuntura de 1954 e 1964, culminando em resultados desastrosos para a classe trabalhadora. Assim como na contemporaneidade, esta agenda juntamente à pauta do anticomunismo corroborou para a efetivação de um Golpe de Estado.

Como bem destaca Hoeveler e Melo (2016) nos episódios de 1954 e 1964 houve uma simbiose entre a agenda anticorrupção⁴⁰ e o principal partido de oposição da direita oligárquica, essa mesma simbiose ocorreu em 2015 quando o principal partido de oposição à presidência (PSDB) levou às ruas uma multidão com o intuito de se reestabelecer no poder.

Essa multidão, sem histórico de militância política foram às ruas guiadas por valores tradicionalistas - religiosos. Tornaram-se parte decisiva para a disseminação das bandeiras destas manifestações, e, mostraram-se bastante atuantes nas ruas durante este período.

Como já mencionado, aspectos fascistas se fizeram presentes nessas manifestações e perduram em nossa atualidade. Leandro Dias, colunista do Pragmatismo Político em uma de suas publicações relembrou a ascensão do fascismo no início do século XX, o mesmo ressalta que isso se deu mediante “[...] uma profunda descrença na política, no jogo de alianças e negociatas da democracia liberal e na sua incapacidade de solucionar as crises agudas que seguiam ao longo dos anos 1910, 20 e 30.”

O autor ainda destaca que o fascismo serviu como refúgio dos conservadores (seja da classe média ou da elite) contra o socialismo. Contudo, o mais importante destaque se refere ao fato da adesão do fascismo pela classe média, dá-se pelo medo do empobrecimento e pela perda do status social, ou seja, o medo de proletarizar.

⁴⁰ De acordo com Hoeveler e Melo (2016) essa agenda também se fez presente na campanha do candidato vitorioso nas primeiras eleições diretas depois do fim da ditadura, Fernando Collor de Mello, em 1989.

Essas ressalvas sobre o fascismo se assemelham com a conjuntura do ano de 2015. Nas últimas décadas a classe média que ascendeu socialmente, educou-se e se inseriu no mercado de consumo de bens importados e viagens internacionais, viu seu status e poder de consumo ameaçados e foram às ruas, voltando-se contra uma “ameaça comunista” e contra a corrupção, estes julgados por eles fatores essenciais da sua decadência.

O ano de 2015 foi o ano em que a direita resgatou a classe média emergente, a qual se configura como um grande depósito dos ideais fascistas, sempre bem resgatados pelo capital quando conveniente (SCARTEZINI, 2016).

Foi o ano em que a direita encontrou um novo meio de agir. Isto quer dizer que a mesma se apropriou das mídias sociais para expandir sua clientela. Dessa forma, renovou suas estratégias que se moveram para os espaços on-line, a fim de disseminar intensamente o tema da corrupção como escândalo político midiático, concentrado sobre o PT e seus políticos (TELLES, 2015)

Como bem resumiu Demier (2016) as manifestações de 2015 foi a prova cabal de que a oposição de direita partiu para o ataque. Inicialmente, viu como rota o desgaste do Partido dos Trabalhadores (PT), entendeu ser esse o caminho para viabilizar sua futura volta ao poder, apresentando como alternativa para os problemas enfrentados no Brasil um programa econômico que não é, se não, uma versão mais radicalizada do neoliberalismo. Ou pode-se dizer, do próprio programa econômico petista.

As manifestações da conjuntura brasileira de 2013 e 2015 foram fundamentais para os anos que se sucedem. Impactaram diretamente na materialização do Golpe jurídico-institucional de 2016 contra a presidente Dilma e a formação da atual conjuntura brasileira, permeada pelo aprofundamento da política neoliberal. Diante disto, passaremos para a próxima sessão deste capítulo a qual se destinará a analisar o processo do golpe, entendendo-o como um consenso de estratégia neoliberal, uma estratégia política e ideológica de longo prazo.

3.3 “TCHAU QUERIDA: o golpe jurídico-institucional de 2016

Com o intuito de compreendermos acerca da atual conjuntura política e econômica brasileira, sobretudo acerca dos fenômenos neoliberalismo e bolsonarismo, é de suma importância analisarmos o Golpe jurídico-institucional de 2016.

Esse processo, assim como os antecedentes – manifestações de junho de 2013 e as manifestações reacionárias de 2015 – constituíram as bases para o que está posto em nossa atual

conjuntura, a versão mais ortodoxa do neoliberalismo representada pelo atual presidente e sua cúpula de ministros, especialmente o Paulo Guedes⁴¹, ministro da economia.

Nesta sessão partiremos da hipótese de que o Golpe de 2016 foi o início de uma estratégia neoliberal de longo prazo, implantada pelo que Boito Jr. (2016) denomina de ofensiva restauradora da direita neoliberal, que tem como objetivo restaurar a hegemonia no bloco de poder do grande capital internacional e da fração da burguesia brasileira a ele integrada, por meio do resgate do programa neoliberal ortodoxo do século passado.

Nessa perspectiva, entender o Golpe de 2016 significa analisá-lo dentro do contexto da crise do capitalismo neoliberal, partindo desde a crise financeira de 2008/2009, a nível mundial (ALVES, 2016; MASCARO, 2018)

Em face disso, Mascaro (2018) aponta que a atual crise brasileira é determinada economicamente e sobredeterminada juridicamente⁴², assim, não podendo ser analisada apenas como “[...] uma crise restrita ao golpe que tira Dilma Rousseff e põe em seu lugar Michel Temer [...]” (MASCARO, 2018, p. 23). Logo, deve-se

[...] levar em consideração não apenas a processualidade imediata da conjuntura política nacional, com os bastidores do jogo de poder entre o PT, PMDB e PSDB e as articulações sinistras entre Congresso Nacional, Supremo Tribunal Federal, Procuradoria Geral da República, Ministério Público Federal e Polícia Federal no seio do aparelho de Estado, ao lado da Operação Lava-Jato e a intensa manipulação da opinião pública pela grande imprensa [...] (ALVES, 2016, p. 02).

É importante, ao analisarmos as motivações do golpe, considerarmos todos os personagens visíveis e invisíveis que atuaram muitas vezes sem saber, no palco histórico composto pelas forças ocultas dos interesses econômicos, políticos e geopolíticos profundos que integram o movimento das contradições orgânicas do sistema-mundo do capitalismo neoliberal em sua etapa de crise estrutural. Na realidade, é neste palco que se pleiteiam os interesses cruciais da produção e reprodução da ordem burguesa mundial (ALVES, 2016).

Nele, o Brasil é apenas uma província do sistema-mundo do capital global hegemonicamente financeirizado, em que se disputa o reordenamento desse sistema perante o comando do império neoliberal (ALVES, 2016).

⁴¹ Economista brasileiro pela UFMG, Guedes cursou seu mestrado na Universidade de Chicago, o berço do liberalismo mundial. Aluno de Milton Friedman e outros vencedores do prêmio Nobel de Economia, Guedes tem em sua trajetória uma história de conversão ao liberalismo, a ida ao Chile em prol de conferir de perto as reformas econômicas posta na ditadura de Pinochet comandadas pelos Chicago Boys, na década de 1980. Além disto, o mesmo foi um dos criadores do Instituto Millenium, entidade que promove o pensamento liberal.

⁴² Economicamente no que tange a acumulação e a valorização do valor e juridicamente, em sua conformação com a forma política estatal em aparatos e aparelhos de legalização, perseguição e julgamento, como os tribunais (MASCARO, 2018, p. 23).

Esse reordenamento da lógica neoliberal tem como objetivo a constitucionalização econômica, a implantação geral de uma nova lógica normativa, capaz de incorporar e reorientar duradouramente políticas e comportamentos numa nova direção, subordinadas à globalização e à financeirização do capitalismo (DARDOT; LAVAL, 2016).

Em curso no Brasil desde 2016, essa nova lógica normativa se firma na tentativa de acabar com a superposição institucional⁴³ (Constituição de 1988) objetivando implantar uma estrutura estatal tipicamente neoliberal, assim impedindo que “[...] a alternância de poder possa utilizar os instrumentos existentes de forma distinta da que se aceita numa lógica neoliberal⁴⁴” (DWECK; ROSSI, 2019, p. 77).

É a partir dessa visão, que entendemos que o Brasil tem passado pela implantação de uma estratégia neoliberal de longo prazo que começa em 2016 com a concretização do golpe jurídico-institucional, perpassando o bolsonarismo da atual conjuntura e sem vistas de mudanças.

Tal estratégia conta com forças econômicas, político-ideológicas e geopolíticas ocultas que atuam intensamente, externa e internamente. Forças que coordenam os interesses estratégicos do Departamento de Estado norte-americano, o polo hegemônico neoliberal, “[...] com elementos (partidos, movimentos sociais, *think tanks* e meios de comunicação de massa) da operação neoliberal, reacionária e oligárquica brasileira (a direita fisiológica e ideológica que ocupou com o afastamento de Dilma, o governo Temer) (ALVES, 2016, p. 02).

Esses elementos agem em favor da classe burguesa moderna operando como alicerce para a construção de sua hegemonia, bem como para restauração de sua ordem. À vista disso, destacamos a atuação de importantes entidades empresariais que buscam universalizar seus interesses de classe como consenso (CASIMIRO, 2018). Essas entidades tiveram papel fundamental na reorganização das classes dominantes do Brasil contemporâneo, atuando por meio de atividades e iniciativas de uma vasta rede de organizações culturais, movimentos políticos e instituições educacionais.

Atrelado a isso, na conjuntura brasileira contemporânea, acrescenta-se a relação da mídia cada vez mais sedutora, com especial destaque para a internet a qual promove sua visão

⁴³ Termo utilizado por Esther Dweck e Pedro Rossi, para referir-se ao arcabouço típico de um Estado de bem-estar social, no caso do Brasil a Constituição de 1988.

⁴⁴ Assim como fez o PT, que apesar de continuar com a agenda neoliberal, adotou políticas que levaram entre 2004 e 2014, a um crescimento com redistribuição de renda (ex: Programa Bolsa Família), baixo desemprego e redução de juros.

de mundo e seus valores pela sociedade, instituindo-se como suporte para a dominação de classe e para a ampliação do Estado (CASIMIRO, 2018).

É importante frisar que no âmbito do capitalismo mundial, o Brasil é o país da América Latina com maior ligação ao imperialismo neoliberal ⁴⁵, entretanto, em seus governos “neodesenvolvimentistas” – Lula e Dilma - algumas contradições como a construção do bloco contra hegemônico ao poder do dólar e uma política econômica e social oposta à política do Consenso de Washington foram postas⁴⁶, assim estremecendo a relação Brasil versus Estados Unidos.

Acumulada a essas contradições, Kanaan (2019) destaca como questão chave no abalo dessa relação a descoberta da camada pré-sal de petróleo na costa brasileira e a sequente lei implantada pelo governo Lula a qual garantia à Petrobras cerca de 30% da exploração dos campos. Tal lei favorecia a Petrobras como principal operadora na exploração dos campos de petróleo do pré-sal, causando indignação no governo estadunidense, o que fez com que o cônsul do Rio de Janeiro, Denis Hearne, articulasse com os (as) CEOS’s das petrolíferas dos EUA um meio de derrubar a leis pré-sal.

Nesse sentido, a estratégia se pautou em aliciar empresários e políticos brasileiros da oposição na defesa dos interesses norte-americanos, além de investir em treinamento de juízes, promotores e policiais federais.

Em telegrama de outubro de 2009, a charge d’affaires Lisa Kubiske relatava a realização de conferência organizada pela embaixada sobre “crimes financeiros ilícitos”, que se estendeu por seis dias no Rio de Janeiro e treinou juízes e promotores dos 26 Estados brasileiros e mais de 50 agentes da Polícia Federal – dentre eles Sérgio Moro, que palestrou sobre “lavagem de dinheiro” – no “combate à corrupção” (KANNAAN, 2019, 120).

É bom lembrar, que após a crise de 2008/2009 a disputa pelo território geopolítico da América Latina se tornou categórica para o Departamento de Estado norte americano. Em virtude desse interesse escutas secretas da NSA⁴⁷ foram instaladas, colhendo informações sobre o governo Dilma Rousseff (PT), que serviram para fomentar matérias que dariam base a Operação Lava-Jato, utilizada como um dos principais mecanismos responsáveis por viabilizar o golpe jurídico institucional de 2016.

⁴⁵ Termo utilizado por Giovanni Alves.

⁴⁶ Apesar disso, não foram suficientes para romper com o Estado neoliberal dos governos de Fernando Collor de Mello (1990-1992) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). (ALVES, 2016).

⁴⁷ Agência de Segurança Nacional dos Estados Unidos.

Como já mencionado, as novas experiências neodesenvolvimentistas pelas quais passavam o Brasil na década de 2000, provocaram implicações na relação Brasil e EUA. No entanto, os interesses norte-americanos tiveram suas bases mais estremecidas quando começou a se articular o BRICS⁴⁸ em 2011 (ALVES, 2016).

Os norte-americanos consideram o BRICS uma ameaça a sua economia no mundo, visto que, os países que o compõe representam metade da população mundial e atingem cerca de 46% da economia, com a Rússia e a China fazendo negócios sem usar o dólar. Dessa maneira, os EUA provocaram conflitos em diversas partes do mundo, causando de certa forma movimentações em sua economia, operando para desestabilizar os países que compusessem o BRICS.

O historiador Moniz Bandeira (2016) também corrobora dessa perspectiva, para ele “Os EUA não se conformam com o fato de o Brasil integrar o bloco conhecido como BRICS e seja um dos membros do banco em Shanghai, que visa a concorrer com o FMI e o Banco Mundial”.

Dentro desse contexto uma das intervenções dos EUA no golpe, tratou-se de algumas entidades norte-americanas como a Fundação Ford e a Fundação Rockefeller, utilizarem organizações não-governamentais (ONG’S) de fachada para o investimento de milhares de dólares em grupos ligados ao espectro político da direita brasileira como o MBL, afim de atuarem na cooptação de movimentos legítimos que protestavam contra o governo posto, transformando a pauta desses movimentos em uma pauta que favoreceria aos interesses burgueses e os do imperialismo norte-americano (XÉU, 2016) (BANDEIRA, 2016).

O renomado economista canadense, Michel Chossudovsky, também reforça a participação dos EUA na derrubada do governo Dilma. Ele explica em seu artigo: “Golpe ‘*made in USA*’: Queda de Dilma ordenada por Wall Street” porque a queda de Dilma foi sistematizada pelo capital financeiro norte-americano. Chossudovsky (2016) frisa que

As nomeações principais do ponto de vista de Wall Street são o Banco Central, que domina a política monetária e as operações de câmbio, o Ministério da Fazenda e o Banco do Brasil [...] ressaltando que, desde o governo FHC, passando por Lula e Temer, Wall Street tem exercido controle sobre os nomes apontados para liderar essas três instancias estratégicas para a economia brasileira” (CHOSSUDOVSKY, 2016, p. 02).

Após a concretização do Golpe, o governo interino de Michel Temer designou um ex-CEO de Wall Street, Henrique Meirelles, para dirigir o Ministério da Fazenda. Meirelles, que havia sido ministro do governo Lula foi dispensado por Dilma em 2010, interrompendo com a

⁴⁸ O BRICS é o agrupamento formado por cinco grandes países emergentes - Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul - que, juntos, representam cerca de 42% da população, 23% do PIB, 30% do território e 18% do comércio mundial.

tradição de nomear uma raposa do Wall Street para o Banco Central. Essa atitude foi encarada como uma afronta e é apontada por Chossudovsky (2016) como um dos motivos para o golpe.

Voltando à concepção de que os acontecimentos antecedentes ao golpe – manifestações de junho de 2013 e as manifestações reacionárias de 2015 – contribuíram para sua concretização, é de suma importância ter em vista em nossa análise a contribuição da tecnologia da informação na propagação desses eventos.

A utilização das redes sociais é algo característico do que foi denominado de Revoluções Coloridas, e a utilização dessas no Estado brasileiro contribuiu veementemente para disseminação da ideia do impeachment. Esse fato cooperou para a tese de que no Brasil as manifestações de 2013 culminaram na abertura de uma Revolução Colorida.

Essa “revolução” se caracteriza por ser uma operação de mudança de regime por meio de um conjunto de métodos não violentos de ação política, que busca implantar governos neoliberais alinhados aos EUA. As mesmas começam com manifestações aparentemente espontâneas em protesto contra governos antiestadunidenses. (SOUZA, 2018). Via de regra, esse foi o cenário do Brasil no período de 2013 a 2016.

Juntamente a esta tese, Medeiros Filho (2018) aponta que a conjuntura na qual culminou o Golpe de 2016 é considerada por alguns um exemplo sofisticado de Guerra Híbrida⁴⁹, no qual não se chegou ao conflito armado. Todavia,

Contou com manifestações de rua e com a chamada “Operação Lava Jato”, de suposto combate à corrupção, conduzida por um juiz de confiança. Além disso, foi necessário ainda a compra de grandes parcelas do Congresso, o controle dos meios de comunicação, a cooptação do Supremo Tribunal Federal [...] (MEDEIROS FILHO, 2018, p. 13).

A Operação Lava Jato citada acima foi uma das peças fundamentais na viabilização do golpe, contou com a espetacularização das denúncias em horário nobre. Mauricio Moura e Juliano Corbelline em seu livro “A eleição disruptiva: por que Bolsonaro venceu (2019) defenderam a tese de que a Lava Jato se tornou um partido, e que, nas eleições após o Golpe o candidato que vestisse a camisa deste partido ganharia as eleições, de fato, isso foi o ocorrido. Nosso atual presidente, Jair Bolsonaro (sem partido) vestiu a camisa deste partido e levantou a bandeira anticorrupção chegando vitorioso ao pleito eleitoral de 2018.

⁴⁹ Segundo Medeiros Filho (2018) entende-se por Guerra Híbrida o “[...] uso de métodos e apoios os mais variados contra um determinado país. Da mobilização de parte da população, como nas revoluções coloridas, aos drones e bombardeios aéreos, passando pelo cooptação da mídia, do aparato judicial e policial do país visado, pelo apoio a grupos armados, intervenção eleitoral, fake news e o que mais for possível usar” (MEDEIROS FILHO, 2013, p. 13).

Um outro ponto a evidenciar em nossa análise é o fato de que na virada para a década de 2010, a crise das economias latino-americanas propagada pela queda dos preços do petróleo e de outros *commodities* se tornou aliada da política reacionária das oligarquias locais de direita ligadas aos interesses geopolíticos do Departamento de Estado norte-americano.

Diante desse contexto, formou-se na América Latina uma importante frente de combate geopolítico levada a cabo pelo Império Neoliberal. Assim, ao passo que as tentativas golpistas para derrubar o governo de Hugo Chávez na Venezuela na década de 2000 fracassavam, novas estratégias de derrubada de governos neodesenvolvimentistas e pós-neoliberais não alinhados com Washington, foram arquitetadas na década de 2010. Isto posto, a estratégia de desestabilização contínua nos marcos da institucionalidade democrática e com apoio dos Tribunais Constitucionais foi a carta da vez.

Logo, no Paraguai em 2012, a experiência do golpe branco⁵⁰ foi usada como “[...] laboratórios de políticos para se derrubar governos mantendo-se a aparência de legalidade democrática. Essa estratégia de subversão hegemônica (o “golpe branco”) seria utilizada no Brasil em 2016” (ALVES, 2016, p. 11).

Conforme Filho e Moraes (2018) a vitória de Rousseff em 2014 se deu em volta de duas fragilidades. Tais fragilidades dizem respeito a deterioração da economia que naquele instante ocorria de maneira rápida e a sua campanha eleitoral. Diante da ascensão conservadora, em 2014, Dilma adotou um discurso mais à esquerda no qual se desalinhava aos governos anteriores do PT que tendiam a ser mais conciliatórios.

No entanto, em seguida, medidas contraditórias ao discurso eleitoral foram tomadas por Rousseff. Sua segunda gestão começou sob a égide da política da austeridade. A presidente se rendeu à realidade política e nomeou Joaquim Levy para o Ministério da Fazenda. O novo ministro tinha a missão de “[...] implantar uma política de austeridade fiscal para reduzir o déficit nas contas públicas e controlar a deterioração da conta de transações correntes [...]” (FILHO; MORAIS, 2018, p. 185) que por conjectura, só poderia ser posto em prática mediante cortes nos gastos públicos e contração da economia, ou seja, recorrendo às medidas de cunho neoliberal.

É interessante observar que a indicação para o Ministério da Fazenda, do economista-chefe do principal banco privado brasileiro (Bradesco), do homem do mercado, parecia querer repetir a manobra de conciliação de opostos realizada por Luís Inácio Lula da Silva em 2003, contendo a oposição empresarial e recriando, quem sabe, um grande pacto que incluía até a

⁵⁰ Golpe geralmente realizado pelo Senado (no caso de países presidencialistas) que conta com o apoio da grande mídia, está encarregada de propagar discursos que buscam transparecer legitimidade na derrubada do governante.

Federação Brasileira dos Bancos (FEBRABAN), da qual os interesses foram atacados publicamente pela presidente em 2012 (BASTOS, 2017).

Conforme aponta Filho e Moraes (2018), Rousseff encarou crises convergentes que levaram à degradação dos dois principais eixos dos governos PT: a variante desenvolvimentista do neoliberalismo e as alianças políticas que apoiavam o governo. Nesse instante, o governo travava a difícil, ou melhor, impossível tarefa de estabilizar a economia e construir pontes com o capital por intermédio da conciliação entre a implementação de uma política ortodoxa de ajuste e a tentativa de não ceder aos cortes nos direitos e programas sociais, embora seu financiamento estivesse comprometido por conta da queda nas receitas fiscais decorrente da desaceleração econômica.

Esse quadro de crise se intensificou. Iniciativas do governo passaram a ser bloqueadas no Congresso. A mídia aumentou a pressão sobre o governo, bombardeando-o com duras críticas diariamente. O governo perdia aliados a todo instante, a cada rodada de cortes e a cada concessão de curto prazo feita. A estratégia de acumulação foi estagnada, a economia desmoronava a olhos vistos, “[...] a política nacional enfrentava um impasse, e pragas bíblicas chegaram na forma dos vírus *Zika*, *Chikungunya*, h1n1 e da dengue.” (FILHO e MORAIS, 2018, p. 186).

Diante dessas circunstâncias, o judiciário e a polícia federal pressionavam cada vez mais o PT. Escândalos de corrupção cresciam e eram jogados ao vento, tornando-se as principais manchetes de jornais, favorecendo a oposição. A aliança progressista despencou e junto dela a hegemonia⁵¹ política do partido.

A conjuntura posta favoreceu as forças de direita oligárquica financiadas pelas forças ocultas da oligarquia financeira-industrial que apostaram na construção do elo indispensável para o golpe branco. Esse elo se constitui da maioria política no Congresso Nacional, tendo como principal articulador o parlamentar Eduardo Cunha, do PMDB. Em vista disso, o controle do Congresso Nacional, o deslocamento político do PMDB, implodindo a base governista, e a Operação Lava Jato integraram o cenário para o andamento do *impeachment* sem fundamento jurídico.

Portanto, o que se operava na década de 2010, não só no Brasil, mas no contexto da América Latina, seja por via de voto ou pelo golpe branco, era a derrubada de experiências pós-neoliberais ou neodesenvolvimentistas como recuperação de posições perdidas no jogo

⁵¹ Nos referimos a hegemonia sob o conceito de Gramsci. Portanto, entende-se hegemonia como uma ação partidária, uma ação de classe. O poder exercido por meio de um conjunto das instituições políticas mas através da cultura; Para maior entendimento ver: “Cadernos do cárcere” Volume I.

geopolítico no início da década de 2000. Um movimento geopolítico que se compõe com o cenário de reordenação geopolítica do Império neoliberal pós-crise financeira de 2008/2009. (ALVES, 2016).

À frente disso, percebe-se que o que temos nos dias de hoje se trata de uma reação neoliberal num sistema em decadência incapacitado de se comprometer com a modernização, mesmo que conservadora. O que implica, conforme aponta Alves (2016) em complicações no plano da institucionalidade política, uma vez que, não podendo se sustentar pelo voto, a democracia bem como conhecemos, pode ser abolida.

O saldo da quebra da frente política neodesenvolvimentista iniciada em 2013, deu origem a uma nova composição política no Congresso Nacional que inviabilizou o governo de Rousseff, reeleita em 2014. Dessa maneira, reagrupando o bloco de poder da burguesia (PMDB – PSDB) que tinha sido fraturado pelo lulismo desde 2002 (ALVES, 2016).

Marx, em sua obra *18 brumário de Luís Bonaparte*, ao citar Hegel, afirma que os acontecimentos históricos acontecem duas vezes: primeiro como tragédia e segundo como farsa (MARX, 2011, p.25). Essa afirmativa se aplica ao Brasil, ao passar pelo golpe de Estado militar de abril de 1964 caracterizado como tragédia que afundou o país em vinte anos de ditadura militar civil, com um saldo de centenas de mortes e milhares de torturados. Já o Golpe branco de maio de 2016 acontece como farsa. Como diz Löwy (2016) “[...] um caso tragicômico, em que se vê uma cambada de parlamentares reacionários e notoriamente corruptos derrubar uma presidente democraticamente eleita por 54 milhões de brasileiros, em nome de irregularidades contábeis.” (LÖWY, 2016, p. 65).

O saldo da farsa do golpe de 2016 foi a retomada hegemônica do bloco de poder oligárquico sob direção do capital financeiro com o governo – ilegítimo – de Michel Temer (MDB). A partir deste momento assistiríamos a um espetáculo de ataques aos direitos conquistados por meio de um longo processo de lutas sociais. O governo golpista mergulhou na implacável imposição de uma estratégia baseada em uma variante internacionalizada e altamente excludente do neoliberalismo (FILHO; MORAIS, 2018, p. 237).

Diante dessas afirmações, reforça-se a premissa de que o núcleo do golpe é econômico (MASCARO, 2019) e que

[...] a acumulação capitalista nacional e internacional hodierna busca se resolver por meio de maiores espoliações, engendrada por frações burguesas. O movimento do golpe a partir da crise é uma investida da luta de classes capitalistas contra as classes trabalhadoras. Majoração da exploração do trabalho, financeirização da previdência social e privatização são seus marcos imediatos (MASCARO, 2019, p. 26).

Em vista disso, o governo de Michel Temer (MDB) põe em prática medidas de cunho radical e caráter conservador. Suas principais iniciativas incluíram mudanças nos contratos de exploração de petróleo privilegiando o capital transnacional em detrimento da Petrobras; limitação dos gastos públicos em vinte anos, mediante aprovação de uma emenda constitucional; reforma trabalhista e tentativa de aprovação de uma dura reforma de previdência social.

Vale salientar, que no documento *Uma Ponte para o Futuro* no qual apresenta as iniciativas projetadas pelo governo ilegítimo de Temer, o Estado, sobretudo o Estado Social, é colocado como grande responsável pela crise fiscal. Nesta perspectiva, justifica-se o plano de austeridade fiscal, que coloca o fundo público antes destinado ao financiamento dos direitos sociais, passe agora, a canalizar o pagamento da dívida pública. Dessa forma, favorecendo, sobretudo o mercado financeiro brasileiro (MUSTAFA, 2019).

Desde então, fica evidente que emerge sob Temer nessa conjuntura pós golpe, a oportunidade da regressão econômica e social, com o aumento da exploração do capital sobre a classe trabalhadora (MASCARO, 2019, p. 27).

De igual maneira ocorre sob Bolsonaro, todavia, com o acréscimo de regressões civis e de maior desmonte institucional. Logo, percebe-se que as oportunidades decorrentes da crise ocasionaram o golpe e continuam dando chance as investidas de classes, frações e grupos exploradores e dominantes, antigos e novos (MASCARO, 2019).

Em suma, o governo de Michel Temer (MDB) tratou de aprovar uma série de medidas capazes de colocar a economia nos trilhos de um programa ultraliberal, sem os arroubos sociais dos governos petistas. Assim, além da PEC dos gastos e reforma trabalhista – já mencionadas acima – se caracterizou um decréscimo nos investimentos públicos federais, que caíram mais de 40% entre 2016 e 2018, uma queda maior que em 2015 (PAULANI, 2019).

Na atual conjuntura brasileira, com o governo Bolsonaro, a intensificação das políticas ultraliberais permanece. Portanto, rebatendo nas esferas econômicas, do trabalho, da educação, da previdência social, da saúde e da assistência, como também na subjetividade dos indivíduos. Tendo em vista este cenário, na próxima sessão iremos abordar a ascensão de uma “nova direita no Brasil” e como a partir dela Jair Bolsonaro ganhou protagonismo chegando ao ser eleito Presidente da República.

4 A NOVA DIREITA NO BRASIL E O FENÔMENO BOLSONARO

Este capítulo versa sobre os caminhos e os fatores que levaram a ascensão da nova direita no Brasil, assim como, os fatos que tornaram Jair Messias Bolsonaro – seu principal representante – presidente do Brasil. Também será discutido, o fenômeno que transcende a figura de Jair e que se caracteriza por uma visão de mundo ultraconservadora e adoradora dos valores tradicionais. Aquele que se apresenta como nacionalista e patriótico, o intitulado bolsonarismo.

4.1 A ascensão da nova direita no Brasil: breves apontamentos

Como já descrito, o ciclo de manifestações de rua iniciadas em 2013 se tornou a expressão mais ostensiva do esgotamento de um modelo político inaugurado⁵² e estruturado no decurso do processo de transição democrática e atingiu o seu ápice na era lulu-petista. O esgotamento desse modelo somado ao processo prolongado de crise econômica global foi um dos principais fatores que contribuiu veementemente para a concretização do golpe de 2016 e a atual conjuntura política brasileira.

O fracasso da tentativa do PT de recomposição da base de apoio no congresso, associado a estratégia de reeditar o pacto lulista foi por água abaixo, contando com forte apoio da chamada Operação Lava Jato, da influência midiática dos principais meios de comunicação do país e o aprofundamento da crise econômica, que isolou o governo Dilma (PT) e deu fôlego a ideia de *impeachment*.

O cenário político e econômico desse momento se desgastou rapidamente dando espaço para a formação de uma aliança constituída por setores do Congresso Nacional, da grande mídia em cooperação com o poder judiciário, do empresariado militar e lideranças evangélicas fundamentalistas. As mobilizações já mencionadas, nutridas pelo espetáculo das denúncias de corrupção respaldadas pela Operação Lava Jato, acrescentaram um teor de massas para o fortalecimento do bloco de extrema-direita (SOUZA; SIRCOVSKY, 2020).

A junção desses fatos resultaram em um governo interino dirigido por Michel Temer (MDB) que deixou nítido os interesses econômicos, políticos e sociais que estavam por trás do golpe com a implementação de um programa de austeridade econômica.

⁵² Refiro-me ao neoliberalismo.

Entretanto, ao contrário do que aconteceu no *impeachment* vivido em 1992, contra Fernando Collor de Mello, no qual o novo presidente (Itamar Franco)⁵³ conseguiu estagnar a crise herdada de seu antecessor, Temer (MDB) não obteve êxito no enfrentamento à crise econômica e ética que assolava o país.

No plano econômico, seus indicadores foram tímidos para os anseios da população e sua aposta em duas agendas de reformas estruturais - trabalhista e previdência - obteve êxito parcial, tendo aprovado apenas a primeira. No campo político, não sinalizou qualquer ruptura com o padrão clientelista tradicional na relação entre Executivo, partidos e Legislativo (MOURA; CORBELLINI, 2019, p. 47).

Tais fatos resultaram em um governo com baixo índice de popularidade e acabaram sendo engolidos pela Operação que deu bases para o processo do golpe jurídico-institucional de 2016. A Operação Lava Jato acarretava estragos por todos os lados, não só atingiu o PT como também os principais partidos da direita: PSDB e MDB. Acontecia uma verdadeira desmoralização da classe política brasileira aos olhos da opinião pública.

Essas circunstâncias proporcionaram um momento favorável para que uma nova liderança política pudesse concentrar forças e canalizar as pontas soltas.

Surge então um discurso genuinamente resultante da arcaica mentalidade política brasileira. Os seus traços mais tacanhos aparecem explícitos na síntese ideológica do “homem de bem”; todas as imagens ideológicas viscerais da formação social brasileira afloradas: o patriarcado, o autoritarismo, a exaltação da violência, a homofobia, o fundamentalismo cristão etc. Todos os demônios do ultraconservadorismo brasileiro aparecem explícitos em uma liderança que encarna esse “homem de bem”, e mais: ostentando cinicamente a bandeira política de ser um outsider, de não fazer parte da política profissional, manchada pela pecha da corrupção. A sintomática síntese desse movimento está na máxima viral “meu partido é o Brasil” (PINHEIRO, ANO, p. 26).

Logo se percebe que o momento de crise econômica e de desmoralização da classe política beneficiou a ascensão da nova direita brasileira, a qual se pauta nas características citadas acima. No entanto, foi a partir de 2006 que os descontentes com o governo do Partido dos Trabalhadores (PT) começaram a buscar ambientes nos quais pudessem expressar-se livremente, sendo assim, passaram a organizar fóruns de discussão na internet com o intuito de romper com os limites do pacto democrático de 1988⁵⁴ que norteavam a direita tradicional

⁵³ Itamar Franco montou um governo com larga amplitude política e base parlamentar confortável, e implementou uma agenda econômica que enfrentaria com sucesso a grave crise inflacionária que penalizava o país desde o final do seu mandato com altos índices de popularidade e, sustentado no sucesso do Plano Real, elegeu seu sucessor, seu ex-ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso (MOURA; CORBELLINI, 2019, p. 47).

⁵⁴ Aqui refere-se a combinação entre a Constituição de 1988 e o arranjo de governabilidade conhecido na ciência política como presidencialismo de coalizão (ROCHA, SOLANO, 2021).

desde então (ROCHA; SOLANO, 2021). No entanto, a pergunta que fica é: quais os mecanismos utilizados por essa nova direita na captura das massas e qual a “receita” que levou ao sucesso dessa direita?

O primeiro elemento que queremos situar é o destaque dado por Rocha e Solano (2021) sobre o saldo dos fóruns apontados acima. Esses desembocaram no surgimento de novos grupos de estudos e atuação política nas universidades, organizações civis, ideias de novos partidos, movimentos sociais e lideranças intelectuais e políticas cujo destaque foi o papel exercido pelo escritor Olavo de Carvalho.

Paralelamente, o antipetismo e o discurso da existência de uma hegemonia cultural esquerdista foram dois elementos que marcaram fortemente a ascensão da nova direita. No livro *#VaipraCuba!: A gênese das redes de direita no Facebook*, o autor Marcelo Júnior apresenta as páginas de *facebook* que mais veicularam mensagens antipetistas durante o período eleitoral. Entre as páginas pessoais as com maior destaque eram as de Olavo de Carvalho e as do próprio Jair Bolsonaro, a gênese da nova direita brasileira (JUNIOR; GAGLIARD, 2019).

No entanto, apesar de ter sido um forte componente para essa ascensão não podemos ignorar o efeito da mídia de longa duração sobre a população. Todos os dias um espetáculo midiático acerca do antipetismo e contra a corrupção ecoava os televisores da casa dos brasileiros.

Junior e Gagliard (2019) apontam que desde as eleições de 2010 a grande mídia produziu farta publicização de escândalos sobre corrupção durante a campanha, favorecendo fortemente o PSDB e tendo foco nos episódios envolvendo o PT. Nos jornais impressos, 1604 textos sobre escândalos petistas foram publicados no período eleitoral.

Em 2014, tivemos novamente uma forte exploração de escândalos com viés desfavorável ao PT e a sua candidata à reeleição, Dilma Rousseff. Foram 688 matérias sobre escândalos petistas contra 229 matérias sobre escândalos tucanos. No plano das manchetes de jornal, um elemento fundamental da comunicação da mídia impressa, Dilma recebeu 35 negativas durante o período da campanha eleitoral, enquanto Aécio Neves (PSDB), somente sete [...] A capa da revista *Veja* com uma montagem sombria dos rostos de Lula e Dilma, dizendo que eles sabiam tudo sobre a corrupção na Petrobrás, foi distribuída dias antes do segundo turno como santinho da campanha tucana [...] (JUNIOR, GAGLIARD, 2019, p. 32).

FIGURA 6 – DILMA E LULA NA CAPA DA REVISTA VEJA



Fonte: Revista veja⁵⁵.

Essa disseminação do antipetismo tendo a mídia e as redes sociais como principais aliadas, contou com a propagação das famosas *fake News*. A nova direita utilizou da falsificação do real, inundando as redes sociais e os grupos de *WhatsApp* com a sua versão dos fatos, empenhando-se para que elas se tornassem verdade. Esse falseamento da realidade cumpriu seu papel ideológico e elevou a nova direita ao sucesso.

Podemos dizer que esta foi uma estratégia certa utilizada principalmente pelo maior representante da nova direita brasileira, Jair Messias Bolsonaro (sem partido)⁵⁶. Como aponta Mello (2020)

A estratégia digital da campanha do ex-capitão estava a anos-luz à frente de qualquer outra. Carlos Bolsonaro, o Carluxo, o Zero Dois, segundo filho do então candidato, foi um visionário. Ele acompanhava como os outros políticos populistas de direita estavam atuando mundo a fora e muito cedo percebeu que a propaganda – viral ou

⁵⁵ Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/dilma-e-lula-sabiam-de-tudo-diz-alberto-youssef-a-pf/>

⁵⁶ Jair Messias Bolsonaro fez sua campanha e iniciou seu mandato filiado ao Partido Social Liberal (PSL). Em novembro de 2019, o presidente anunciou sua saída do PSL e planos de criar uma legenda, em princípio batizada de Aliança pelo Brasil. O nome faz alusão ao Aliança Renovadora Nacional (Arena) que existiu em 1965 e 1979 para dar sustentação à ditadura militar.

contratada – nas redes sociais passaria a ser crucial em campanhas políticas (MELLO, 2020, p. 31).

Essa percepção, alinha-se ao entendimento das *fake News* como um repertório de ação política que são usadas para deslegitimar a imprensa e o pensamento crítico. Haja vista isto, a nova direita brasileira passou a executar a estratégia que contribuiu fortemente para sua vitória, ocupando o espaço da cultura por meio de suas máquinas e robôs na internet que agiam no papel de convocar e “forçar” a identificação de massas com posições apaixonadas e violentas, dizimando o universo simbólico da política ao ato psíquico e ao engajamento corpóreo do ódio (AB`SÁBER, 2019).

Em um cenário marcado pela desaceleração econômica e os escândalos de corrupção que atingia os partidos de coalizão, as portas estavam abertas para uma nova reorganização do campo político-identitário. A partir disto, essa nova direita radical avançava e era símbolo, sobretudo, de uma direita militante que se declarava como tal e se vangloriava do título de conservadora (MAITINO, 2020).

Como bem destaca Maitino (2020) a nova direita brasileira se empenhava em resgatar símbolos e ideias de tradições liberais e conservadoras. Como também lançava novos nomes na cena pública e compelia velhos autores e atores, de forma que velhas figuras adotavam um “renovado personagem político”.

No processo de captura das massas, a nova direita extraía diversos elementos semelhantes ao fenômeno dos Estados Unidos que teve papel importante na eleição de *Donald Trump*⁵⁷, o *Tea Party*. Dessa forma, o discurso conservador e neoliberal tomava conta das justificativas para o rompimento com a “velha política”, apresentando a nova direita como a única alternativa possível de melhora para o cenário que o Brasil enfrentava.

Mobilizando-se nas ruas a nova direita brasileira conseguiu atingir uma multiplicidade de organizações e grupúsculos mais ou menos ligados entre si, fato que resultou na formação de uma rede. Assim como no *Tea Party* estadunidense a nova direita conseguia se capilarizar, ou seja, transitar nas esferas midiáticas, administrativas, nos partidos políticos e no mundo empresarial.

Da mesma maneira que o fenômeno estadunidense, essa direita se apresenta como guardiã das tradições fundadoras da nação em resposta à decadência dos valores e à erosão dos costumes, também se coloca como defensora das classes médias, garantidora das liberdades

⁵⁷ Empresário e político americano que serviu como o 45º presidente dos Estados Unidos, sendo eleito pelo Partido Republicano no ano de 2016 e governando até o ano de 2020, onde perdeu a corrida eleitoral para Joe Biden do Partido Democrata.

políticas e econômicas perante governos que julgam invasivos e opressivos, e, por fim, combate qualquer ideia de redistribuição e de desconcentração de renda (DELCOURT, 2016).

Seu processo de ascensão e de seu principal representante, Jair Messias Bolsonaro – atualmente sem partido - contou sobretudo com a ruptura das regras dos jogos democráticos. Conforme Casara (2020) essa ruptura é apontada como o ponto zero da ascendência do bolsonarismo. Desde o processo de *impeachment* da presidente Dilma (PT) e a queda do Partido dos Trabalhadores (PT), o Brasil vivência com maior intensidade uma transgressão com componentes democráticos.

Ainda em conformidade com o autor

O Brasil, que sempre conviveu com uma democracia de baixa intensidade, passou docilmente à pós- democracia. Se no Estado Democrático de Direito havia pretensão de limitar o poder, a principal característica do Estado Pós-democrático é a ilimitação. Em razão da reaproximação neoliberal entre o poder político e o poder econômico, da mercantilização do mundo, da adoção do mercado como modelo para todas as relações sociais, do aprofundamento da sociedade do espetáculo (espetáculo como mercadoria), do despotismo do mercado, do narcisismo extremo, da hegemonia da lógica da concorrência entre pessoas, do crescimento do pensamento autoritário, dentre outras transformações no Estado, na Sociedade e nos indivíduos, perdeu-se qualquer pretensão de concretizar a democracia ou fazer valer os limites democráticos ao exercício do poder (CASARA, 2020, p. 18).

Dentro dessa perspectiva, vivenciamos um momento no qual as regras da democracia, seus princípios e valores passam a ser cada vez mais apontados como obstáculos para o Estado, pois, a intensificação do neoliberalismo e sua racionalidade trabalham para que este, limite-se a servir aos interesses do mercado e dos detentores do poder econômico.

Posto isto, essa nova direita que compactua veementemente com essa perspectiva trabalha fortemente colocando em prática a contestação dos direitos sociais. Para este fim, ela utiliza da mentira, do cinismo, da repulsa a arte, do descaso, do desleixo da linguagem e dos modos e da arrogância do dinheiro (DARDOT; LAVAL, 2016). Age na construção de uma nova realidade, um novo enredo envolvendo o simbólico e o imaginário, com a inserção de novas ideias e de novos valores a fim de legitimar e justificar a substituição de um governo e de um projeto político por outro (CASARA, 2020).

Ela promove seus critérios de validação longe dos princípios morais e jurídicos da democracia liberal. Portanto, pauta seu projeto na racionalidade estritamente gerencial entendendo as leis e normas como simples instrumentos usados para realização de seus objetivos (DARDOT; LAVAL, 2016).

A nova direita brasileira chega promovendo o que Casara (2020) denomina de empobrecimento subjetivo, ou seja, expressa-se por meio dos discursos de ódio, do

desaparecimento das metáforas, pela falta de capacidade de identificar os deslocamentos de sentidos, pela incompreensão das ironias, pela propagação das falsas e manipuladas notícias e o desdém dos valores democráticos.

Além disto, vestida da razão neoliberal se firma na hegemonia do vazio do pensamento que propõe um modo de ver e agir no mundo, que modifica e trata tudo e a todos como mercadorias, como meros objetos que podem ser comercializados e/ou descartados. Ela aniquila a figura do cidadão investido de uma responsabilidade coletiva para dar lugar ao homem empreendedor, ao cidadão que não tem que se sensibilizar com a violação dos direitos.

Mais radicalizada, a nova direita diverge daquela cujo principais representantes são o PSDB e MDB. Apesar de neoliberal, assim como a direita tradicional, essa vertente traz o retorno do vocabulário anticomunista e uma simpatia ao regime militar, além de ser adepta ao fundamentalismo religioso.

Para essa direita extremada a democracia é tida apenas como um grande mercado de ideais e todos os limites ao exercício do poder econômico são aniquilados. O mercado passa a ser o eixo orientador das ações, inclusive as mais íntimas. A nova direita brasileira ascende trazendo a máxima desumanização inerente à lógica do capital, que se justifica na competição, no individualismo e na busca incansável por lucros.

Em 2018 temos o triunfo desse setor. As eleições deste ano levaram o principal representante dessa vertente, Jair Messias Bolsonaro à presidência, assim como também cinquenta e dois deputados federais apoiadores e filiados ao partido do presidente na época, o Partido Social Liberal (PSL). E é aqui que se concretiza a vitória da nova direita.

No entanto junto ao fortalecimento da nova direita, emergia uma reação conservadora mais ampla: o bolsonarismo. Diante disto, o próximo item deste capítulo, centra-se no debate acerca da ascensão do atual presidente, Jair Bolsonaro. O intuito é entender os aspectos ideológicos que levaram uma figura adormecida na política a ganhar popularidade e chegar ao cargo de presidente da república.

4.2 A chegada do “Messias”: aspectos do fenômeno Bolsonaro

Somando mais de trinta anos de carreira política, Jair Bolsonaro alcançou maior destaque e popularidade a partir de 2012. Paralelamente, uma reação conservadora a uma

sequência de avanços do campo progressista que ocorreram no decurso do primeiro mandato de Dilma Rousseff, nomeada “bolsonarismo”, emergiu (ROCHA; SOLANO, 2021).

Tais avanços correspondem à criação da Comissão Nacional da Verdade, criada para investigar crimes praticados durante a ditadura militar; o reconhecimento pelo Supremo Tribunal Federal (STF) da

[...] união entre pessoas do mesmo sexo e, em 2012, a vigência de cotas raciais em universidades públicas e o aborto de fetos anencéfalos. Além disso, em 2014, foi sancionada a “Lei da Palmada”, que proíbe castigos físicos no tratamento de crianças e adolescentes. Ao mesmo tempo, os movimentos negros e de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) conquistavam maior destaque no debate público. Também entre 2011 e 2012, surgiram as Marchas das Vadias em todo o país, e discussões a respeito de gênero tornaram-se cada vez mais frequentes nas mídias tradicionais e na internet (ROCHA; SOLANO, 24, 2021).

No período descrito acima, a internet já era um meio bastante popularizado de propagação de conteúdos que antes circulavam de modo mais limitado, dessa forma, imagens⁵⁸ que chocavam grande parte da população, com destaque aos cristãos, circulavam nas mais famosas redes sociais. Tal fato favoreceu o fortalecimento de discursos e políticos conservadores e foi nesse terreno que o bolsonarismo foi ganhando impulso.

A partir de então, as mídias sociais passavam a ser usadas como uma forma de manipulação política e se tornaram o meio de comunicação mais utilizado na tentativa de influenciar os pensamentos e os sentimentos das pessoas. Nesse contexto Henrique Wellen (2019) destaca que alguns jornais brasileiros apresentaram uma série de reportagens na[s] quais indicavam um abrangente sistema de manipulação eleitoral, composto por “[...] um consórcio de empresários que teriam contratado empresas de comunicação virtual para enviar mensagens mentirosas, as chamadas *fakes News* (p. 3).

As *fakes News* não retratam um novo ocorrido no meio político, notícias falsas sempre se fizeram presentes em campanhas eleitorais. No entanto, o que difere do que acontecia em um passado próximo, é a via que essas notícias passam a ser propagadas. Agora com o fenômeno das mídias sociais as *fakes News* são disseminadas com maior escala e rapidez, atingindo uma incontrolável dinâmica de progressão geométrica.

Podemos dizer que o fenômeno agora citado constitui um dos fatores que contribuiu fortemente na ascensão de Jair Bolsonaro. A propaganda bolsonarista se baseava na busca de transformações culturais na sociedade brasileira por meio das redes sociais (CASARA, 2020).

⁵⁸ Aqui me refiro a militantes do movimento feminista protestando com os seios amostra, performances sacrílegas nas ruas, com destruição de santas católicas, apropriações da figura de Jesus Cristo como homossexual ou transexual.

E é na esfera do mundo virtual que a produção em massa das *fake News* e a evidenciação de dimensões político-religiosas foram utilizadas para instituir sujeitos subversivos que seriam tidos como os inimigos da família tradicional brasileira, um dos pilares defendido por Bolsonaro (FILHO; COELHO; DIAS, 2021).

Das notícias inverídicas disseminadas por Bolsonaro, em redes como WhatsApp, Twitter e Facebook⁵⁹, o chamado “kit gay⁶⁰”, apelido pejorativo dos materiais educativos do programa Brasil sem Homofobia⁶¹, do Ministério da Educação, vinha sendo atacado por ele desde 2011, porém ganhou maior destaque com a proximidade das eleições de 2018. Bolsonaro caracterizava o material como uma forma de ameaça e afronta à família tradicional brasileira, assim como, pregava que o material induzia crianças a se tornarem LGBTQIA+.

Entre suas falas relacionadas a essa *fake News*, Bolsonaro disse querer saber “onde a esquerda queria levar o país” e repetiu em diversos momentos que sua briga “era contra o kit gay”. Nesse sentido, reforçava seu papel em demonizar as esquerdas brasileiras acusando-as inclusive de cumprir papel doutrinário nas escolas.

⁵⁹ Entre os três aplicativos Jairo Nicolau (2020) aponta que o WhatsApp foi o principal canal de difusão de conteúdo político de Bolsonaro e seus apoiadores.

⁶⁰ Chamo atenção para essa fake News por considerar uma das mais importantes na contribuição da popularização de Jair Bolsonaro, no entanto, um levantamento feito pelo *Congresso em Foco* constatou que 123 notícias falsas foram difundidas na campanha eleitoral, sendo 104 (85%) beneficiárias a Bolsonaro. <https://congressoemfoco.uol.com.br/eleicoes/das-123-fake-news-encontradas-por-agencias-de-checagem-104-beneficiaram-bolsonaro/>

⁶¹ O livro citado por Jair Bolsonaro, intitulado “Aparelho sexual e cia” de autoria do suíço Philippe Chappuis (conhecido como Zep) e da francesa Hélène Bruller, nunca fez parte do projeto Escola sem Homofobia. Sequer foi adquirido ou fez parte de algum programa do Ministério da Educação. Tal livro nunca foi comprado pelo MEC, bem como, nunca fez parte de nenhum suposto Kit gay. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/29/politica/1535564207_054097.html

FIGURA 7- BOLSONARO EM ENTREVISTA FALA SOBRE O LIVRO "APARELHO SEXUAL E CIA"



Fonte: El país (2018)

Dentro dessa onda conservadora que assolava o país outros casos envolvendo seu nome também lhe rederam visibilidade midiática, como:

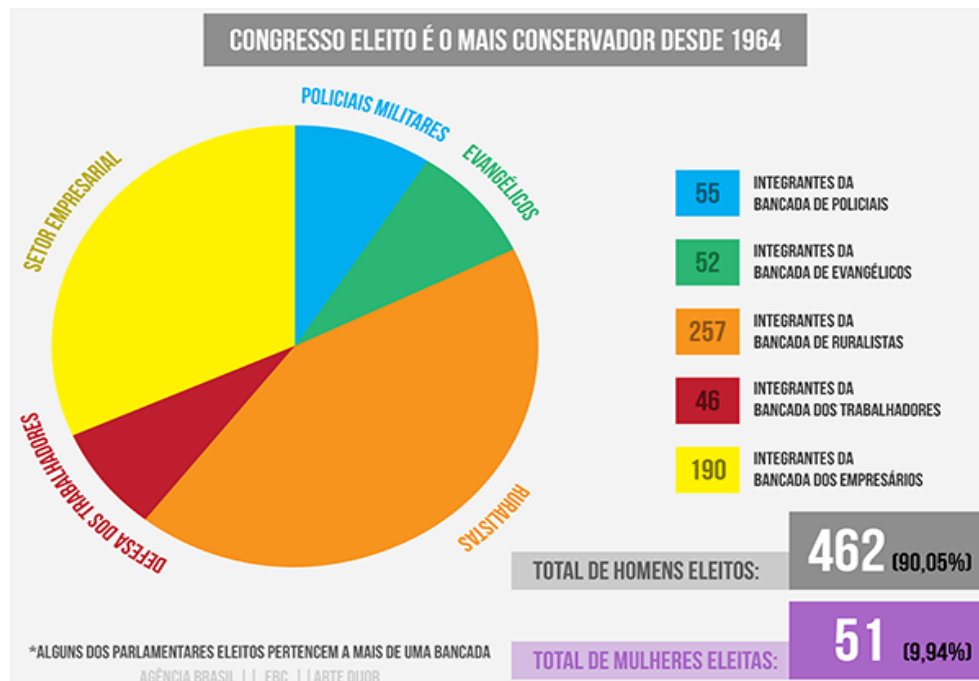
[...] o episódio de racismo, envolvendo a artista Preta Gil, no CQC, em 2011; a discussão com Maria do Rosário (PT), em 2014, depois configurado como apologia ao estupro; o voto que homenageou o coronel acusado de tortura, Carlos Alberto Brilhante Ustra, proferido na sessão do impeachment da presidente Dilma Rousseff, em 2015; e o cuspe de Jean Wyllys em sua direção, também em 2015 (DIBAI, 2018, p. 87-88).

Jair Bolsonaro vinha desde 2014 demonstrando desejo em entrar na disputa de outros cargos políticos. Mencionou interesse pelo senado, no entanto falava predominantemente em se candidatar a Presidente da República em 2018. Para este fim, assim como Olavo de Carvalho e a nova direita emergente, Bolsonaro e seu Clã – composto por ele e seus três filhos – investiram na contrapublicidade para atrair atenção para suas pautas na esfera pública (ROCHA; SOLANO, 2021).

Suas investidas tiveram sucesso e em 2014 em meio ao avanço da onda conservadora, no sentido do que há de pior no conservadorismo político, econômico e moral (BOULOS, 2016), Jair Bolsonaro se [...] reelegeu deputado federal com quase meio milhão de votos e começou a ser cultuado por milhares de pessoas atraídas pela radicalidade de seus posicionamentos e pela autenticidade que transmitiria em suas aparições públicas (ROCHA; SOLANO, 2021, p. 26).

Importante ressaltar que essa onda conservadora foi representada não só pela reeleição de Jair Bolsonaro, mas também por ser o ano em que o Brasil elegeu o Congresso mais conservador desde 1964. Pesquisa feita pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), aponta o aumento do número de parlamentares do Congresso Nacional ligados a segmentos mais conservadores, como pode ser visto no gráfico a seguir, compõem-se então uma base maior de militares, policiais, religiosos e ruralistas⁶² (MARTINS, 2014).

FIGURA 8 - CONGRESSO EM NÚMEROS



Fonte: Agência Brasil (2014)⁶³

Atento a movimentação no cenário político e ao clima da opinião pública da época, conforme indica Rocha e Solano (2021) se radicalizava à medida que as crises política e econômica se agravavam, o capitão da reserva e fiel defensor da ditadura militar “[...] adotou o discurso antissistema e surfou na onda que lhe parecia favorável, anunciando oficialmente sua

⁶² Tal base ficou conhecida por bancadas do boi, da bala e da Bíblia.

⁶³ Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2014-10/mais-conservador-congresso-eleito-pode-limitar-avancos-em-direitos-humanos>

candidatura à presidência ainda em março de 2016, poucos meses antes da derrubada de Rousseff do poder (ROCHA; SOLANO, 2021, p. 27).

Esse cenário, marcado pelo desgaste do Partido dos Trabalhadores (PT) e da presidente Dilma Rousseff que perdia nesse momento parte do apoio da classe média e o efeito devastador da Operação Lava Jato, atingindo variados líderes políticos, além das manifestações e grupos de direita, colaboraram para o fortalecimento da figura e das ideias de Bolsonaro.

O mesmo conseguiu com sucesso explorar os anseios da população e deu ênfase a temas como violência urbana e corrupção. Investiu sobretudo em ataques destilados ao Partido dos Trabalhadores (PT) corroborando com os sentimento anti-PT e anti-Lula. Investiu na figura do político diferente, “[...] diferente de tudo aquilo que nos jogou em uma crise ética, moral e fiscal” (REFERÊNCIA). Pregando João 8: 32: “E conheceis a verdade, e a verdade vos libertará”.

Dito isto, podemos afirmar que Bolsonaro entendeu qual era o caminho que o levaria à vitória na corrida pelo cargo de Presidente. Afinal, como Moura e Corbellini (2019) indagaram “a simplicidade, os erros de conjugação e a articulação aparentemente tosca das falas construíram diques de proteção onde mais interessava: os ouvidos dos eleitores” (p. 64).

4.3 Bolsonaro 2018: “tem que mudar tudo isso que tá aí, tá ok?”

A eleição de 2018 foi marcada por ser uma das mais concorridas da história do Brasil. Nela, treze candidatos disputaram a Presidência da República, ficando atrás apenas das eleições de 1989 quando vinte e dois candidatos disputaram a corrida presidencial.

FIGURA 9 - CANDIDATOS À PRESIDÊNCIA EM 2018



Fonte: Poder 360 (2014)⁶⁴.

De acordo com Nicolau (2020) a eleição de 2018 trouxe um elemento a mais de incerteza para a disputa. Não sendo suficiente a crise política e o crescimento de um candidato da extrema-direita (Jair Bolsonaro) a nova legislação – Lei 13.487/2017- que aprovou a criação do Fundo Público de Financiamento de Campanha foi posta em prática pela primeira vez.

Essa lei altera as Leis n. 9.504, de 30 de setembro de 1997, e n. 9.096, de 19 de setembro de 1995, para instituir o Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) e extinguir a propaganda partidária no rádio e na televisão. As legendas fizeram uso de doações de pessoas físicas e financiamento coletivo em plataformas digitais. Segundo o Portal do TSE (2020), os recursos do Fundo Eleitoral foram distribuídos da seguinte forma: 2% divididos de forma igualitária entre os partidos e o restante repartido conforme a proporção de representação parlamentar. Outras novidades significativas foram a redução do tempo de propaganda eleitoral no rádio e na TV para 35 dias (ALMEIDA, 2021, p. 50).

Sendo as eleições mais curtas da história, tendo o primeiro turno apenas quarenta e cinco dias e o segundo trinta e cinco de propaganda eleitoral gratuita, o campo político desacreditado pela corrupção, impeachment e crise econômica acabara de ganhar na visão da sociedade um

⁶⁴ Disponível em: <https://www.poder360.com.br/eleicoes/politiquem-plataforma-reune-posicionamentos-dos-13-candidatos-ao-planalto/>

novo anseio de mudanças com a disputa presidencial. Dos treze candidatos três ganhavam destaque: Jair Bolsonaro (PSL), Fernando Haddad (PT) e Ciro Gomes (PDT).

É de suma importância destacar que o cenário eleitoral de 2018 foi a sucessão do circo midiático iniciado em 2014, avigorado em 2016 com o golpe e que agora vinha a encabeçar a era mais sombria para todos (ALMEIDA, 2021).

Isso pôde ser visto durante toda a corrida eleitoral, que mais pareceu um filme com ocorrências típicas de ficção. Da cassação da candidatura do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, passando pela condenação duvidosa dele pelo 52 Tribunal Regional Federal da 4.^a Região, até o esfaqueamento de Jair Bolsonaro, a campanha foi recheada por atitudes jamais vistas até então (ALMEIDA, 2021, p. 51-52).

Todavia, o caminho que destinava Bolsonaro a presidente não deve ser explicado com base apenas nesses fatos, é evidente que vai para além disto. Existem razões estruturais que devem ser levadas em consideração e que já estavam postas anteriormente. Coberlline e Moura (2019) apontam como sendo estas:

[...] (1) a desmoralização das elites políticas e do conjunto do sistema partidário tradicional provocada pela Lava Jato (talvez essa seja a maior herança da operação sob a perspectiva do eleitor); (2) o aprofundamento da crise na segurança, que adquire o status de maior problema nacional na percepção da opinião pública; e (3) o crescimento da importância das redes sociais, particularmente a disseminação do WhatsApp como nova plataforma de comunicação, que revoluciona a competição eleitoral e o modo de fazer campanha política no Brasil. Acima de tudo, essa era a eleição dos eleitores indignados e empoderados pelo telefone celular (COBERLLINE; MOURA, 2019, p. 30).

Os autores dão ênfase principalmente às mudanças tecnológicas e nas plataformas de comunicação indicam que elas não foram um mero detalhe na corrida presidencial, mas sim parte central da dinâmica alucinante dessa campanha (COBERLLINE; MOURA, 2019).

As redes sociais e muito particularmente o WhatsApp foram um “subsolo” no processo eleitoral de alta mobilização emocional e de cristalização de preconceitos e preferências. Um universo emocional com circulação frenética de informações e onde muito facilmente se perdia a noção que distingue falso e verdadeiro; onde os argumentos perdiam importância e o embate das narrativas em seu estado puro se impôs (CONERLINE; MOURA, 2019, p. 31).

O fato, é que o bolsonarismo encontrou nas redes sociais e especialmente no WhatsApp um ambiente no qual se dominou e se espalhou amplamente, diante disso, o debate político nacional nos moldes bolsonaristas se nutriu da rachadura profunda observada entre os eleitores e o sistema de representação político tradicional brasileiro.

As eleições de 2018 se caracterizaram por ser a eleição dos indignados, daqueles que queriam mudar tudo que está aí, a eleição do “Chega”, chega de corrupção. Dentro dessa lógica parte dos brasileiros enxergaram em Jair Bolsonaro, o salvador da pátria, o grande messias, um personagem extraordinário com toques heroicos e que engloba forças extraordinárias.

Sabendo interpretar e conduzir com maestria a vontade de maioria dos eleitores brasileiros, Bolsonaro lança seu plano de governo com base na indignação e insatisfação de muitos. Intitulado “O Caminho da Prosperidade” o plano destaca seu lema de campanha “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” e tem como proposta um Brasil Livre. Portanto,

[...] um governo decente, diferente de tudo aquilo que nos jogou em uma crise ética, moral e fiscal. Um governo sem toma lá-dá-cá, sem acordos espúrios. Um governo formado por pessoas que tenham compromisso com o Brasil e com os brasileiros. Que atenda aos anseios dos cidadãos e trabalhe pelo que realmente faz a diferença na vida de todos (PROPOSTA DE PLANO DE GOVERNO, 2018, p. 01).

Para além disso sua proposta de governo apresenta com grande destaque a defesa da Liberdade e da propriedade privada. Digo que não seria nenhuma coincidência o título de sua proposta lembrar um dos grandes manuais que faz a defesa destas: “O caminho da Servidão” escrito por Friedrich August Von Hayek.

Ao longo das linhas que desenham seus anseios como governante, fica nítido que os princípios neoliberais norteiam suas ideias. Assim como Von Mises, Friedrich Von Hayek e Milton Friedman, Bolsonaro trabalhou com ênfase na propaganda contra as esquerdas e contra o “fantasma do comunismo⁶⁵”. Em um dos trechos do seu plano de governo ele aponta que é necessário quebrar com o atual ciclo, referindo-se a era petista, ressaltando que o país só chegara à estabilidade, riqueza e oportunidades para todos se o Brasil ficar longe de ideologias perversas⁶⁶.

Dessa forma, afirma e propõe que apenas com o Liberalismo “bilhões de pessoas estão sendo salvas da miséria do mundo” (O CAMINHO DA PROSPERIDADE, 2018, p.3), deixando em evidência que sua defesa ao liberalismo se baseia no ideário criado a partir de Von Mises (2010) que destaca em suas obras ser o Liberalismo o único meio político que visou o bem-estar de todos. E, de certo afirma em seu programa “O Liberalismo reduz a inflação, baixa os juros, eleva a confiança e os investimentos, gera crescimento, emprego e oportunidade” (O CAMINHO DA PROSPERIDADE, 2018).

⁶⁵ Uso essa expressão por compreender que no Brasil não existiu governos comunistas.

⁶⁶ Refere-se a ideologias de esquerda, em especial ao comunismo.

Assim como nesse documento a propaganda eleitoral televisiva de Jair Bolsonaro vinha a atacar formas de governos considerada por ele de esquerda, em especial o governo do Partido dos Trabalhadores (PT). Em seu primeiro minuto de vídeo exibido no segundo turno de campanha eleitoral o texto de abertura diz:

“São Paulo. Julho de 1990. O mundo ainda comemorava a queda do muro de Berlim. A Europa se libertava de um marco do comunismo. Enquanto isso na América Latina, um encontro selava a criação do Foro de São Paulo. Um grupo político com viés ideológico comunista de esquerda, liderado por Lula e Fidel Castro assinantes de um projeto de doutrinação e domínio político foi plantada em nossa pátria. As consequências estão sendo sentidas quase 20 anos depois” (BOLSONARO, 2018).

Bolsonaro, fez sua campanha pautada principalmente na criação do outro como inimigo, na ideia do PT e seu principal representante (Lula) como um risco à ordem dos valores, além da construção do comunismo e seus derivados como o retrato do mal e do perigo. Assim como os fundadores do neoliberalismo, Von Mises, Hayek e Fridman, Bolsonaro e a principal cabeça de seu plano eleitoral, Paulo Guedes⁶⁷, são contra qualquer forma de governo baseado na economia planificada⁶⁸, defendem no que diz respeito à economia, um governo que não a controle e centralize, pois, a centralização e o controle acabam por interferir na totalidade da vida dos indivíduos (HAYEK, 2010; MISES, 2010).

No seu plano de governo são diversos os trechos que apontam a liberdade como fator fundamental na sociedade, que permite além das escolhas individuais – afetivas, políticas, econômicas ou espirituais – a libertação da corrupção. Para Bolsonaro e Guedes, somente por meio da liberdade de informação, de imprensa, internet, política e religiosa é possível alcançar o caminho da prosperidade e tirar o Brasil do caminho da servidão (O CAMINHO DA PROSPERIDADE, 2018, p. 04).

O candidato declara 2019 como o ano da mudança, como o ano da vitória contra a servidão, o triunfo contra os “[...] 30 anos em que a esquerda corrompeu a democracia e estagnou a economia [...]”, dessa forma tem como intuito implementar uma aliança entre ordem e progresso: um governo Liberal Democrata (O CAMINHO DA PROSPERIDADE, 2018, 05).

Movido pela racionalidade neoliberal Bolsonaro explorou bem o vazio do pensamento expresso no empobrecimento da linguagem⁶⁹, na incapacidade de reflexão e em uma

⁶⁷ Economista brasileiro formado na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), mestre e doutor pela Universidade de Chicago e atualmente Ministro da Economia.

⁶⁸ Modelo de economia no qual o Estado é responsável por controlar todo o processo econômico do país. Nesse modelo grande parte das empresas operantes na economia são de controle do Estado.

⁶⁹ Termo utilizado por Rubens R R Casara. Para maior entendimento ver Capítulo I: O empobrecimento subjetivo na obra Bolsonaro: o mito e a sintonia.

compreensão democrática de baixíssima intensidade (CASARA, 2020). Sendo assim, direcionou discursos e falas em sua campanha as quais protagoniza a banalidade do mal, explorando os sujeitos transformados pela razão neoliberal – de críticos a acríticos – aqueles incapazes de refletir sobre as consequências de seus atos.

Jair fundou seus discursos com base em um elemento central da formação da “nova direita brasileira”, Olavo de Carvalho. Com isso se mostrou *anti* qualquer coisa que fosse contra o pensamento conservador e pintou qualquer mudança social como uma ameaça, recorrendo a valores tradicionais como pilar da estabilidade social.

Sua campanha mirou em se expressar de maneira a ecoar o que as pessoas sentiam, afinal em tempos de crise e ódio, também fala o coração. “O ódio contra a política tradicional, contra a corrupção, contra a violência, contra as ameaças aos valores da família cristã, contra socialismos em todas as vertentes [...] (MOURA; COBERLLINE, 2019, p. 66).

FIGURA 10 - CARACTERÍSTICAS NEOFACISTAS NAS FALAS DE JAIR BOLSONARO

CARACTERÍSTICA NEOFASCISTA	FRASES DE JAIR MESSIAS BOLSONARO
Nacionalismo	"Brasil acima de tudo, Deus acima de todos".
Negação dos direitos humanos	"Conosco não haverá essa politicagem de direitos humanos. Essa bandidada vai morrer porque não enviaremos recursos da União para eles." "desserviço para o Brasil."
Inimigos da nação	"Vamos unir o Brasil pela vontade de nos afastarmos de vez do socialismo, do comunismo, nos vermos livres desse fantasma do que acontece na Venezuela." "esquerdistas, petistas e bandidos."
Militarismo	"Caso eu fosse Presidente da República, eu convidaria para o MEC (Ministério da Educação) um general que tivesse comandado um colégio militar pelo Brasil."
Apologia à Ditadura	"Fuzilar os Petralhas",
Sexismo/misoginia	"Jamais iria estuprar você, porque você não merece."
Controle da imprensa	"A imprensa tenta a todo custo comprar a corda que irá enforcá-la."
Controle da religião	"Nós somos um país cristão! Deus acima de tudo. Essa historinha de Estado laico, não! É Estado cristão! E as minorias que se curvem!"
Ataque aos direitos trabalhistas	"Um dia o trabalhador vai ter que decidir: menos direitos e emprego ou todos os direitos e desemprego."
Proteção aos empresários	"Hoje em dia é muito difícil ser patrão no nosso país."
Menosprezo a artistas e intelectuais	"Já está feito, já pegou fogo. Quer que eu faça o que?"

Fonte: Elaborado pelo pesquisador com base nas informações do site *Brasil de Fato*.

Fonte: ALMEIDA, 2021.

Esse ódio ao qual me refiro no parágrafo anterior, é perceptível nas falas destacadas no quadro acima, as frases são fragmentos de discursos feitos por Bolsonaro ao longo do período eleitoral. Como bem aponta Wellen (2019) a campanha deste, foi feita não em prol da defesa de alguma proposta, mas com ataques de ódio constantes e direcionados principalmente num mesmo alvo (PT/ Lula).

Bolsonaro, apresentava-se como o político "Liberal na economia e conservador nos costumes", à vista disso, sua campanha reforçava e exaltava a política neoliberal como forma de solução à crise econômica, como também assumia as pautas dos costumes agradando as forças cristãs do Congresso Nacional.

Ele, foi o primeiro candidato competitivo desde a redemocratização a citar Deus em um lema de campanha e vinha trilhando um caminho de aproximação com o segmento evangélico um pouco antes das eleições de 2018. Arrisco dizer, que estrategicamente "em maio de 2016, Bolsonaro e os seus três filhos mais velhos foram batizados nas águas do rio Jordão, em Israel,

onde segundo a Bíblia, Jesus foi batizado. As fotos e o vídeo do batizado circularam amplamente durante a campanha [...] (NICOLAU, 2020, p. 74), servindo de propaganda eleitoral e cooperando na formação de uma grande mobilização de lideranças religiosas a seu favor.

FIGURA 11 - ENQUANTO ACONTECIA A VOTAÇÃO DO IMPEACHMENT, BOLSONARO ERA BATIZADO EM ISRAEL



Fonte: Extra (2016)⁷⁰.

O candidato conquistou a princípio os líderes avulsos e da cúpula de distintas denominações. Nicolau (2020) afirma que

Além das dirigentes nacionais, muitos pastores e lideranças evangélicas, cuja atuação é mais conhecida em âmbito estadual e municipal, se envolveram na campanha do candidato do PSL. Silas Malafaia, pastor e presidente da Igreja Assembleia de Deus Vitória em Cristo – o líder evangélico mais influente nas redes sociais brasileiras –, foi o primeiro a apoiar Bolsonaro em seu Twitter, em fevereiro de 2018; ao longo da campanha, Malafaia se tornaria um ativo cabo eleitoral de Bolsonaro e crítico da candidatura do PT (NICOLAU, 2020, p. 77).

⁷⁰ Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/brasil/enquanto-votacao-do-impeachment-acontecia-bolsonaro-era-batizado-em-israel-19287802.html>

Distribuição do eleitorado por tipo de religião e percentagem de intenção de voto, de acordo os dados da pesquisa Datafolha (25/10/2018), aplicado ao total de votos válidos no segundo turno das eleições presidenciais brasileiras

Religião	Peso da religião amostra	Número de votos válidos por religião	Intenção voto de Bolsonaro	Intenção voto de Haddad	Estimativa de votos válidos Bolsonaro	Estimativa de votos válidos Haddad
Total	100,00	104.838.753	0,56	0,44	58.709.702	46.129.051
Católica	0,56	58.709.702	0,51	0,49	29.941.948	28.767.754
Evangélica	0,30	31.451.626	0,69	0,31	21.701.622	9.750.004
Afro-brasileiras	0,01	1.048.388	0,3	0,7	314.516	733.871
Espiritas	0,03	3.145.163	0,55	0,45	1.729.839	1.415.323
Outra religião	0,01	1.048.388	0,68	0,32	712.904	335.484
Sem religião	0,07	7.338.713	0,45	0,55	3.302.421	4.036.292
Ateu/agnóstico	0,01	1.048.388	0,36	0,64	377.420	670.968

Fonte: Pesquisa Datafolha divulgada 25 de outubro de 2018

<http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2018/10/26/3416374d208f7def05d1476d05ede73e.pdf>

Fonte: *Eco debate* (2018)⁷¹.

A tabela acima apresenta a intenção de voto segundo as preferências eleitorais das diversas denominações religiosas presente no Brasil, entre Bolsonaro e Haddad a diferença dos eleitores católicos é de 1.174.194 contudo no que condiz aos eleitores ditos evangélicos a diferença é gritante, sendo de 11.951.618 os votos a mais em Bolsonaro. Isso deixa evidente que o atual presidente foi eleito substancialmente com o voto evangélico, logo, sendo o fundamentalismo cristão um de seus principais pilares na corrida presidencial.

Este público é aquele que sente que a sociedade passa por um momento de decadência e desordem. É aquele que percebe o espaço público como um ambiente inseguro para a família tradicional brasileira, alegando ser esse espaço palco de práticas imorais, “[...] como troca de afeto entre pessoas do mesmo sexo, sexualização precoce, protestos de rua em que havia nudez, pornografia e desrespeito a símbolos religiosos” (AVRITZER; KERCHER; MORANA, 2021, p. 33). É o público que assim como ele coloca o Estado brasileiro como cristão e ignora a laicidade posta na constituição.

Portanto, em concordância com Almeida (2021) concluo que Bolsonaro foi o candidato que conseguiu gerar atritos culturais e despertar amor e ódio na população, sendo essa a peça-chave da sua promoção a Presidente da República, dado que o conflito de valores liberais e os posicionamentos conservadores passaram a ocupar o centro das atenções no pleito eleitoral.

⁷¹ Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2018/10/31/o-voto-evangelico-garantiu-a-eleicao-de-jair-bolsonaro-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves/>

Ele triunfou no papel do político que iria reestabelecer a ordem, o político simples que fala sem filtros com a população média, aquele que ligava a câmera do celular e começava a falar como qualquer um de nós. Era simplesmente a mistura do patriotismo com militarismo, família e cristandade, mensagens racistas cifradas e capitalismo desenfreado. A receita do sucesso dos neoliberais conservadores que deu certo para Bolsonaro em 2018.

4.4 “O compromisso de colocar o Brasil acima de tudo e Deus acima de todos”: o primeiro ano de governo

Em outubro de 2018 sob os olhares atentos de toda América Latina e demais continentes, Jair Messias Bolsonaro (PSL)⁷² venceu as eleições presidenciais com 55% dos votos válidos, pode-se dizer que esse foi um marco na história da política brasileira, visto que, um novo e extremado modelo de direita política passaria a governar o país.

Conforme aponta Nicolau (2018), as eleições de 2018 desmontaram o padrão de competição político partidário até então em vigor, dando ênfase a dois eventos: 1) a ruptura com as bases do sistema partidário que vigorava por mais de duas décadas e 2) a troca de guarda na direita brasileira, na qual a direita moderada⁷³ foi substituída pela direita radical⁷⁴ (SANTOS; TANSCHKEIT, 2019). Tal processo rompeu com a polarização entre o Partido Social-Democrata Brasileiro (PSDB) e o Partido dos Trabalhadores (PT) que vinha desde as eleições presidenciais de 1994 seguindo até 2014.

A vitória do atual presidente brasileiro ganhou destaque internacionalmente, sendo ele classificado pela imprensa como ultradiretista, radical de direita, populista de direita e neofascista. Tais classificações se devem ao conteúdo de suas declarações ao longo de sua campanha e agora como Presidente, que engloba todo tipo de apologia à violência, seja contra “bandidos”, seja contra todos e tudo que se identifica como esquerda.

Assumindo o governo em 1 de janeiro de 2019, na rampa do Planalto, Bolsonaro fez seu primeiro pronunciamento à nação brasileira. O ato contou com uma plateia de apoiadores que foram até Brasília acompanhar a posse.

⁷² Bolsonaro se filiou ao Partido Social Liberal (PSL) para concorrer à presidência. O atual presidente anunciou sua saída em 12 de outubro de 2019 juntamente com a notícia de fundação do seu novo partido, Aliança pelo Brasil.

⁷³ Refiro-me aqui a direita composta pelos partidos tradicionais, por exemplo: PSDB, MDB e DEM.

⁷⁴ O termo direita radical de acordo com Santos e Tanscheit (2019) pautados em Mudde (1995; 2007) trata-se da direita que impera o nacionalismo, a xenofobia, o racismo e a aversão a democracia como características mais proeminentes.

FIGURA 12 - BOLSONARO EM DISCURSO DE POSSE NA RAMPA DO PLANALTO



Fonte: BBC News (2019)⁷⁵.

Mantendo o tom de sua campanha, o atual presidente discursou em favor da pauta que lhe elegeu: o conservadorismo moral e o neoliberalismo econômico. Iniciou suas palavras agradecendo aos sujeitos presentes e a Deus, fazendo questão de relembrar o episódio do atentado⁷⁶ que sofrera em Juiz de Fora durante campanha eleitoral.

O mesmo, convocou os congressistas para encabeçar a missão de restaurar e de reerguer nossa pátria, libertando-a definitivamente, do jugo da corrupção, da criminalidade, da irresponsabilidade econômica e da submissão ideológica, ou seja, remetendo-se mais uma vez a seus principais alvos: o PT, Lula e as esquerdas.

Reforçou sua pauta moral proclamando as seguintes palavras:

Vamos unir o povo, valorizar a família, respeitar as religiões e nossa tradição judaico-cristã, combater a ideologia de gênero, conservando nossos valores. O Brasil voltará a ser um país livre das amarras ideológicas. Minha campanha eleitoral atendeu ao chamado das ruas e forjou o compromisso de colocar o Brasil acima de tudo e Deus acima de todos (BOLSONARO, 2019)

⁷⁵ Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46730648>

⁷⁶ Em 6 de setembro de 2018 Bolsonaro sofreu uma facada em Juiz de Fora quando estava cumprindo agenda eleitoral. A facada ocorreu quando ele estava nos braços de seus apoiadores, e esse, foi um dos motivos que contribuiu fortemente na aglutinação de seguidores nas redes e nas urnas.

Não podemos deixar de frisar, que Bolsonaro foi eleito com auxílio dos segmentos mais poderosos da política e da economia brasileira. Como bem coloca Musse (2021) “uma aliança assentada, sobretudo, em dois pontos de um programa comum: (1) excluir ou tornar inoperante a ação da classe trabalhadora, bem como de seus partidos e sindicatos; e (2) implantar um novo choque, em registro hard, de neoliberalismo” (MUSSE, 2021, p. 59).

Com sua posse essa coalizão passou a ocupar os cargos centrais de comando do país. Contudo, no decorrer do exercício do poder, divergências resultantes de interesses heterogêneos emergiram⁷⁷, e, emergiram de forma que

[...] a própria composição do governo pode ser descrita como uma situação de equilíbrio instável permanente. As contradições latentes entre os participantes do “condomínio do golpe” gestaram uma disputa, acirrada e ainda não decidida, entre os diversos círculos em torno da determinação das diretrizes e do gerenciamento da condução do governo (MUSSE, 2021, p. 59).

O atual presidente foi eleito não como líder político, mas como uma personalidade predisposta a destruir políticas e políticos. Sendo assim, em seu primeiro ano de governo foi em ministérios – chave, como Educação, Meio Ambiente e Direitos Humanos – que esse projeto se expressou melhor. Os ministros nomeados foram escolhidos pelo fato da capacidade de tensionar a respectiva área (AVRITZER, 2020).

Alguns exemplos: o controle de queimadas na Amazônia, cuidadosa e diligentemente elaborado pelos governos anteriores, foi simplesmente desmontado, assim como a gestão da pós-graduação pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, a Capes (AVRITZER, 2020, p.04).

As primeiras medidas tomadas demonstraram seguir à risca a cartilha neoliberal. Bolsonaro (PSL) não conseguiu em seu primeiro ano de governança tomar nenhuma medida interessante nos setores que mais importam para a população, como saúde, educação, segurança pública e economia.

Seu primeiro ano de mandato foi marcado por polêmicas com cortes de gastos na educação – 30% das verbas para água, luz, limpeza e bolsas de auxílio – e a aprovação da

⁷⁷ As dificuldades em unificar tendências políticas e ideológicas divergentes logo puderam ser vistas com a chamada dança das cadeiras do Ministério da Educação (MEC). Por pouco mais de três meses Ricardo Vélez foi demitido da pasta. Seu sucessor, Abraham Weintraub ficou pouco mais de um ano no cargo. Carli Alberto Decotelli da Silva chegou a ser nomeado, porém sequer chegou a tomar posse. O pastor Milton Ribeiro assumiu o cargo em Julho de 2020 e permanece até os dias atuais.

Reforma da previdência ⁷⁸ que segue a lógica da necropolítica, ou seja, “as formas contemporâneas que subjagam a vida ao poder da morte” (MBEMBE, 2003).

Declarações controversas sobre as Universidades Públicas em prol de justificar o contingenciamento das verbas foram feitas por Abraham Weintraub, ministro da educação na época. Em entrevista ao jornal Cidade Online, Abraham disse: “há plantações extensivas de maconha nas Universidades Federais a ponto de precisar borrifador de agrotóxico” e completou indagando ser as Ufs lugares que promovem a “balburdia”. Essas declarações junto a alegação de baixo rendimento foram as “motivações” defendidas pelo governo e seu ministro para os devidos cortes.

No entanto, sabemos que a real intenção é o desmantelamento da política de educação, bem como das demais políticas públicas. É a missão de enfraquecer o serviço público. O atual governo veio para pregar com mais força a demonização neoliberal do “estatismo” (BROWN, 2019).

Nessa perspectiva seguiu rompendo com programas necessários a grande parcela da população, como o caso do rompimento do contrato com Cuba. Os médicos contratados pelo Programa Mais Médicos foram destituídos de seus cargos, e logo, inúmeras cidades ficaram privadas de atendimento.

Não podemos deixar de mencionar que as falas polêmicas de Bolsonaro atingiram diretamente as relações internacionais. Resultado disso foi o rompimento das relações com a Arábia Saudita, que bloqueou a importação de carne de frango e de gado do Brasil. Além disto, o presidente complicou ainda mais a relação com a França, depois de fazer comentários sexista no que diz respeito a diferença de idade de Emmanuel Macron ⁷⁹ e sua esposa, assim aumentando o embaraço nas relações que já estavam em curso devido à posição contrária de Macron à política ambiental deste governo.

A cada passo dado pelo governo, suas fragilidades ficam mais expostas, de modo que no seu segundo ano de mandato (2020), a chegada da pandemia do novo coronavírus colocava em destaque a falta de competência de Bolsonaro em governar e gerir crises. Para legitimar seu

⁷⁸ Me dirijo a tal reforma como uma política da morte pelo fato de atingir negativamente trabalhadoras e trabalhadores do meio urbano e rural, retrocedendo direitos trabalhistas conquistados. A reforma dificulta o acesso à aposentadoria e reduz o valor do benefício dos mais pobres, o mercado de trabalho será pressionado por um número ainda maior de pessoas tentando garantir sua subsistência em ocupações precárias. Uma vez que a renda dos aposentados garante uma contribuição substancial na composição da renda das famílias, especialmente em períodos de crise econômica e elevado desemprego, a pobreza oriunda da reforma da previdência compeliará idosos e pessoas cada vez mais jovens para o mercado de trabalho (PORTO, G.; TOMAZELLI, I.; FERNANDES, A. 2019).

⁷⁹ Presidente da França.

projeto ideológico fez uso do negacionismo da doença que submeteu o mundo a uma crise sanitária sem precedentes. Dentro dessa perspectiva, classificou a covid-19 como uma gripezinha contrariando os protocolos de saúde pública emitidos pela OMS (Organização Mundial de Saúde) para o controle da pandemia.

O comportamento negacionista do chefe de Estado recaiu diretamente na intensificação da crise na saúde pública e pôs o Brasil como pauta para chacotas internacionais (ALMEIDA, 2021). Bolsonaro e o bolsonarismo se situam no campo anticientífico, antipolítico e antidemocrático, dentro dessa perspectiva o próximo capítulo visa analisar os desdobramentos da condução desse governo diante da grande crise vivida no Brasil.

5 O GOVERNO BOLSONARO E A PANDEMIA DA COVID-19

O presente capítulo expõe o contexto da chegada inesperada da covid-19 no Brasil e no mundo, bem como suas tensões e dilemas na especificidade da conjuntura política e econômica brasileira. A pandemia da covid-19 logo se tornou um dos maiores desafios sanitários em escala global. No Brasil essa pandemia se esbarra com um quadro de vulnerabilidade envolvendo altas taxas de desemprego e cortes profundos nas políticas sociais. Um contexto de aprofundamento do ideário neoliberal em sua versão mais ortodoxa.

Apesar do momento exigir a presença e a intervenção do Estado, o governo Bolsonaro vem intensificando sua política neoliberal. Para fortalecer e justificar a minimização do Estado, o governo se apropria de alguns elementos em seus discursos, e, o negacionismo tem sido a bola da vez. Tendo em vista essas observações o capítulo objetiva identificar : a quem serve esse negacionismo propagado por Bolsonaro e seus aliados? Seria o neoliberalismo um fator preponderante para o negacionismo?

5.1 A pandemia do novo coronavírus: apontamentos da sua chegada no Brasil e no mundo

No final de 2019, na China, surgia um dos maiores desafios sanitários em escala global: a pandemia da COVID- 19. Causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV- 2) a pandemia transformou as relações sociais e econômicas em todo o mundo na medida em que o vírus se propagava pelos países. Em dezembro de 2019 rumores de uma doença respiratória grave que acometia vítimas na cidade chinesa de *Wuhan* surgiam, todavia, até meados de janeiro de 2020 não se imaginava a gravidade dessa doença e de sua disseminação.

Em 7 de janeiro de 2020, uma semana após o alerta feito à Organização Mundial da Saúde (OMS), as autoridades chinesas afirmaram a identificação de um novo tipo de coronavírus. O primeiro caso oficial foi vinculado ao mercado de frutos do mar de *Wuhan*, assim, o local foi considerado o foco de transmissão e imediatamente interditado. Logo, esperava-se que tal medida fosse capaz de conter a transmissão, porém nem completado um ano da descoberta o caos epidemiológico se instaurou mundialmente.

Alertada sobre o caso, a OMS emitiu um comunicado sobre o ocorrido contendo orientações semelhantes às indicadas para a prevenção da infecção pelo vírus influenza,

causador da gripe. Neste momento, existia na cidade de *Wuhan* pessoas internadas com quadro clínico de pneumonia, culminando em morte⁸⁰.

De acordo com o histórico da pandemia de COVID-19 publicado pela Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), os coronavírus estão por toda parte, eles são a segunda principal causa de resfriado comum, ficando atrás apenas do rinovírus, entretanto até as últimas décadas raramente ocasionavam doenças mais graves na raça humana do que o resfriado comum.

Com a identificação do agente etiológico das infecções (vírus da família coronaviridae) a unidade de doenças emergentes da OMS divulgou um alerta. Com pouco conhecimento sobre o SARS- CoV- 2, o alerta não apontava medidas específicas, mas, somente recomendações em relação a viajantes oriundos de *Wuhan*: caso estes tivessem sintomas respiratórios deveriam comunicar a seus médicos sobre a viagem (HENRIQUES; VASCONCELOS, 2020).

Com tempo hábil e velocidade inédita os pesquisadores chineses descreveram e tornaram público o código genético do novo vírus. O sequenciamento foi informado a OMS em 12 de janeiro e possibilitaria que outros países reproduzissem técnicas para identificar o agente em testes laboratoriais. Após essa divulgação, vários casos de pessoas que passaram por *Wuhan* foram identificados fora da China.

Um estudo realizado pela Universidade de Kent no Reino Unido, chegou à conclusão que por volta de 3 de janeiro surgia no Japão o primeiro caso de contaminação fora da China. Na Europa, as primeiras infecções teriam sido por volta de 12 de janeiro na Espanha e o primeiro caso nos Estados Unidos aconteceu por volta de 16 de janeiro.

Não demorou muito para que o surgimento desses casos deixassem notória a existência de transmissão entre seres humanos. Pouco antes do fim de janeiro de 2020, já era de conhecimento de quase dez mil casos, entre eles, casos graves e de óbitos. Com esse contexto, restou à OMS declarar em 30 de janeiro situação de Emergência de Saúde Pública de Relevância Internacional (ESPII).

A partir daí medidas foram estabelecidas e o Comitê de Emergência da Organização Mundial de Saúde (OMS) anunciou instruções para o controle do surto. Dentre as principais medidas se destacam o isolamento social, com suspensão de aulas presenciais, fechamento de eventos esportivos e religiosos, fechamento de teatros, cinemas e shoppings. Qualquer lugar sujeito a aglomeração foi fechado a fim de diminuir o ritmo de contágio do vírus e de evitar que os sistemas de saúde dos países colapsassem.

⁸⁰ A primeira morte registrada pelo novo coronavírus foi em 2 de Janeiro de 2020, na China.

O comitê acreditava naquele momento que desde que os países fossem precisos e firmes em tais medidas, em especial na detecção e isolamento de contaminados, a interrupção do alastramento do vírus seria possível em breve. Infelizmente naquele período, devido ao pouco conhecimento científico sobre o novo coronavírus, não se imaginava que ele iria se disseminar tão rapidamente gerando uma grande pandemia. E, muito menos se imaginava que ainda viveríamos essa pandemia em 2021.

Com a vasta propagação do vírus, em meados de abril de 2020 já se registravam mais de 2 milhões de casos e 120 mil mortes no mundo por COVID-19. No Brasil, de acordo com o boletim epidemiológico (COE 02/ Fev. 2020) em janeiro o país já se encontrava em alerta e sob investigação de nove casos suspeitos de infecção.

Igualmente a China, não demorou muito para que a disseminação do novo vírus ocorresse no Brasil. Logo, em 26 de fevereiro veio a confirmação do primeiro caso. Em Brasília, um brasileiro recém-chegado da Itália recebia a confirmação da infecção. Mesmo que denominado como “paciente zero”⁸¹, ele estava longe de ser o causador da transmissão da doença, pois nesse mesmo momento uma centena de manifestações do novo coronavírus acontecia no país (PINHEIRO, 2021).

Infelizmente era só o início de um grande caos no país. Meses depois da confirmação do primeiro caso a expansão da pandemia se manteve em grande escala e em julho de 2020 de acordo com o Boletim Epidemiológico (COE 23/ Julho 2020) o Brasil já registrava 2.074.860 casos confirmados de COVID-19 e 78.860 óbitos.

O escasso conhecimento científico acerca do novo coronavírus, a velocidade de dissipação e o alto potencial de letalidade em populações com comorbidades⁸² e vulneráveis⁸³ constituíram um quadro de incertezas no que diz respeito as quais seriam as melhores estratégias a serem implantadas. Somado a isto, a conjuntura de grande desigualdade social, “com populações vivendo em condições precárias de habitação e saneamento, sem acesso sistemático à água e em situação de aglomeração” (WERNECK; CARVALHO, 2020, p. 01) colocava o Brasil em um patamar de tribulações mais alto.

⁸¹ A conclusão desse dado foi dada por um grande estudo acerca da dispersão nacional do vírus. Tal estudo foi desenvolvido pelo cientista cearense Darlan Cândido, da Universidade de Oxford, no Reino Unido (PINHEIRO, 2021).

⁸² São considerados como comorbidades pessoas portadoras de diabetes, pneumopatias crônicas, hipertensão arterial resistente (HAR) e estágio 3, com hipertensão arterial estágios 1 e 2 com lesão em órgão-alvo, doença renal crônica, imunocomprometidos, hemoglobinopatias graves: doença falciforme e talassemia maior, obesidade mórbida, síndrome de Down e com cirrose hepática.

⁸³ De acordo com a Fio Cruz esse público refere-se aos moradores de favelas e as populações indígenas.

A pandemia chegava no Brasil em uma conjuntura marcada por um quadro de crise política e econômica dada pelo atual governo. Passávamos – e ainda passamos – um tempo de ameaças a democracia e aos princípios constitucionais estabelecidos na Constituição de 1988.

Um cenário marcado pelo descompromisso do chefe de Estado frente a maior crise sanitária dos últimos cem anos. Um governo que se baseou e se baseia na negação da pandemia e na economia como principal preocupação, colocando-a como prioridade frente a vida dos brasileiros e demonstrando em seus feitos uma perspectiva tão fascista a ponto de sentirmos medo: medo do presente e do futuro (REBUÁ, 2019).

5.2 Bolsonarismo em tempos de pandemia

Na seção anterior me atentei a apresentar uma breve síntese da conjuntura a qual se originou a maior crise sanitária dos últimos tempos e, a partir desta, poder abordar o bolsonarismo dentro do contexto de pandemia da COVID-19. Falar acerca desta temática é perpassar por inúmeros problemas em que a sociedade brasileira vive. É entender que “estamos vendo um governo sem rumo”, um “governo” que é

[...] é uma verdadeira fábrica de crises de proporções épicas e responsável por lançar o Brasil à Idade Média e o seu povo a níveis de desemprego e miséria nunca vistos antes. São tantas aberrações acontecendo ao mesmo tempo, que é preciso pontuá-las, para que não nos percamos em um caldeirão de insanidades, incompetências e crimes contra a sociedade cada vez mais repleto de ingredientes tóxicos aos cidadãos e aos poderes legalmente constituídos (PATRIOTA, 2020).

O bolsonarismo é algo que vai além da figura de seu principal representante. É uma ideologia cuja face retrata tudo que há de mais repulsivo na sociedade. É um ideário que tem como maior inimigo a ordem política montada desde a redemocratização. Nas palavras de Silva (2020):

[...] é um jeito de fazer política, um jeito autoritário, que faz opção pela propaganda enganosa através das fake News - as investigações da polícia federal comprovam isso –, que sustenta um sistema de corrupção pautado nas ações de milicianos e deputados ávidos por “rachadinha”, que opta pela agressão aos poderes – legislativo, judiciário –, não reconhecendo a necessidade do diálogo, que não respeita a dignidade dos seres humanos [...] (p. 1480).

Mais que isso, o bolsonarismo é um ideário que caminha lado a lado do neoliberalismo, e em um contexto de crise - mas não só - essa combinação não poderia dar certo. Situando-se dentro de uma perspectiva anticientífica e de negação da realidade, o bolsonarismo vai buscar nas raízes da perspectiva neoliberal de Mises esses elementos fortemente presentes na sua ideologia.

Assim como a corrente de pensamento de Mises, o bolsonarismo não se interessa em saber se este ou aquele teorema era verdadeiro, mas se para o capital, ele era útil ou prejudicial, cômodo ou incômodo, se contraria ou não o capital (MARX, 2017 *apud* SEVERO, 2021). Isto é visto fortemente na atuação do governo e em seus seguidores, quando em plena crise sanitária mundial são ditas por eles frases de negação de algo que é tão real, que já ultrapassa mais de 5 milhões de óbitos no mundo.

Em seu primeiro pronunciamento sobre a pandemia, em março de 2020, pode ser visto o quanto esse governo desdenhava da situação vivida por alguns países que passavam pelo ápice da pandemia. Bolsonaro apoiado por seus seguidores fiéis, usou o pronunciamento para negar a realidade e demonstrar o quão fiel ao capitalismo ele é.

Nessa lógica proferiu em rede nacional que o principal papel do governo era conter o pânico e a histeria causada por parte dos meios de comunicação, que segundo ele usavam como carro chefe para esta função o grande número de vítimas na Itália. Nitidamente negou o caos causado pela COVID-19 afirmando:

[...] nossa vida tem que continuar. Os empregos devem ser mantidos, os sustentos das famílias devem ser preservados. Devemos sim voltar à normalidade. Algumas poucas autoridades estaduais e municipais devem abandonar o conceito de terra arrasada, como proibição de transporte, fechamento de comércio e confinamento em massa. O que se passa no mundo tem mostrado que o grupo de risco é o das pessoas acima dos 60 anos. Então, por que fechar escolas? Raros são os casos fatais de pessoas sãs, com menos de 40 anos de idade. 90% de nós não teremos qualquer manifestação caso se contamine (BOLSONARO, 2021)

A fala do atual presidente reflete a negação da realidade e a banalidade da vida tão reforçada pela visão neoliberal. A partir do momento que o dirigente do Estado passa a traduzir a COVID-19 em rede nacional como uma “gripezinha ou resfriadinho” ele acaba por postergar a gravidade da pandemia.

Além disso, o trecho em destaque deixa evidente o caráter neoliberal que conduz o atual governo brasileiro, afinal medidas como as citadas no pronunciamento para a contenção do vírus são prejudiciais à economia e restringem a liberdade econômica e consequentemente total dos indivíduos, segundo a teoria de Mises, Hayek e Friedman.

O contexto de pandemia aprofundou a crise política brasileira. A negação de Bolsonaro expostas em frases e atitudes que infligiam as recomendações de enfrentamento à crise sanitária, trouxe à tona muitas tensões a todo o sistema federal⁸⁴, como a disputa em torno de quem decide, quem coordena, quem implementa e quem financia as políticas públicas (SOUZA; FONTANELLI, 2021).

O governo federal e os estaduais não se entendiam sobre os métodos para o enfrentamento da crise e essa tensão foi levada ao Supremo Tribunal Federal (STF), que acabou rompendo com a tradição de julgar a favor da União nas disputas federativas e considerou as três esferas de governo⁸⁵ aptas a adotar medidas de combate à pandemia.

Essa abstenção do STF foi inédita (SOUZA; FONTANELLI; 2021) e pode ser entendida quando ao olhar com atenção para o governo Bolsonaro vimos um governo sem estrutura partidária, sem agenda de políticas públicas concretas e destituído de compromisso com as regras do jogo político.

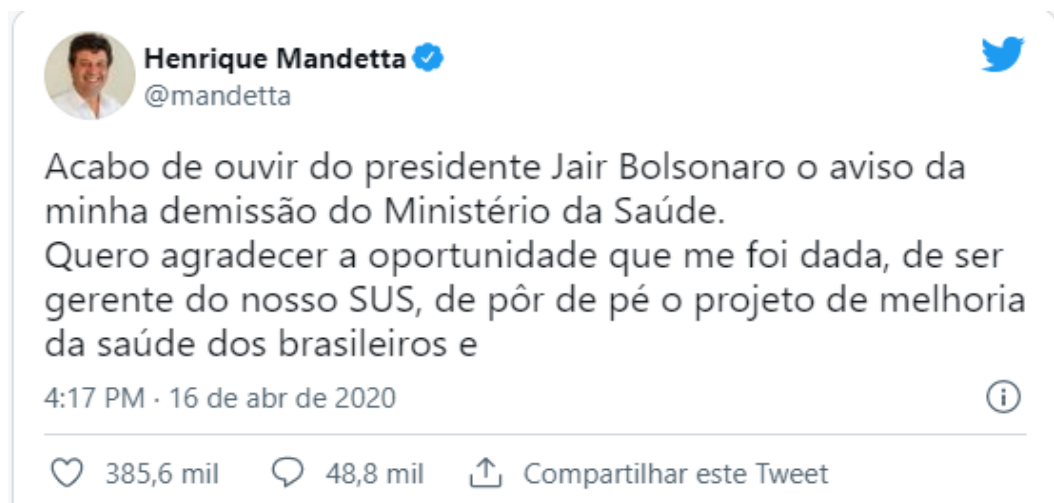
Nesse ínterim, ao passo que o presidente e alguns atores do governo federal menosprezavam a crise e desdobravam esforços na defesa da reabertura de empresas e retorno das atividades econômicas, “[...] o Ministério da Saúde, seguindo orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS), buscava coordenar o combate à propagação do vírus, com o apoio de governadores e prefeitos, que também entraram em ação” (SOUZA; FONTANELLI, 2021, p. 143).

A conduta adotada pelo Ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, contrária ao chefe de estado proporcionou mais conflito e logo, sua saída da pasta bem no início da pandemia. Em 16 de abril de 2020 Mandetta anunciava aos brasileiros por meio de sua conta no *Twitter* sua demissão.

⁸⁴ Me refiro ao federalismo brasileiro o qual permite que governadores e prefeitos assumam papel de lideranças e de coordenação quando presidentes e primeiros-ministros se omitem ou acirram os conflitos federativos (SOUZA; FONTANELLI, 2021, p. 136).

⁸⁵ Ver em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/15/maioria-do-supremo-vota-a-favor-de-que-estados-e-municipios-editem-normas-sobre-isolamento.ghml>

FIGURA 13 - HENRIQUE MANDETTA, VIA TWITTER



Fonte: Agência Brasil (2020)⁸⁶.

Na sede da pasta, após ouvir o aviso de sua demissão, Mandetta fez um discurso agradecendo aos servidores e deixou um recado: Não tenham medo, não façam um milímetro do que acham que não deveriam fazer”. O mesmo ainda defendeu três pilares: a vida, o SUS e a ciência, deixando visível o atrito entre ele e o presidente no que concerne à condução das medidas em prol da pandemia.

Ao anunciar a exoneração do ex-ministro, Bolsonaro já noticiava via decreto publicado na edição extra do Diário Oficial da União, a nomeação de Nelson Luiza Sperle Teich.

⁸⁶ Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-04/mandetta-anuncia-saida-do-ministerio-da-saude>

FIGURA 64 - DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 16 DE ABRIL DE 2020



Fonte: Diário Oficial⁸⁷.

No entanto, o que parecia ter sido solucionado na realidade não foi e a crise do Ministério da Saúde tomou novos desdobramentos. Com ideia fixa em torno do uso da cloroquina, o presidente almejava mudanças no protocolo de uso do medicamento para tratamento da COVID-19, porém, o novo ministro foi contrário.

Na batalha das ideias entre ministro e presidente uma nova exoneração surgiu. Nelson Teich, após vinte nove dias no cargo pedia demissão. O mesmo chegou a declarar: “É o dia mais triste da minha vida. Não vou manchar a minha história por causa da cloroquina” (TEICH, 2020). Tempos depois em depoimento à CPI da Covid o ex-ministro reafirmou o motivo de seu rompimento, relatando: O pedido específico de demissão foi pelo desejo do governo de ampliação do uso de cloroquina. Esse era o problema pontual (TEICH, 2021) mas também pelo fato

[...] de que eu não teria autonomia e liderança que imaginava indispensáveis ao exercício do cargo. Essa falta de autonomia ficou mais evidente em relação as divergências com o governo quanto à eficácia e extensão do uso do medicamento cloroquina para o tratamento da Covid-19, enquanto minha convicção pessoal, baseada nos estudos, que naquele momento não existia evidência de sua eficácia para liberar”, completou o ex-ministro (MATTOS; RODRIGUES; BORGES, 2021, p. 02).

⁸⁷ Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2020/04/exoneracao-mandetta.pdf>

Após demissão de Teich, o general do Exército Eduardo Pazuello assumiu a pasta. Ao contrário de seus antecessores, o ex-secretário executivo teve postura convergente com a narrativa do presidente Bolsonaro. Em sua passagem como ministro defendeu o uso do chamado Kit Covid mas omitiu na CPI⁸⁸ tal posicionamento.

O denominado Kit ou tratamento precoce⁸⁹ é uma marca do negacionismo do governo Bolsonaro, mas além de tudo do desprezo pela vida dos brasileiros⁹⁰. Essa “saída” é proferida como uma panaceia capaz de reduzir a gravidade da doença entre os infectados pelo vírus. Assim, com base nessa ideia o governo federal busca por todos os meios divulgar e impor o uso dos medicamentos que compõe o kit.

FIGURA 15 - BOLSONARO MOSTRA UMA CAIXA DE HIDROXICLOROQUINA PARA UMA EMA



Fonte: Jornal da USP (2021)⁹¹.

⁸⁸ Apesar de citada, a temática da CPI da Covid não será aprofundada nesse texto.

⁸⁹ Fazem parte do Kit: hidroxiclороquina, ivermectina, nitazoxanida, azitromicina e corticosteroides sistêmicos.

⁹⁰ Me refiro dessa forma pelo fato do tratamento precoce não apresentar eficácia, o kit para o referido tratamento é prescrito e promovido com base em evidências anedóticas, experiências e opiniões pessoais, estudos in vitro com dosagens de medicamentos excedendo os limites de segurança em humanos, estudos clínicos de baixa qualidade metodológica, revisões sistemáticas com metanálises sem qualquer credibilidade, ideologias política e a chamada ‘autonomia médica’ (FURLAN, 2021). Disponível em: <https://jornal.usp.br/ciencias/tratamento-precoce-e-kit-covid-a-lamentavel-historia-do-combate-a-pandemia-no-brasil/>

⁹¹ Disponível em: <https://jornal.usp.br/ciencias/tratamento-precoce-e-kit-covid-a-lamentavel-historia-do-combate-a-pandemia-no-brasil/>

No entanto, a crise sanitária e a da pasta da saúde que foram relatadas, são apenas a ponta do iceberg do colapso do governo Bolsonaro. A crise deste “desgoverno” expõe em suas especificidades uma vasta lista de crimes de responsabilidade ⁹² cometidos por este agrupamento, e nessa constante com a negligência da gestão da pandemia, Bolsonaro tenta a todo custo salvar a própria pele diante da crise política que seu governo nunca deixou de vivenciar (SILVA, 2020).

O próximo tópico abordarei de forma breve as disputas de narrativas em tempos de pandemia, para que assim consigamos entender a quem e como as informações negacionistas e falsas favorecem, como também compreender principalmente o quão essas narrativas servem a razão neoliberal - objeto deste estudo - presente tão fortemente no “desgoverno” Bolsonaro.

5.3 A ofensiva das narrativas bolsonaristas: o “negacionismo governamental”

No momento em que escrevo esse texto o Brasil já ultrapassa a marca de mais de 21 milhões de casos de COVID-19 confirmados e 609.756 óbitos. A morte ou o medo dela tem um eixo central nesse processo pandêmico mundial, e no Brasil, perpassam algumas narrativas envoltas da temática que soa uma crise humanitária.

Vivemos um drama diariamente, no qual os rituais de despedidas não existem para os familiares que perdem seus entes queridos para o vírus SARS -Cov-2. Vivemos no drama de uma população que precisa escolher entre ficar resguardado ou arriscar a vida.

Como bem coloca Silva (2020) “o novo coronavírus mata e mata muito, mas as disputas de narrativa sobre a COVID-19 destoam, desmobiliza, desacredita, dogmatiza, paralisa, e, um vírus que amedronta o mundo adquire várias frentes de narrativa (p. 02).

⁹² Os referidos crimes são: a) denúncias feitas pelo então e agora ex-ministro da Justiça Sérgio Moro contra o presidente Jair Bolsonaro apontam crime de responsabilidade por parte do presidente que pressionava o ministro para interferir no trabalho (investigações) da Polícia Federal; b) os crimes de rachadinha do seu filho Flávio com o ex-assessor Fabrício Queiroz, antes foragido, depois preso e agora se beneficia de prisão domiciliar; c) a ligação com as milícias cariocas; d) o apoio e convocação para as manifestações favoráveis ao Ato Institucional nº 5 (AI-5) que defende a ditadura militar; e) declarar, em Miami, que as eleições de 2018 foram fraudadas, quando o mesmo foi eleito com um festival de Fake News produzido pelo “gabinete do ódio” que já está sendo investigado pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) e suas contas foram bloqueadas pelo Facebook ; f) mandar comemorar o golpe militar de 1964 em 2019, exaltar a ditadura é crime previstos na Lei de Segurança Nacional (Lei nº 7.170/83), na Lei dos Crimes de Responsabilidade (Lei nº 1.079/50) e no próprio Código Penal (artigo 287); g) promover ofensas de cunho sexual contra a repórter da Folha de São, Patrícia Campos Mello; h) colocar em risco a vida de pessoas quando resolve passear pelos arredores do palácio presidencial, entrando em padarias, prédios particulares, postos de gasolina, atentando contra a República e a Constituição Federal, por essa conduta deveria ser processado por crime de responsabilidade, conforme a Lei nº 1079/50 e por crime contra a saúde pública, previsto no artigo 268 do Código Penal (SILVA, 2020).

Narrativas são infinitas e estão por todo lugar (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2008), e como já apontado em um outro momento do texto, as narrativas falsas – que são as que predominam nessa conjuntura – sempre se fizeram presentes na sociedade, mas nesse momento os danos têm sido irreversíveis. Essa diversidade no caso da pandemia e no contexto brasileiro, em sua maioria se voltam para fortalecer o negacionismo do vírus e da sua letalidade e partem principalmente do chefe de Estado e seus apoiadores.

Bolsonaro segue desde o início da pandemia apresentando uma narrativa de poder e de negação da lógica. Em seus discursos recheados de falácias propõe que chequem a veracidade dos fatos por ele apresentados, causando em parte da população dúvidas do que é posto mundialmente. Traduz o que é comprovado cientificamente em uma questão de opinião, em uma questão de escolha de lados.

Nessa lógica, o presidente pôs à tona inicialmente a narrativa de que a COVID-19 não passava de uma gripezinha, que sua fatalidade se dava em torno de pessoas com mais de 60 anos e que as preocupações e precauções não passavam de uma histeria.

Entre suas narrativas negacionistas afirmou em sua residência oficial do Palácio da Alvorada que o brasileiro precisa ser estudado, pois é capaz de pular no esgoto e não acontecer nada. Além de durante entrevista concedida ao jornalista e blogueiro Magno Martins, fazer um trocadilho sobre a cloroquina: “quem é de direita toma cloroquina, quem é de esquerda tomo tubaína”⁹³.

Essa negação dos fatos e a condução de narrativas políticas não são um fenômeno novo. De acordo com Carvalho (2020) essa forma de demonstrar poder

[...] começou na 2ª Guerra Mundial com Joseph Goebbels, Ministro de Comunicação Nazista, e se chama Propaganda. A técnica consiste em: 1) Contar mentiras, por mais absurdas que sejam até que o senso de realidade não mais exista; 2) Alto volume de mentiras, por todos os canais e plataformas, contínuas e repetitivas, sem o menor compromisso com a realidade objetiva ou consistência (CARVALHO, 2020, p. 01).

No Brasil de Bolsonaro esse tem sido o método utilizado por seu governo, mentiras contadas cotidianamente para que elas se tornem verdade. Uma estratégia de inversão que foi capaz de promover uma das maiores tragédias humanas da história (Holocausto) e que promove no Brasil um número absurdo de mortes pela COVID-19.

Seu desdém e comportamento diante da conjuntura atual promovem uma situação de insegurança e medo nos brasileiros na medida em que suas narrativas provocam dúvidas no tocante aos

⁹³ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UrD5nNfVNDE>

[...] procedimentos indicados pela OMS; se contrapõe a governadores e prefeitos; demite seu próprio ministro da saúde (Luiz Henrique Mandetta), que defendia o isolamento social; e prega o funcionamento da indústria e do comércio. O Brasil tem sido a grande e vergonhosa exceção na minimização da pandemia, devidamente registrada pela imprensa internacional (WEBER, 2020, p. 01).

Toda via os fatos agora expostos são apenas uma das narrativas sobre o momento pandêmico. Para além destas, a da vida e emprego, economia e saúde, aparecem fortemente na boca da população brasileira. Porém, essa narrativa não teria tido palco se o governo Bolsonaro não promovesse um cenário de insegurança e medo.

Bolsonaristas irracionais tentaram a todo custo por meio de manifestações, impor a narrativa de que caso o isolamento social permanecesse e os âmbitos de trabalho continuassem fechados as pessoas não morreriam pelo vírus, mas sim de fome. Nessa interpretação as medidas indicadas pela OMS promoveriam alto índice de desemprego e dessa forma se “o vírus da COVID-19 não matasse essas pessoas, certamente iriam morrer de fome” (SILVA, 2020, p. 04).

O caso das “carreatas da morte”, promovida por empresários, que aconteceu em diversas partes do país, preconizando a abertura do comércio e a insistência de falsos “líderes” religiosos que queriam as igrejas abertas, demonstrou a total sintonia com essa narrativa vida x empregos, também estimuladas pelo presidente (SILVA, 2020, p. 04).

FIGURA 16 – CARREATA CONTRA A QUARENTENA



Fonte: G1 (2020)⁹⁴.

Esse ato representa bem a face cruel do neoliberalismo que rege esse governo e apresenta a morte como a única alternativa possível, desresponsabilizando o Estado frente ao combate da crise sanitária e econômica vivida.

Apesar das carreatas terem participação de empresários – na sua maioria – a narrativa da fome faz com que a classe trabalhadora a tome para si. Não são poucos os brasileiros, apoiadores ou não do governo, que se assustam e discordam das medidas adotadas pela OMS. Afinal diante da omissão do poder executivo o que resta aos cidadãos brasileiros?

É possível enxergar o quanto o ideário neoliberal foi vitorioso nesse sentido. O quanto sua racionalidade capaz de estruturar e organizar a vida dos governados triunfa. A narrativa vida *versus* emprego traduz de forma primorosa a perspectiva neoliberal, que põe a economia sempre em primeiro lugar.

Mesmo em um contexto de pandemia o qual se exige uma medida como isolamento social, o governo de Bolsonaro a nega como meio eficaz contra a pandemia, dessa maneira, acarreta como resposta o fortalecimento da narrativa em questão.

Esse cenário interpreta o isolamento social como uma afronta a liberdade econômica, que na compreensão de Milton Friedman, ocupa um valor supremo a ser protegido. Nessa lógica, o atual chefe de Estado exala a razão neoliberal que dita que a economia não pode parar.

⁹⁴ Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/05/01/carreata-circula-por-sao-paulo-em-protesto-contr-a-quarentena.ghtml>

Dentro dessa perspectiva, em uma de suas falas relacionadas à pandemia, Bolsonaro afirma:

“E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê? Eu sou Messias, mas não faço milagre” [...] “Lamento a situação que nós atravessamos com o vírus. Nos solidarizamos com as famílias que perderam seus entes queridos, que a grande parte eram pessoas idosas”. “Mas é a vida.” (JAIR BOLSONARO, 2020).

Tal afirmativa diante do aumento de vítimas da COVID- 19, em abril de 2020, é só mais uma confirmação dessa narrativa: “também se morre de fome e desemprego” (BENSUSAN, 2020).

E dentro do contexto guiado pela razão neoliberal a morte toma a vida como refém e a transforma em mera sobrevida. Ela deixa de ser algo sagrado e intocável, deixa de ser o preâmbulo da redenção, o interdito, o motor das guerras e das conquistas e vira uma arma de ameaça e de subjugação (BENSUSAN, 2020).

Mas para além das duas narrativas apontadas até aqui, mais duas merecem destaque. Falo, da que cria um inimigo externo causador da pandemia e as narrativas da charlatanice religiosa.

A primeira colocou a China como um inimigo mundial responsável por criar e disseminar o vírus de forma proposital. Os Estados Unidos foi o principal responsável pela propagação dessa ideia e como admirador de Donald Trump, Bolsonaro e seu clã reafirmou o racismo contra os chineses e reforçaram a ótica do “vírus chinês”.

O cerne dessa questão para os estados-unidenses se relaciona ao fato de a China surgir como potência mundial. Desde este feito, os norte-americanos trabalham na difamação dos chineses, estereotipando-os como algo infeccioso que poluiu o mundo com mercadorias e epidemias. A pandemia do novo coronavírus apenas serviu como a desculpa perfeita para aumentar a tensão mundial contra os chineses. É nítido que a disputa entre China e EUA envolve a hegemonia do sistema mundial (MACHADO, 2020).

No entanto, o que intriga é o governo brasileiro investir nessa ideia, visto que, a China ocupava o lugar de maior parceiro comercial. Para além da admiração aos Estados Unidos e a Donald Trump, esse investimento pode ser explicado pelo fato do fracasso de Bolsonaro na condução da pandemia. A racionalidade econômica não é o ponto crucial que embasa a sinofobia⁹⁵.

⁹⁵ Expressão dada ao racismo contra os chineses.

Como aponta Machado (2020) a culpabilização da China é propícia para “[...] governos extremistas e incompetentes que impulsionam e fidelizam sua base política com um simplismo vulgar a partir do qual tanto as mortes quanto o desemprego são justificados como “culpa da china” (MACHADO, 2020, p. 03).

A sinofobia propagada pelo governo Bolsonaro vai além da culpabilização da disseminação proposital do vírus, ela é utilizada em prol da negação da vacina. O governo foi capaz de difundir notícias falsas acerca do imunizante produzido pelo laboratório chinês Sinovac em parceria com o Instituto Butantan. Na tal notícia cientistas haviam divulgado um relatório em que constava a ineficiência do imunizante e que esse seria um alerta aos brasileiros.

FIGURA 17 - ALERTA DE FAKE NEWS



Fonte: Facebook do Instituto Butantan (2021)⁹⁶.

Por razões ideológicas, o chefe do executivo e seus aliados trabalharam na perpetuação da desconfiança sobre a eficácia da CoronaVac, o presidente chegou a vetar a aquisição da vacina disparando em entrevista à rádio Jovem Pan: “Da China nós não compraremos. É decisão minha. Eu não acredito que ela transmita segurança suficiente para a população pela sua origem. Esse é o pensamento nosso” (BOLSONARO, 2020).

⁹⁶

Disponível

em:

<https://m.facebook.com/ButantanOficial/photos/a.544566038917155/5482397605133949/?type=3>

Somada a essa declaração, seu filho e deputado federal Eduardo Bolsonaro⁹⁷ (PSL – SP) juntamente ao ex-ministro da Educação, Abraham Weintraub⁹⁸, atacaram a China alegando que a pandemia não passa de uma conspiração chinesa com fins de dominar o mundo.

Os resultados desta narrativa falsa não poderiam ser positivos. A semente da desconfiança acerca da vacina e do surgimento da pandemia foi plantada. Muitos foram os brasileiros que questionaram a rapidez do desenvolvimento do imunizante, assim contestando sua eficácia. Ademais, tais declarações estremeceram as relações entre os dois países, prejudicando o Brasil economicamente e também na oferta de equipamentos de saúde para o combate da pandemia.

A outra narrativa a qual me refiro vem de um setor da sociedade, apoiadora –em sua maioria – do atual governo, os evangélicos neopentecostais. Por eles, são vendidas as narrativa das curas milagrosas para a COVID-19 que acabam descredibilizando a ciência e suas alternativas.

Trago destaque para o episódio polêmico⁹⁹ cometido pelo pastor Valdomiro Santiago de Oliveira, líder da Igreja Mundial do Poder de Deus. Em vídeo o pastor relata que na última reunião de bispos e pastores foram apresentados laudos médicos de pessoas em estado terminal, gravíssimo (de covid-19), e Deus operou e fez maravilha. O segredo deste milagre seria um grão de feijão com a frase “Sê tu uma benção” e o mesmo poderia ser adquirido com o “proposito” de R\$ 1.000,00.

⁹⁷ Disponível em: <https://www.poder360.com.br/coronavirus/eduardo-bolsonaro-culpa-china-por-pandemia-e-embaixada-rebate/>

⁹⁸ Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/politica/2020/04/embaixada-da-china-rebate-declaracoes-de-weintraub-no-twitter-absurdas-e-despreziveis/>

⁹⁹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=blJDiW39lHI>

FIGURA 18 - PASTOR VALDOMIRO SANTIAGO E O FEIJÃO DA CURA



Fonte: El País (2020)¹⁰⁰.

O líder da Igreja Internacional da Graça de Deus, R. R. Soares também não ficou de fora dos famosos “milagres”. O missionário, no início da pandemia, anunciou métodos nos quais ele afirmava que livraria os fiéis do novo vírus, e, coincidentemente, esses anúncios eram feitos no momento do pedido de doações para sua igreja. Águas consagradas e orações eram passadas aos fiéis com a promessa de cura em troca de doações que muito provavelmente iriam para seu bolso.

As igrejas neopentecostais fazem parte da história de Bolsonaro, o voto evangélico foi uma força política decisiva no pleito eleitoral de 2018. Logo, essas narrativas também acabaram fortalecendo os discursos negacionistas de Bolsonaro, assim não giraram em torno apenas dos interesses dos dirigentes dessas congregações.

Importante dizer que a conquista da presidência por um candidato cristão com discurso evangélico neopentecostal é o auge de um projeto iniciado no começo dos anos 1980. Os movimentos religiosos são um dos poucos movimentos sociais capazes de desenvolver um projeto ao longo de várias décadas.

A forma pela qual esse projeto se desenvolve é muito sagaz. O movimento neopentecostal ocupa espaços no qual o Estado se ausenta. Sob a égide do neoliberalismo os

¹⁰⁰ Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-05-12/contra-o-feijao-que-cura-coronavirus-e-outras-mentiras-profissionais-de-saude-cobram-acao-das-gigantes-da-tecnologia.html>

governos sucateiam e exterminam as políticas públicas voltadas às populações precarizadas e o vácuo criado favorece o ingresso das igrejas neopentecostais, que assumem

[...] a missão da educação popular nas favelas e se tornam incubadoras de pequenos empreendedores e militantes conservadores, cuja visão religiosa levava a defender a questão moral e, em particular, a moral associada à sexualidade (aborto, casamento, homossexualidade etc.) (PLEYERS, 2020, p. 10).

Essa missão prospera até os dias de hoje e teve papel fundamental para que o Brasil passasse a ser governado por um sujeito que se diz liberal na economia e conservador nos costumes. Um governante que justifica suas ações preconceituosas e violentas em nome de Deus e da família.

Voltando ao debate das narrativas acerca da pandemia, uma última merece destaque: ciência *versus* cloroquina e hidroxicloroquina. Essas medicações ganharam fama ao longo da pandemia, uma expectativa de tratamento precoce e de cura foi posta em questão. Até então uma medicação usada para tratar a malária surgia como uma luz no fim do túnel diante do caos que estava posto.

No início da pandemia, em 2020, o crescente aumento de pessoas hospitalizadas e mortas por infecção pelo Sars – CoV-2 levou os profissionais da área de saúde e pesquisadores a uma busca por possíveis tratamentos para COVID-19, deste modo, inúmeros medicamentos foram testados contra a doença, tanto de forma empírica quanto por meio de pesquisas.

Em matéria publicada pelo no jornal virtual da USP, pesquisadores afirmaram que algumas das drogas foram utilizadas por um tempo fora da indicação da bula, principalmente em pacientes hospitalizados. No entanto, logo veio a reprovação da comunidade científica e mesmo mediante prova de que tais medicamentos não surtiam efeitos, se não os colaterais, o uso *off-label* de drogas como a hidroxicloroquina e a ivermectina passou a ser adotado em grande escala em diferentes países.

No Brasil, os medicamentos passaram a ser promovidos pelo governo federal. Bolsonaro tornou o “kit covid” sua bandeira política contra as vacinas e demais medidas contra a disseminação do vírus. Ações como nota de autorização para a prescrição do kit emitida pelo Conselho Federal de Medicina do Brasil e protocolo elaborado pelo Ministério da Saúde orientando o uso da hidroxicloroquina e azitromicina reafirmaram e fortaleceram o negacionismo de Bolsonaro.

As famosas *fakes news* também se fizeram presentes na promoção do uso dos medicamentos. Poucos dias após a divulgação da pesquisa que inviabilizava o uso da cloroquina

e da hidroxicloroquina, uma manchete¹⁰¹ em um site denominado “Conexão Política” acusava os pesquisadores de aplicar alta dosagem da medicação em pacientes cobaias para tentar desqualificar a hidroxicloroquina (NEVES; FERREIRA, 2020).

Todas essas narrativas levaram o Brasil a posição de segundo país com mais casos de contaminados e mortes por COVID-19, ficando abaixo apenas dos Estados Unidos. Chegamos a contabilizar 4.249 mortes por Covid em 24 horas. O descaso e a negligência da gestão da crise sanitária pelo governo Bolsonaro juntamente ao colapso da saúde no estado do Amazonas levaram o senado a instaurar a CPI da Covid. Dentro deste contexto muitas são as perguntas ainda sem respostas. Duas me inquietam: a quem serve todo esse negacionismo propagado por Bolsonaro e seus aliados? Seria o neoliberalismo um fator preponderante para o negacionismo governamental de Bolsonaro?

Na próxima sessão buscaremos as respostas desses questionamentos. Para isto, faz-se necessário compreender uma peça fundamental da formação da extrema direita brasileira e da ascensão de Jair Bolsonaro, o sujeito que ganhou grande visibilidade com teorias da conspiração e ideias negacionistas, o autointitulado filósofo Olavo de Carvalho.

5.4 Olavo de Carvalho: a raiz do negacionismo de Bolsonaro

Como já abordado em outro momento deste texto, o bolsonarismo é um movimento que se estende para além de Bolsonaro. Tal movimento detém um posicionamento reacionário diante da história e possui sua visão de mundo alicerçada em grande parte pelo autodeclarado filósofo Olavo de Carvalho, o qual se diz capaz de dar respostas sobre todo e qualquer aspecto da vida social.

Olavo de Carvalho trabalhou por boa parte de sua vida como instrutor de escolas de astrologia e como colunista de variados jornais e revistas de grande circulação no Brasil. O autodeclarado filósofo explodiu como uma voz insultuosa na imprensa brasileira dos últimos anos do século XX, esbravejando insultos à academia e contra a esquerda.

Como ressalta Calil (2021), Carvalho afirma ter abandonado a faculdade por não ter nada a aprender e justifica suas opiniões com uso sistemático de ofensas e palavras de baixo calão como recurso argumentativo. Em sua conta do *Tweet* declarou absurdos sobre as

¹⁰¹ Ver <https://www.conexaopolitica.com.br/ultimas/a-militancia-medica-esquerdista-por-tras-da-pesquisa-com-alta-dosagem-de-cloroquina-em-manaus/>

universidades brasileiras ao afirmar que não passavam de pontos de distribuição de drogas, locais de suruba e de propagandas comunipetistas, declarações que se assemelham as do ex-ministro da educação bolsonarista Abraham Weintraub.

Em sua trajetória dedicada à astrologia escreveu livros e fundou a Escola de Júpiter. De acordo com sua primogênita, Heloísa de Carvalho “[...] em 1980, a escola de astrologia já contava com 140 alunos e Olavo tinha uma rotina agitada de aulas e conferências” (CARVALHO; BUGALHO, 2000, p. 29 *apud* CALIL, 2021, p. 66).

Com uma vida marcada por polêmicas, integrou a seita Tradição que deriva das práticas do líder espiritual Idris Shah, pouco depois se converteu ao Islã passando a integrar uma *tarika*, tipo de seita esotérica sufi (CARVALHO; BUGALHO, 2000). Após um ano decidiu fundar sua própria *tarika* mantendo correspondência com Martin Lings, líder sufi em Londres.

No entanto, de acordo com Heloísa de Carvalho, poucos meses depois a seita teria se fragmentado e Olavo começara a se defrontar com problemas jurídicos. “Por causa de suas atividades obscuras, Olavo se envolveu com questões judiciais e policiais, uma delas relacionadas à seita Tradição e outra com a *tariqa*” (CARVALHO; BUGALHO, 2020, p. 62 *apud* CALIL, 2021, p. 67).

Ao longo dos anos 1980 e 1990, ministrou cursos e palestras sobre astrologia, felicidade e filosofia e publicou mais de uma dezena de livros, que “[...] atingem certa expressão e o ajudam a consolidar-se como colunista político ‘de direita’” (PATSHIKI, 2012, p. 32). Neste período, publicou algumas obras que o projetaram como intelectual conservador, em especial *A nova era e a Revolução Cultural*: Fritjof Capra e Antonio Gramsci (CARVALHO, 1994), *O Jardim das Aflições*: de Epicuro à ressurreição de César: ensaio sobre o materialismo e a religião civil (1995) e *O imbecil coletivo*: atualidades intelectuais brasileiras (1996), lançado pela editora da UniverCidade e que teve uma ampla circulação, com seis edições em apenas oito meses (O IMBECIL..., 2021). Estas três obras assentam as bases da posição que seria assumida e mantida por Carvalho desde então [...] (CALIL, 2021, p. 68).

Todavia, existe um elemento principal que fez as ideias de Olavo de Carvalho ganharem notoriedade e sucesso. Considerados por muitos como guru¹⁰² do governo Bolsonaro, Olavo teve grande êxito em sua adaptação às novas tecnologias e logo se tornou um fenômeno na internet. Seu blog contou com uma grande quantidade de acessos e em suas redes sociais não foi diferente. No momento que escrevo, novembro de 2021, Olavo acumula em seu canal do *YouTube* 1,05 mil inscritos, em seu perfil do *Facebook* 563 mil seguidores e no *Tweet* 711 mil.

¹⁰² Olavo tem papel central na formação das ideias de Jair Bolsonaro e influenciou diretamente na composição do governo, indicado seus ex-alunos, como o ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo e o assessor especial da presidência da república para assuntos internacionais, Felipe Martins.

Mediante sucesso na internet, as redes sociais se tornaram os principais meios de comunicação de Olavo com os seus seguidores

Neles, desmoraliza grandes nomes da ciência como Newton e Copérnio, Darwin e Einstein, os colocando como grandes imbecis. Além disto propaga as mais bizarras teorias da conspiração, como por exemplo que a *Pepsi Cola*¹⁰³ usa células de fetos abortados como adoçantes nos refrigerantes e que ao consumir a bebida você se torna um abortista terceirizado.

Paralelamente, dissemina discursos negacionistas que tem como finalidade a distorção da realidade e a negação da história. Vale chamar a atenção para o fato de que esse tipo de discurso não é novidade, data-se desde o final da Segunda Guerra Mundial, quando pesquisadores usavam todos os recursos disponíveis – panfletos, livros, estudos aparentemente científicos – para fazer desacreditar os horrores cometidos no Holocausto.

Pode-se sintetizar o discurso do movimento a partir dos seguintes argumentos: não houve genocídio e as câmaras de gás não existiram; o zyklon B era usado especificamente para a desinfecção de presos enfermos; a “solução final” não foi a tentativa de exterminar os judeus, mas sim a de expulsá-los para o leste europeu; as mortes dos judeus foram naturais, ou ocasionadas por tifo ou bombardeio aliado. O número de mortos, na opinião da maioria dos negacionistas, não passaria de 200 mil, a Alemanha não é responsável pela Segunda Guerra Mundial, os responsáveis eram os judeus; o genocídio é uma propaganda judia e dos países vencedores da guerra (JESUS; GANDRA, 2020, p. 3).

Os mesmos argumentos desta síntese são utilizados por Olavo de Carvalho ao negar que não houve golpe militar em 1964 no Brasil. Em vídeo publicado em seu canal no *YouTube* no qual ele participa do Fórum da Liberdade¹⁰⁴ de 2019, afirma que lideranças civis – Carlos Lacerda; Ademar de Barros; Auro Moura Andrade – promoveram a maior marcha da história brasileira, a Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Diante de 1 milhão de pessoas nas ruas, João Goulart presidente pelo PTB na época, sentiu-se ameaçado e fugiu deixando vaga a presidência da república.

Nesse cenário, Moura Andrade (PSD -SP) presidente do Senado declarou Ranieri Mazzille (PSD) ao cargo. Ainda segundo ele não houve resistência da esquerda naquele

¹⁰³ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=714WmFjzDIs>

¹⁰⁴ Fundado em 1988 pelo Instituto de Estudos Empresariais (IEE), O Fórum da Liberdade foi reconhecido em 2013 pela Revista Forbes como o maior espaço de debate político, econômico e social da América Latina. De acordo com o site deste evento, o mesmo proporciona debates entre grandes palestrantes e fomenta alternativas objetivas e viáveis para equacionar os problemas do Brasil e da América Latina. A qualidade e riqueza dos temas, dos debates e dos palestrantes garantem repercussão internacional ao evento como também intensa cobertura da imprensa nacional e de outros países. Disponível em: <https://www.forumdaliberdade.com.br/forum>

momento. Olavo narra que poucos dias depois os militares tomaram posse e Castelo Branco (ARENA) passou a presidir o país, sendo um momento de paz e não de guerra. Um momento cujo intuito seria barrar a direita reacionária do país.

Assim como Olavo, o atual presidente brasileiro manifesta em quase todas as suas declarações narrativas negacionistas. Discípulo do autodeclarado filósofo, Bolsonaro segue a cartilha olavista que mistura negacionismo, conservadorismo e autoritarismo. Durante sua campanha eleitoral – e até os dias atuais – proferiu a mesma história contada por Olavo sobre o Golpe Militar de 1964.

Em 2018, na entrevista concedida ao programa televisivo Roda Viva, Bolsonaro disse: “Não houve golpe militar em 1964. Quem declarou vago o cargo do presidente na época foi o Parlamento. Era a regra em vigor” (BOLSONARO, 2018). Hoje como chefe de Estado não só continua a defender essa narrativa, como também, em seu primeiro ano de mandato determinou que as Forças Armadas poderiam comemorar os 55 anos do golpe de 31 de março de 1964. Essa comemoração pode ser interpretada como uma estratégia para mudar a narrativa sobre como se conta a história da Ditadura Militar brasileira.

Ademais, Bolsonaro encontrou em Olavo de Carvalho a base de um dos seus discursos mais importantes para sua eleição, refiro-me ao anticomunismo, à demonização das esquerdas e ao antipetismo. O guru do atual governo brasileiro ataca fortemente esses grupos através de declarações como: “A esquerda domina as mídias e as universidades”; “A esquerda é uma ameaça e precisa ser combatida”; “O PT já nasceu corrompido”. Sobre o comunismo expõe¹⁰⁵ que

[...] matou mais gente em tempos de paz do que duas guerras mundiais somada a todas epidemias e catástrofes naturais do século XX mais que as vítimas de todas as outras ditaduras conhecidas...e continua matando! Seu único concorrente na prática do genocídio, o nazismo, não apenas fica em segundo lugar na dimensão do seu poder mortífero, mas jamais teria se tornado um flagelo mundial sem a ajuda que recebeu do regime comunista soviético que lhe cedeu terreno, dinheiro, armamento e assistência técnica para montar bem escondido dos olhos do mundo o exército que o tratado de Versalhes proibia ao Estado Alemão (OLAVO DE CARVALHO, 2020).

Do mesmo modo age Bolsonaro. Impulsionado pelas narrativas olavistas o atual presidente demoniza esses três grupos de forma generalizada, isto significa, que tal demonização vai desde questões econômicas até sociais e políticas. Ele compreende “[...] o

¹⁰⁵ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=lpeGLjfEM2E&t=279s>

esquerdismo como um mal, como um conjunto de pessoas sem valores morais, sem vínculos religiosos, demagógicos, enganadores, que se fazem de vítima e que amam o comunismo” (DIBAI, 2018, p. 134).

Acerca do comunismo, o presidente prega a fantasia mal-intencionada da existência de um complô comunista universal. Bolsonaro atribui aos comunistas a posição anti liberdade e tem como ponto central de seus ataques Cuba, por representar um Estado Comunista. Não à toa suas declarações¹⁰⁶ ameaçadoras e desrespeitosas a respeito dos médicos cubanos que faziam parte do Mais Médicos¹⁰⁷ levou o país caribenho a deixar o programa em novembro de 2018.

A atribuição da anti liberdade ao comunismo vai além da narrativa falsa. O discurso demonizador desse regime é propagado pelos principais nomes do neoliberalismo (Mises, Hayek e Friedman). Para estes, assim como para Bolsonaro e seus aliados, o comunismo é uma tendência do coletivismo e do totalitarismo. Nessa ótica, ao se dizer defensor do “[...] bem mais precioso de qualquer cidadão: a Liberdade (O CAMINHO DA PROSPERIDADE, 2018), os vários gêneros de coletivismos tornam-se alvos de seus discursos de ódio.

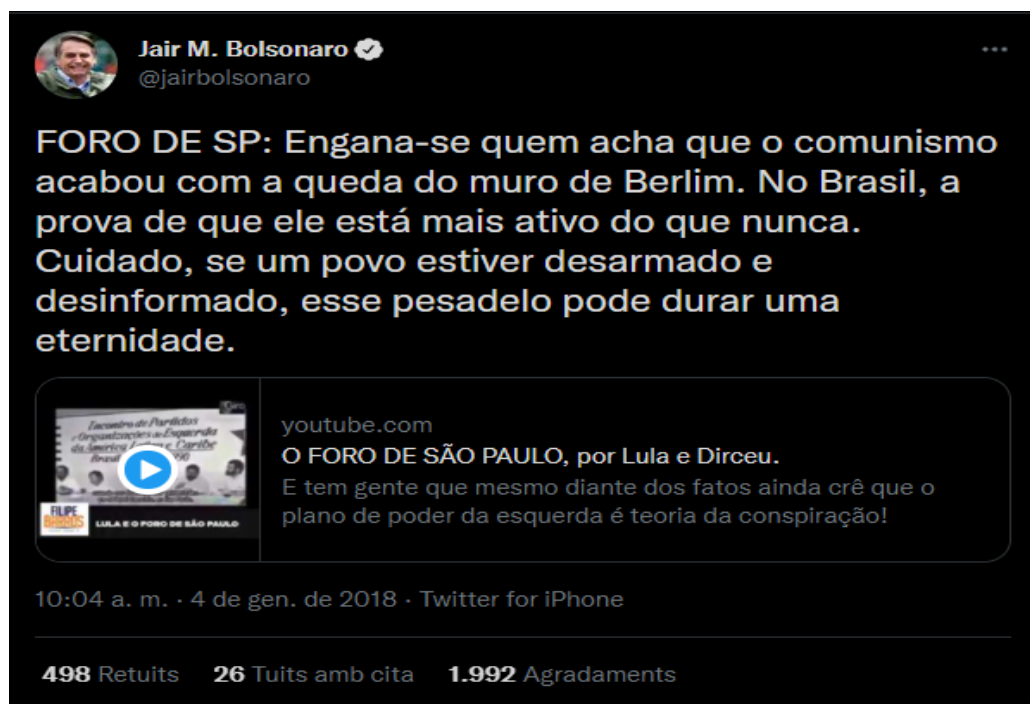
Seguindo o viés anticomunista, o presidente recapitula o relato olavista¹⁰⁸ no tocante ao Foro da São Paulo. Assim sendo, afirma ser o Foro uma organização composta por partidos de esquerdas e facções criminosas cujo objetivo é dominar a América Latina. Em publicação no *Tweet*, principal meio no qual expressa suas opiniões Bolsonaro disse: “FORO DE SP: Enganase que, acha que o comunismo acabou com a queda do muro de Berlin. No Brasil, a prova de que ele está mais ativo do que nunca. Cuidado, se um povo estiver desarmado e desinformado, esse pesadelo pode durar uma eternidade” (BOLSONARO, 2018).

¹⁰⁶ Durante campanha eleitoral, enquanto participava de um comício em agosto no interior de São Paulo, Jair Bolsonaro afirmou que iria expulsar os cubanos do Brasil por meio da Revalida e que o governo brasileiro não poderia botar gente de Cuba no país sem o mínimo de comprovação de que eles realmente saibam o exercício da profissão.

¹⁰⁷ O Programa Mais Médicos foi introduzido no Brasil em julho de 2013, como parte de uma série de medidas para combater as desigualdades de acesso à atenção básica resolutive. O programa foi estruturado em três eixos de ação. O primeiro é o investimento na melhoria da infraestrutura da rede de saúde, particularmente nas unidades básicas de saúde. O segundo é a ampliação e reformas educacionais dos cursos de graduação em medicina e residência médica no país. O terceiro, intitulado Projeto Mais Médicos para o Brasil (PMMB), é o de provisão emergencial de médicos em áreas vulneráveis (OLIVEIRA; VANNI; PINTO; SANTOS; FIGUEIREDO; ARAÚJO; MATOS; CYRINO, 2015, p. 626, 627).

¹⁰⁸ Em vídeo Olavo de Carvalho (2019) afirma que “O Foro de São Paulo é a maior organização política que já existiu no continente latino-americano. Acho que nem nos Estados Unidos há uma organização que reúna 200 partidos políticos e mais quadrilhas de narcotraficantes, sequestradores etc., etc. É um negócio monstruoso”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-56mh7dzyno>

FIGURA 19 - BOLSONARO SOBRE O COMUNISMO



Fonte: Bolsonaro via *Twitter* (2018)¹⁰⁹.

Essas comparações entre as falas de Olavo e Bolsonaro foram feitas com o intuito de identificar a raiz do negacionismo do atual chefe de Estado, todavia, não só o negacionismo histórico descrito acima se faz presente no pensamento de Bolsonaro e dos ditos bolsonaristas.

A negação da ciência, ou seja, o negacionismo científico tem caracterizado a gestão da pandemia do novo coronavírus. A este tipo, cabe o papel de “[...] questionar o valor do conhecimento científico, dos argumentos racionais, da experiência adquirida ao longo dos anos, defendendo a ideia de que todas as opiniões têm o mesmo valor” (CAPONI; BRZOZOWSKI; HELLMANN; BITTENCOURT, 2021, p. 04).

A última narrativa citada na seção anterior, cloroquina *versus* ciência, demonstra nitidamente que o modo de governar do atual presidente consiste no uso da negação dos fatos, dos argumentos e do conhecimento como estratégia principal. Com base nisto, assistimos um caos: promoção de um medicamento ineficaz como a cloroquina e hidroxicloroquina; defesa de um isolamento vertical; negação da gravidade da pandemia e do colapso do sistema de saúde; afirmação da existência de super notificação de casos de COVID -19.

¹⁰⁹ Disponível em: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/948887734357196800?lang=ca>

A chave do questionamento: A quem serve o negacionismo promovido por Bolsonaro e seus aliados no contexto de pandemia da COVID-19? pode ser encontrada nessa última narrativa. A negação científica somada a defesa descontextualizada das liberdades individuais, inerente de um mercado e um governo regido pelo neoliberalismo, politizou o uso da cloroquina e hidroxiclороquina.

Se observarmos a linha cronológica perceberemos que investidores e líderes políticos pró-mercado apostaram nesses medicamentos como um milagroso. Um remédio capaz não só de curar a doença mas, também, capaz de evitar medidas que afetasse o mercado negativamente (isolamentos, quarentenas, distanciamento social).

No Brasil, a promoção da cloroquina e hidroxiclороquina¹¹⁰ ocorreu no mesmo período dos demais países. Em oito de abril, o professor, químico e cientista brasileiro Marcos Eberlin, conhecido por se opor à teoria da evolução redigiu e publicou um documento coassinado por trinta cientistas de diversas áreas em que defende o uso da hidroxiclороquina em pacientes não-graves de COVID-19.

O que pretendo chamar atenção para esse dado é o fato dos pesquisadores que assinaram essa carta terem ligação direta com o movimento denominado Docentes Pela Liberdade¹¹¹, no qual, se define como grupo apartidário, composto por docentes e profissionais de diversas áreas que buscam recuperar a qualidade da educação no Brasil, romper com a hegemonia da esquerda e combater a perseguição ideológica.

Neste caso, trata-se de uma publicação elaborada por um movimento negacionista apoiador do atual governo e que busca assim como o governo Bolsonaro favorecer determinados setores sociais em prol de seus interesses econômicos e políticos.

O incentivo ao uso da cloroquina e hidroxiclороquina se baseia apenas na falsa ideia de cura e contenção da pandemia, pois, diante de um governo alicerçado nos ideais neoliberais em que a economia não pode parar, tal narrativa promove uma falsa sensação de segurança servindo como justificativa para o não fechamento de estabelecimentos comerciais e outros setores da economia.

¹¹⁰ Apesar ambos serem indicados para o tratamento da malária e serem derivados de uma mesma substância, a quinina, existem entre eles uma pequena diferença. A cloroquina foi desenvolvida a mais de 70 anos e tem eficácia comprovada contra malária, porém, sua substância também é indicada para o tratamento de doenças como: lúpus, artrite reumatoide e doenças fotossensíveis. Já a hidroxiclороquina é um fármaco novo e portanto mais seguro, pois, apresenta menos efeitos colaterais nos pacientes. Sendo assim tem sido mais indicada para o tratamento das doenças que exigem seu uso contínuo (lúpus, artrite reumatoide).

¹¹¹ Ao visitar o website deste movimento <https://dpl.org.br/> é possível acessar diversas publicações negacionistas sobre a pandemia e a indução do uso da cloroquina.

É na relação economia e saúde que a problemática do incentivo a essas medicações ganha apelo esperançoso, em seu uso *off-label*, no entanto sem nenhum fundamento científico. A batalha contra as medidas de restrição a liberdade e circulação ocasionou uma corrida contra o tempo e passou por cima dos padrões mínimos científicos resultando em diversas publicações precipitadas, incompletas e em tempo recorde. Mas tudo isso, dito ser em nome da esperança de salvar vidas, foi e continua sendo para salvar o mercado.

5.4 Neoliberalismo em tempos de pandemia: o governo Bolsonaro e a crise da COVID-19

Os incidentes apresentados até o presente momento comprovam que estamos passando por uma conjuntura desanimadora, no entanto, não só pelo fato da existência da pandemia da COVID-19, mas sobretudo, por estarmos sob a responsabilidade de um governo comprometido com o ideário neoliberal, o qual exalta o individualismo e submete todos os aspectos da vida à lógica da competitividade de mercado.

Muito embora na lógica neoliberal, prega-se o advento do Estado mínimo, a crise sanitária da COVID se instala e põe em evidência a necessidade imperiosa do Estado no controle do quadro pandêmico e de amortecimento de suas consequências sociais.

Esse ideário, que ultrapassa a compreensão econômica e política estrutural, trabalha por meio da atuação do Estado na construção de um indivíduo condicionado em sua subjetividade, a uma racionalidade que o transforme em governador e dono de suas próprias ações e decisões (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 17).

O discurso neoliberal, favorece a autonomia do indivíduo como marca da liberdade e atua de forma a manter todas as estruturas da vida social à benefício dos interesses econômicos. Deste jeito, elimina simultaneamente outras formas de pensamento político.

O atual governo brasileiro, se apropria do projeto neoliberal em sua face mais desnuda mediante a implementação de políticas econômicas macroestruturais com as pautas reformistas, e, na coordenação da propagação do ideário de *thik tanks*, onde cada sujeito deve ser empreendedor de si mesmo, superando por meio de seu próprio esforço as limitações enfrentadas pela ausência dos serviços que cabem ao Estado.

Todavia,

A viabilidade e as pretensas qualidades desse modelo foram seriamente confrontadas pela realidade quando a pandemia da Covid-19 se propagou pelo país. À medida que o novo vírus avançava em frenética progressão geométrica, formava-se a percepção de que o enfrentamento da nova peste só poderia ser levado a bom termo por meio de uma ação coletiva coordenada pelo Estado. Tratava-se, podemos assim dizer, de uma amostra empírica da falácia individualista neoliberal que dá sustentação ao pensamento atualmente estacionado no Poder Executivo, pois a redução de políticas que centralizavam o coletivo social como prioridade no setor público foi um fator determinante para o agravamento da crise no Brasil (FONSECA; SILVA, 2020, p. 62).

Desde sua formação, o neoliberalismo não tem sido a melhor resposta aos Estados nacionais no gerenciamento de crises e situações de calamidade pública e social. Contudo, contraditoriamente, vem se fortalecendo. Esse ideário, em tempos de crise desenvolve um comportamento autodefensivo, no qual “[...] medidas corretivas, que escapam à estreita bula neoliberal, são aceitas em caráter emergencial, com concessões aqui e ali, voltadas sempre para a manutenção do sistema, e não para as graves questões sociais” (FONSECA; SILVA, 2020, p. 60).

Na conjuntura brasileira não é diferente. Com a crise da COVID-19, o primeiro resultado negativo das políticas neoliberais implantadas com mais rigidez desde meados de 2016, foi a sobrecarga dos leitos hospitalares. Este, foi o primeiro aceno de que a omissão do Estado, promovida pela gestão neoliberal, custaria vidas humanas.

Com a pandemia, uma nova realidade foi imposta a classe trabalhadora. Agora, segundo Harvey (2020), ela carrega o peso de ser a força de trabalho que tem o maior risco de contrair o vírus ou de ser demitida injustamente e sem garantias por causa da contenção econômica imposta pelo vírus.

Para o chefe de Estado brasileiro, mesmo com um cenário de crise produzida pela pandemia, a economia não pode parar. A pandemia do novo coronavírus não pode interferir nas atividades econômicas, mesmo que o preço seja uma cadeia de comprometimentos a vida em suas mais diversificadas manifestações.

A lógica neoliberal determina que o mercado deve construir alternativas para que a produção da estrutura capitalista se mantenha acelerada, sem qualquer interferência externa. A vista disto, a austeridade fiscal deve ser mantida como política central nas decisões do poder executivo.

É nessa lógica que Bolsonaro (sem partido) vem agindo. Representante dos interesses neoliberais e da extrema direita, o presidente traduz nitidamente um modelo de Estado alicerçado na lógica da competitividade e do mercado. Esse posicionamento prepara o terreno

para que o neoliberalismo comece a estabelecer a racionalidade econômica como princípio de análise em todas as esferas da vida humana.

A teoria neoliberal e a postura que Bolsonaro (sem partido) diante da atual crise sanitária, andam em perfeita sintonia. Nem mesmo o fato de o mundo perpassar uma situação de tamanha excepcionalidade, fez com que, o chefe do executivo mudasse seu posicionamento de priorizar o mercado acima dos interesses coletivos da população em geral.

Nas narrativas negacionistas acerca da pandemia existem uma intencionalidade ligada aos interesses do mercado. Todas as palavras pronunciadas pelo presidente são carregadas de intencionalidade, e mesmo com uma linguagem pretenciosa e trôpega, tem seus objetivos muito bem firmados e que fundamentalmente correspondem aos ditames da cartilha neoliberal.

Mesmo o Brasil ocupando o segundo lugar no *ranking* de maior número de contaminados e óbitos pela COVID-19, Bolsonaro (sem partido) segue negando a realidade vivenciada no país. Essa negação não é destilada apenas a nós brasileiros, mas a nível nacional.

Há dois meses, em discurso na Assembleia Geral da ONU, afirmou que o país passou por uma grande melhoria em seus primeiros anos de governo frisando, em teor conservador, que o país possui um líder que acredita em Deus, respeita a Constituição e seus militares, valoriza a família e deve lealdade a seu povo.

Bolsonaro (sem partido) reafirmou seu posicionamento de negação a pandemia. Com a mesma narrativa desde o início da crise sanitária, lamentou as mortes ocorridas no Brasil e mundialmente, porém disse: “Sempre defendi combater o vírus e o desemprego de forma simultânea com a mesma responsabilidade. As medidas de isolamento e lockdown deixaram um legado de inflação, em especial, nos gêneros alimentícios no mundo todo” (BOLSONARO, 2021).

O negacionismo expresso nas palavras de Bolsonaro (sem partido) pouco se importa com questões relacionadas a saúde, o objetivo é dar ênfase aos prejuízos econômicos gerais. Suas falas revelam o papel dos estados nacionais quando se trata de defender o elemento primário a sustentação do sistema capitalista: a plena circulação do capital em sua marcha acirrada orientada para expansão.

As narrativas defendidas pelo presidente e seus apoiadores, demonstram a apropriação de questões como: desigualdade social, a fome e o desemprego, pelas forças do capital, mediante seus mecanismos ideológicos, em favor do aprofundamento do protagonismo de mercado sobre todas as dimensões da vida humana.

Por meio desses discursos negacionistas acerca da pandemia, o governo orientado pelo viés neoliberal, vai moldando as normas de vida dos indivíduos, impondo que vivamos num

universo de competição generalizada, em uma luta diária uns contra os outros induzindo a concorrência (DARDOT; LAVAL, 2016), que na perspectiva de Hayek (2010) serve como meio de coordenar os esforços humanos e não de deixar as coisas como estão.

Mas a sagacidade desse ideário não para por aí. O discurso neoliberal – governos neoliberais – trabalha responsabilizando os indivíduos e suas representações coletivas pela busca de soluções das crises causadas pelo desemprego, doenças e desigualdades sociais.

O neoliberalismo incentiva os indivíduos a orientarem suas vidas pela perspectiva empresarial, oferecendo-lhes a compensação muito convidativa de uma participação mais direta nas decisões estratégicas sobre os mais variados assuntos. Trata-se, evidentemente, de um estratagema, que além de não aumentar o poder dos indivíduos nas decisões que são relevantes, ainda lhes responsabiliza única e exclusivamente por seus fracassos, pouco importando as gritantes falhas estruturais do sistema (LEMKE, 2021 *apud* FONSECA; SILVA, 2020).

Em suma, a perspectiva do atual governo brasileiro sob égide do neoliberalismo no enfrentamento a situação da pandemia, segue pela via do negacionismo científico, utilizado para justificar seu argumento de que a economia não pode parar. Uma vez que, a permanência de um isolamento social é contrária à produtividade.

Dessa forma, a utilização de meios como: redes sociais, pronunciamentos em canais de TV aberta, entrevistas em rádios são repetidas diariamente. A imagem e a reprodução de uma história contada repetidas vezes, é a receita de sucesso para o negacionismo que serve – nesse contexto de pandemia – de forma fundamental no fortalecimento e aprofundamento do neoliberalismo. Acima de tudo devem estar a “autonomia”, a “liberdade e o “direito de escolha”, ainda que, o que esteja em jogo seja a vida de milhares de pessoas (DARDOT; LAVAL, 2010).

CONCLUSÃO

Como foi visto na fundamentação desse trabalho, as conjunturas de crise como a que estamos enfrentando, nos revelam as falácias do neoliberalismo, uma vez que, o refúgio nesse tipo de tormenta é sempre procurado na atuação do Estado. Isto, contraria o advento dessa corrente de pensamento, que, teoricamente seria solidária de uma sociedade com menos intervenção do estatal.

Na atual conjuntura, o governo brasileiro, vem agindo em consonância com os meios de resistência que esse ideário detém para reagir aos desgastes advindos da crise sanitária. A partir desta lógica, procuramos por meio desse trabalho, compreender de que forma o neoliberalismo – em sua configuração mais agressiva – do governo de extrema direita de Jair Bolsonaro vem se apropriando da crise sanitária da COVID-19 para fortalecer seus principais dogmas.

O ideário neoliberal é mais do que uma intervenção na esfera da coordenação da economia. Essa economia social e de mercado, age diretamente na configuração dos conflitos sociais e na estrutura psíquica dos indivíduos (SAFATLE, 2021). É nesse sentido, que o governo Bolsonaro reafirma e aprofunda o projeto neoliberal em nossa sociedade.

Mediante nossa pesquisa identificamos como grande problemática no enfrentamento a crise do novo coronavírus, os discursos e ações negacionistas do chefe de Estado. Essa problemática, multiplicou-se ao longo de quase dois anos de pandemia, dificultando seriamente o combate ao coronavírus.

O primeiro obstáculo na luta contra a crise, foi a relação entre Bolsonaro e os ex-ministros da saúde, Luiz Henrique Mandetta e Nelson Teich. No início da pandemia, a atuação do Ministério da Saúde obteve uma boa avaliação, no entanto, poucos meses depois, a pasta passou a enfrentar uma gestão desastrosa.

Com a chegada do novo vírus e pressionado a dar respostas emergenciais a crise sanitária que se instaurava, Mandetta apoiou-se na ciência e nas recomendações internacionais da Organização Mundial da Saúde (OMS). Porém, com o presidente focado nos efeitos das medidas indicadas pela OMS à economia, um confronto direto se instalou entre presidente e ministro.

Bolsonaro, passou a desafiar pessoalmente e publicamente as medidas adotadas pelo ministro saúde, em especial as de distanciamento social. Porém, muito além disto, o presidente passou a pressionar Mandetta a criar um protocolo que indicasse o uso da cloroquina – medicamento sem eficácia comprovada - no tratamento da COVID-19. Isto, só aumentou a tensão entre presidente e equipe técnica da saúde resultando a exoneração do então ministro.

Em meio ao caos sanitário, a exoneração de um cargo de chefia na pasta da saúde, não poderia resultar, se não, em um agravamento da situação. Diante da crise, a nomeação de um próximo ministro foi imediata. Nelson Teich, especialista em gestão da saúde, passou a assumir o ministério.

Mas Teich não correspondeu às expectativas de Bolsonaro. Igualmente o ex-ministro, não se alinhou as medidas ancoradas na retórica presidencial. Teich, também acreditava na ciência e foi contra a implementação da cloroquina que tanto Bolsonaro promove até os dias de hoje.

A tentativa de alinhamento entre ministro e presidente que não avançou, acabou tendo fim vinte e oito dias após sua posse. A continuidade da politização do Ministério da Saúde, intensificou-se com a nomeação do general do Exército brasileiro, Eduardo Pazuello, para ministro da pasta.

Pazuello não só entrou em consenso com o presidente, como iniciou o processo de militarização da pasta da saúde. Sendo assim, promoveu a exoneração de funcionários de carreira e nomeou militares para cargos de alto escalão dos ministérios¹¹².

Logo que assumiu, o general “lançou um protocolo de tratamento da covid-19 autorizando o uso da cloroquina nos serviços de saúde. O uso do medicamento foi recomendado mesmo sem estudo comprovando sua eficácia” (OLIVEIRA; FERNANDEZ, 2021, p. 295).

Bolsonaro conseguiu desta vez um aliado, que assim como ele trabalharia em prol de medidas que favorecessem o mercado e não a saúde da população. Que contribuiria com medidas que não interfeririam na produção da estrutura capitalista.

A pesquisa também mostrou o conflito entre o governo Bolsonaro e governadores e prefeitos na gestão das medidas que deveriam ser adotadas em combate a pandemia. E,

No dia 14 de maio de 2020 o presidente Bolsonaro declarou que estamos em guerra. Mas ele não se referia à questionável metáfora utilizada por outros presidentes quando falam de guerra contra a pandemia. Pelo contrário, o presidente Bolsonaro preferiu declarar guerra aos governadores e prefeitos que, em diferentes estados do Brasil, defendem a implantação de políticas de isolamento social. E para isso, pediu ajuda aos empresários afirmando que eles devem obstaculizar as medidas de quarentena. De fato, essa guerra enunciada e declarada em 14 de maio já estava em curso desde o momento em que começaram a implementar-se as primeiras medidas de controle da epidemia, agravando-se depois da demissão do ministro Henrique Mandetta (CAPONI, 2020, p. 210).

¹¹² Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55923963>.

Em meio a negação da COVID-19 por parte do chefe do executivo, a tradição de outros presidentes brasileiros, de liderar e coordenar ações governamentais em momentos de crise foi quebrada.

Os materiais coletados para a fundamentação desse trabalho – falas proclamadas em mídias digitais e redes nacionais, pronunciamentos oficiais, documentos norteadores de gestão – expõem um governo que trabalha na promoção de discursos e práticas que afetam não só a economia e a política, mas também a subjetividade dos indivíduos. Que promovem a individualização e a concorrência entre os sujeitos em todas os âmbitos de sua vida. E que terceiriza constantemente a responsabilização da proteção contra o vírus aos próprios indivíduos.

Essa terceirização, traduz primordialmente a ideia do Estado não intervencionista. Do Estado que deve apenas cumprir o papel de estabilizador da economia, de zelador do bom funcionamento do mercado e de criador de mecanismos que garanta a sua ordem (MISES, 2010).

Ficou evidente em pronunciamentos e entrevistas concedidas por Bolsonaro, que para ele o problema do novo coronavírus, está na necessidade de aplicação de medidas que viriam estagnar a economia e gerar desemprego, como: isolamento social, fechamento de cinemas, bares e restaurantes, teatros e suspensão de eventos esportivos e religiosos.

O negacionismo científico e as narrativas conspiratórias que permeiam o governo Bolsonaro, como também a ausência de uma séria atuação por parte deste, levaram o país a um baixo nível de isolamento social e ao segundo lugar no *ranking* mundial de casos confirmados de contaminados e de óbitos.

Na quadro abaixo é possível uma compreensão mais nítida das narrativas predominantes do período pandêmico, assim como as explicações das categorias por elas adotadas.

TABELA 1 – NARRATIVA PREDOMINANTE NAS CATEGORIAS

CATEGORIA	DESCRIÇÃO DA CATEGORIA	NARRATIVA PREDOMINANTE
Políticas de enfrentamento à Covid-19	Refere-se às informações que tratam das políticas que estão sendo realizadas pelo Governo com relação à crise pandêmica.	As narrativas mais predominante nesta categoria foram as divulgações da aprovação do Auxílio Emergencial e recursos para os Estados, a divulgação de reuniões ministeriais bem como o investimento do Governo para a produção do medicamento Hidroxicloroquina.

Apoio ao uso da Hidroxicloroquina	Aqui, concerne a promoção e apoio de Bolsonaro ao uso do medicamento para o tratamento da Covid-19.	Foi predominante o compartilhamento de vídeos de supostos cientistas afirmando a eficácia da Cloroquina.
Contaminação entre membros da comitiva do governo	Refere-se às postagens sobre a contaminação de membros e aliados do governo Bolsonaro enquanto participavam da comitiva brasileira em uma visita aos Estados Unidos.	Imperou a narrativa do teste negativo do presidente Bolsonaro, que reafirmou nas postagens estar bem e saudável.
Críticas a governadores e às políticas adotadas	Esta categoria se refere `falas e postagens, nas quais o presidente tece críticas às políticas adotadas nos Estados com relação à pandemia.	Aqui, a narrativa dominante é sobre às críticas às medidas “exageradas” de isolamento, adotadas por governadores, e o ataque ao governador de São Paulo, João Doria (PSDB) foi mais recorrente.
Críticas ao isolamento social/Apoio à abertura do comércio	Referem-se às narrativas, nas quais o presidente defende o fim do isolamento social, medida recomendada pela OMS.	A predominância nesta categoria foi de vídeos com críticas ao isolamento social seja por parte de pessoas comuns ou representantes de sindicatos comerciais.
Dados de contágios no Brasil	Sobre esta categoria, destacam-se as narrativas nas quais se apresentam os números de contágios e mortos pela doença no Brasil.	Quadros que trazem os números de contágios e mortos no Brasil comparando-os com os de outros países.
Conversas com apoiadores no Palácio da Alvorada	Esta categoria traz postagens de vídeos, que mostram Bolsonaro conversando com apoiadores na entrada do Palácio da Alvorada.	Vídeos, nos quais Bolsonaro conversa com apoiadores, reforçando os ataques à imprensa e o descrédito ao isolamento social. Bolsonaro, também, reforça a ideia de que o isolamento contribui para o desemprego e a crise econômica.
Críticas à imprensa	Referem-se, aqui, às postagens em mídias sociais e falas de ataque especificamente à imprensa.	A narrativa predominante é a cobertura midiática “sensacionalista” em relação à pandemia por parte de alguns veículos de comunicação, como a Rede Globo e o jornal <i>Folha de S. Paulo</i> .
Embate/Saída do Ministro da Saúde, Mandetta	Refere-se à narrativas que evidenciam especificamente o atrito entre Bolsonaro e o ex-ministro da Saúde, Henrique Mandetta.	Nesta categoria, predominam as postagens e discursos que demonstram a falta de alinhamento de Bolsonaro com o então ministro da Saúde, que acabou culminando em sua saída.
Postagens de otimismo, superação e religiosidade	Esta categoria apresenta postagens, nas quais o presidente traz mensagens religiosas, de otimismo e de superação em meio à pandemia.	A narrativa predominante é a de que o Brasil vai superar a crise gerada pela pandemia; mensagens religiosas, também, têm destaque, com citações bíblicas.

Manifestações de apoiadores	Estas publicações se referem a compartilhamentos de imagens e vídeos de manifestações de apoiadores do presidente.	Vídeos e imagens das manifestações, demonstrando a força dos apoiadores do presidente; algumas mostram o presidente indo cumprimentar os manifestantes.
Informações de pesquisas em desenvolvimento	Esta categoria traz postagens referentes a pesquisas realizadas no Brasil e no mundo relacionadas à Covid-19.	Aqui, a narrativa que predomina é a de otimismo, em que vacinas e medicamentos estão em estudo, reforçando que o isolamento total não é necessário.
Fechamento de fronteiras	Trata-se de postagens referentes à política brasileira com relação ao fechamento de fronteiras como forma de minimizar a contaminação vinda de outros países.	A narrativa predominante é o fechamento da fronteira com a Venezuela pela falta de políticas adotadas pelo governo em relação à doença.
Crise com a China	Algumas instabilidades com a China foram criadas por integrantes do governo Bolsonaro ou por aliados. Dessa forma, estas postagens se referem à forma como Bolsonaro lidou com esta crise.	Nesta categoria, predominam-se postagens, que demonstram não haver crise com a China.
Resgate de brasileiros no exterior	Esta categoria se refere às postagens, que destacam as medidas que o governo tomou para repatriar brasileiros que não conseguiam voltar ao País.	A predominância nestas postagens é a eficiência do governo em resgatar brasileiros que querem voltar, mas não conseguem devido ao fechamento de fronteiras.
Agradecimento aos profissionais de saúde	Referem-se às postagens de agradecimento do presidente aos profissionais da saúde, que estão na linha de frente da pandemia.	Narrativa de empatia e agradecimento aos profissionais da saúde.
Chamadas para <i>lives</i> e pronunciamentos em cadeia de rádio/TV e entrevistas	Esta categoria traz destaque às postagens, que chamam os seguidores de Bolsonaro para acompanhar suas falas em <i>lives</i> , entrevistas e pronunciamentos realizados em cadeia de rádio e TV.	Divulgação das <i>lives</i> , entrevistas e pronunciamentos a serem realizados pelo presidente Bolsonaro.
Doações recebidas	Trata-se de postagens referentes às doações de empresas para ajuda nas políticas sociais e de combate ao novo coronavírus.	Divulgação de empresas e entidades, que prestaram doações para o combate à Covid-19 no Brasil; uma delas foi a Petrobrás.
Reprodução de pronunciamentos	Estas publicações se referem a compartilhamentos de imagens e vídeos de manifestações de apoiadores do presidente.	Vídeos e imagens das manifestações, demonstrando a força dos apoiadores do presidente; algumas mostram o presidente indo cumprimentar os manifestantes.

Fonte: FERNANDES, *et al* (2020).

A pressão que essas narrativas exercem sobre a população e contra governadores e prefeitos que atuaram em divergência do governo federal, resultou, após algum tempo, no relaxamento das medidas de isolamento. Tal relaxamento não se deu mediante o aumento de testagem da população, logo, o agravamento da crise foi constatado, transparecendo a ineficiência do Ministério da Saúde e de governos estaduais na condução da pandemia.

Os dados analisados só confirmaram que o governo Bolsonaro vem atuando diante do impasse de manter as pessoas vivas ou a economia girando. O neoliberalismo, conduzido por esse governo grita: a economia não pode parar! E, os discursos, publicações nas mídias sociais e ações do presidente estimularam parte significativa do empresariado a se posicionar contra as medidas de isolamento social.

Fileiras de anti-isolamento se avolumaram com o estímulo de segmentos radicais pró-governo e por líderes evangélicos de projeção nacional. Diante disto, lançaram-se às ruas em diferentes cidades pedindo a volta das atividades econômicas.

Não demorou muito para as manifestações acerca das medidas de isolamento derivarem em uma disparatada agenda inconstitucional de ataque as instituições e aos princípios democráticos (FONSECA; SILVA, 2020). Portanto, uma mistura que une: defesa da intervenção militar, combate ao fantasma do comunismo, fechamento do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Congresso Nacional se fortificou.

Tudo que foi exposto ao longo da pesquisa, gerou um leque de consequências gravíssimas para a população brasileira. Ao manter ações e discursos desconectados das recomendações técnicas para o enfrentamento da pandemia, o governo federal renunciou ao papel de coordenar a política de saúde.

Dessa forma, falhou em uma série de questões centrais, como: a não compra e distribuição de testes em quantidade mínima necessária, a não divulgação do número de testes realizados diariamente, seus tipos e taxas de positividade; falta de fortalecimento da Atenção Básica no nível municipal; profissionais da linha de frente dos serviços de saúde sem proteção, sem treinamento e recursos adequados de prevenção; falta de suporte da saúde do indígena e do sistema prisional (OLIVEIRA; FERNANDEZ, 2021).

Portanto, mediante o exposto, concluímos que o governo de Jair Messias Bolsonaro atuou e vem atuando diante da crise do novo coronavírus pautado totalmente por concepções neoliberais. E em concordância com Fonseca e Silva (2020) essa atuação culmina em uma ação conjunta com o ideário protofascista militante que a tudo relativiza em virtude de uma pauta reacionária que se alimenta em teorias negacionistas e conspiracionistas.

Em suma, tem sua prática administrativa conduzida por duas frentes principais de raiz neoliberal. Primeiro, a via estrutural, que atua por intermédio da pauta reformista instituída pelo discurso da austeridade fiscal. Segundo, pela tentativa constante da estipulação da lógica neoliberal do “empreendedor de si” na subjetividade dos sujeitos, causando-lhes a falsa sensação de autonomia, liberdade e inserção nas instâncias decisórias da ordem social.

REFERÊNCIAS

- AB` SÁBER, T. Psicologia de massas e a nova direita no Brasil. Disponível in: https://medium.com/@noleme_br/psicologia-de-massas-e-a-nova-direita-no-brasil-tales-abs%C3%A1ber-4dabbeba4977. Acesso em 16/04/2021.
- ALMEIDA, A. F. S. Do golpe de 2016 ao Bolsonarismo: o neofascismo no brasil. Goiana, 2021. Disponível em: <http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/bitstream/tede/4651/2/Alex%20Fernandes%20Silva%20de%20Almeida.pdf> . Acesso em 20/09/2021.
- ALVES, G. Nova ofensiva do capital, crise do sindicalismo e as perspectivas do trabalho – o Brasil nos anos noventa. In: Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho. – 2. Ed. – São Paulo: Cortez; Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 1998. P. 109-163.
- _____. O golpe de 2016 no contexto da crise do capitalismo neoliberal. Disponível in: <https://blogdaboitempo.com.br/2016/06/08/o-golpe-de-2016-no-contexto-da-crise-do-capitalismo-neoliberal/>. Acesso em 16/02/2020.
- ALVES, J. E. D. O voto evangélico garantiu a eleição de Jair Bolsonaro. Disponível in: <https://www.ecodebate.com.br/2018/10/31/o-voto-evangelico-garantiu-a-eleicao-de-jair-bolsonaro-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves/>. Acesso em 21/09/2021.
- ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.
- ANIELLE, C. S. O voto evangélico garantiu a eleição de Jair Bolsonaro. Unisinos.br. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/584304-o-voto-evangelico-garantiu-a-eleicao-de-jair-bolsonaro>. Acesso em: 25 Nov. 2021.
- ANTUNES, R. As rebeliões de junho de 2013. In: Jornadas de junho: a revolta popular em debate. ICP, São Paulo, junho de 2014. p. 19-40.
- ALVES, G. Nova ofensiva do capital, crise do sindicalismo e as perspectivas do trabalho – o Brasil nos anos noventa. In: Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho. – 2. Ed. – São Paulo: Cortez; Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 1998. P. 109-163.
- _____. O golpe de 2016 no contexto da crise do capitalismo neoliberal. Disponível in: <https://blogdaboitempo.com.br/2016/06/08/o-golpe-de-2016-no-contexto-da-crise-do-capitalismo-neoliberal/>. Acesso em 16/02/2020.
- AVRITTZER, L. Política e antipolítica. Google Books. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=6onrDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT2&dq=crise+do+governo+bolsonaro&ots=5->

xkxIAqTL&sig=gHXnGX9KQkbFn3ik_nOg_Kzefa8#v=onepage&q=crise%20do%20governo%20bolsonaro&f=false . Acesso em: 10 Nov. 2021.

BANDEIRA, Moniz. Moniz Bandeira denuncia apoio dos EUA a golpe no Brasil. Disponível em: **<https://www.sul21.com.br/ultimas-noticias/politica/2016/06/moniz-bandeira-denuncia-apoio-dos-eua-a-g>**. Acesso em 29 de novembro de 2020 às 16:46.

BASTOS, P. P. Z. Ascensão e crise do governo Dilma Rousseff e o golpe de 2016: poder estrutural, contradição e ideologia. In: Revista de Economia Contemporânea. Disponível em: **http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1415-98482017000200209&script=sci_abstract&tlng=pt**. Acesso em 14 de Jan. de 2020.

BERMÚDEZ, A. C. Sem provas, Weintraub diz que federais tem plantações extensivas de maconha. Disponível em: **<https://educacao.uol.com.br/noticias/2019/11/22/weintraub-ha-plantacoes-extensivas-de-maconha-em-universidades-federais.htm>**. Acesso em: 19 set. de 2021.

BENSUSAN, H. “E daí? Todo mundo morre” A morte depois da pandemia e a banalidade da necropolítica. | N-1 Edições. n-1 edições. Disponível em: **<https://www.n-1edicoes.org/textos/6>** . Acesso em: 20 Nov. 2021.

BOITO JR, A. Hegemonia neoliberal e sindicalismo no brasil. In: Revista Crítica Marxista, n. 3, Rio de Janeiro, Editora Revan, 1996.

_____. Os atores e o enredo da crise política. In: Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. – 1. Ed. – São Paulo: Boitempo, 2016, p. 23-30.

BONIM, R. Dilma e Lula sabiam de tudo, diz Alberto Youssef à PF. Disponível in: **<https://veja.abril.com.br/brasil/dilma-e-lula-sabiam-de-tudo-diz-alberto-youssef-a-pf/>**. Acesso em: 05/04/2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância da Saúde. Boletim epidemiológico especial: doença pelo coronavírus COVI-19. Disponível em **<https://antigo.saude.gov.br/images/pdf/2020/July/22/Boletim-epidemiologico-COVID-23-final.pdf>**. Acesso em: 29/10/2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância da Saúde. Boletim epidemiológico. Infecção Humana pelo Novo Coronavírus (2019- nCoV). Disponível em: **<https://portalarquivos.saude.gov.br/images/pdf/2020/April/17/2020-04-16---BE10---Boletim-do-COE-21h.pdf>**. Acesso em: 29/10/2021.

CAPONI, S. Covid-19 no Brasil: entre o negacionismo e a razão neoliberal. Estudos Avançados, v. 34, n. 99, p. 209–224, 2020. Disponível em: **<https://www.scielo.br/j/ea/a/tz4b6kWP4sHZD7ynw9LdYYJ/?lang=pt>** . Acesso em: 17 Nov. 2021.

CAPONI, S. BRZOZOWSKI, F. S. HELLMANN, F. BITTENCOURT, S. O uso da cloroquina: COVID-19, negacionismo e neoliberalismo. Disponível em: **<file:///C:/Users/Samsung/Desktop/OneDrive/1699.pdf>** . Acesso em: 28 Nov. 2021.

CASIMIRO, F. H. C. A nova direita: Aparelhos de ação política e ideológica no Brasil contemporâneo. – 1. Ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2018. 583 p.

CASARA, R. R.R. Bolsonaro: o mito e a sintoma – São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.

CARVALHO, M. Coronavírus: pandemia não é uma questão de opinião de opinião – a relativização das verdades na retórica bolsonarista. Disponível em:

https://esportes.yahoo.com/noticias/coronavirus-opinioao-retorica-jair-bolsonaro-relativizacao-verdades-171916502.html?guccounter=1&guce_referrer=aHR0cHM6Ly93d3cuZ29vZ2xlLmNvbS8&guce_referrer_sig=AQAAAMnrOlMyCoDCeayt2B3T5Vh7fGZTAte9rXnhjXdGbeqx bV4W9kri5DI1hHnNJrE2fRTbouqraSM3VCtdnVpXa-16M3E2GFsmrj0AjUa4Bdq-hdBjJ5swoiz1WY5S55oWfp46CVTAe111eagxODnOSMJDgpjrIUZwjWLI46KwHD4 . Acesso em: 10 Nov. 2021.

CARVALHO, O. Comunismo e crime, uma investigação sobre a mentalidade do estamento burocrático brasileiro. YouTube, 25 Abr. 2020. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=lpeGLjfEM2E&t=280s>. Acesso em 26 Nov. 2021.

CEPÊDA, V.A. A nova direita no Brasil: contexto e matrizes conceituais. Disponível in:

<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/viewFile/34801/pdf>. Acesso em: 01 Abr. 2021.

CHOSSUDOVSKY, Michel. Golpe ‘made in USA’: Queda de Dilma foi ordenada por Wall Street? Disponível em: **<https://www.redebrasilatual.com.br/blogs/blog-na-rede/2016/09/golpe-made-in-usa-queda-de-dilma-foi-ordenada-por-wall-street-7689/>**.

Acesso em: 29 Nov. 2020.

COLETTA, R. D. Bolsonaro mentiu ao falar de livro de educação sexual no ‘Jornal Nacional’. Disponível in:

https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/29/politica/1535564207_054097.html. Acesso em 21 Julho 2021.

COLETTA; R. D. Olavo de Carvalho, o Brasil só fala dele. El País Brasil. Disponível em:

https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/27/politica/1543319632_709659.html . Acesso em: 28 Nov. 2021.

DARDOT, P.; LAVAL, C. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. 1. Ed. – São Paulo: Boitempo, 2016. DE SOTO, Jesus Huerta. A Escola Austríaca. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.100p.

DELCOURT, L. Um *Tea Party* tropical: a ascensão de uma “nova direita?” no Brasil.

Disponível in: **file:///C:/Users/Samsung/Downloads/31852-99085-1-PB.pdf**. Acesso em: 06 Abril 2021.

DIBAI, C. P. A direita radical no Brasil pós-redemocratização: o caso de Jair Bolsonaro. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. P. 164, 2018. Disponível em:

https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/28473/1/Disserta%20c3%a7%20c3%a3o_Priscilla_Dibai_final.pdf. Acesso em: 27 Nov. 2021.

DUNKER, C. Subjetividade em tempos de pós-verdade. In: Ética e Pós-verdade

FERREIRA, I. “Tratamento precoce” e “kit covid”: a lamentável história do combate à pandemia no Brasil. Jornal da USP. Disponível em:

<https://jornal.usp.br/ciencias/tratamento-precoce-e-kit-covid-a-lamentavel-historia-do-combate-a-pandemia-no-brasil/> . Acesso em: 18 Nov. 2021.

Fº MARANHÃO, E. M. A; COELHO, F. M. F; DIAS, T. B. “Fake News acima de tudo, fake news acima de todos” : Bolsonaro e o “kit gay”, “ideologia de gênero” e fim da “família tradicional”. Disponível in: **<file:///C:/Users/Samsung/Downloads/9299-32687-4-PB.pdf>**. Acesso em: 21 Julho 2021.

FILHO, A. S; MORAIS, L. Brasil: neoliberalismo versus democracia. – Ed. – São Paulo: Boitempo, 2018.

FONSECA, A. D.; SILVA, L. A. da S. O neoliberalismo em Tempos de Pandemia: o Governo Bolsonaro no contexto de crise da Covid -19. Disponível em:

<https://online.unisc.br/seer/index.php/agora/article/view/15461> Acesso: 29 Nov. 2021.

GANÉM, Ângela. Hayek: da teoria do mercado como ordem espontânea ao mercado como fim da história. Política & Sociedade – Florianópolis – Vol. 11 – Nº 22 - Novembro de 2012.

GARCIA, G.; GOMES, P. H.; VIANA, H. “E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê?”, diz Bolsonaro sobre mortes por coronavírus; “Sou Messias, mas não faço milagre.” G1. Disponível em: **<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/28/e-dai-lamento-quer-que-eu-faca-o-que-diz-bolsonaro-sobre-mortes-por-coronavirus-no-brasil.ghtml>** . Acesso em: 20 Nov. 2021.

GAZETA DO POVO. China conhecia código genético do coronavírus uma semana antes de compartilhá-lo. Disponível em: **<https://www.gazetadopovo.com.br/mundo/china-sabia-codigo-genetico-coronavirus-antes-compartilhar/>**. Acesso em: 30 Out. 2021.

GOMES, W. Revista Cult. Revista Cult. Disponível em:

<https://revistacult.uol.com.br/home/o-complo-comunista-como-matriz-governamental-de-bolsonaro/> . Acesso em: 28 Nov. 2021.

HARDMAN, F.F. O desgoverno Bolsonaro e o Estado do Mal-Estar: desafios a resistência e luta das esquerdas. In: O Brasil em colapso / Esther Solano Gallego, organizadora. – São Paulo: Editora Unifesp, 2019. – p. 121-134.

HARVEY, D. Política anticapitalista em tempos de coronavírus. Blog da Boitempo.

Disponível em: **<https://blogdaboitempo.com.br/2020/03/24/david-harvey-politica-anticapitalista-em-tempos-de-coronavirus/>** . Acesso em: 29 Nov. 2021.

HAYEK, F. A. O caminho da servidão. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

HOME - DPL - Docentes Pela Liberdade. DPL - Docentes Pela Liberdade. Disponível em: **<https://dpl.org.br/>** . Acesso em: 28 Nov. 2021.

JESUS, C. G. N; GRANDRA, E. A. Vista do O negacionismo renovado e o ofício do Historiador. Pucrs.br. Disponível em:
<https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/iberoamericana/article/view/38411/26446> .
 Acesso em: 28 Nov. 2021.

JUCÁ, B. Pazuello atordoa CPI com mentiras para blindar Bolsonaro, mas enfrenta novo 'round' nesta quinta. Acesso em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-05-19/pazuello-atordoa-cpi-com-mentiras-para-blindar-bolsonaro-mas-enfrenta-novo-round-nesta-quinta.html>. Acesso em 9/11/2021.

JUNIOR, A. F. dos S. Pressupostos do neoliberalismo, reforma do Estado e agências reguladoras. 99 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Londrina. 2012.

JUNQUEIRA, C; MACHIDA; KENZÔ. Após 29 dias no cargo, Nelson Teich pede demissão do Ministério da Saúde. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/nelson-teich-pede-demissao-do-ministerio-da-saude/>. Acesso em: 9 Nov. 2021.

LEMO, C. R. F. A derrubada da PEC 37, as manifestações de junho de 2013 e as ações de comunicação do Ministério Público. Disponível in: <http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2015/04/GT5-Lemos.pdf>. Acesso em: 24 Out. 2020.

LIMA, S. Politiquem: plataforma reúne posicionamentos dos 13 candidatos ao Planalto. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/eleicoes/politiquem-plataforma-reune-posicionamentos-dos-13-candidatos-ao-planalto/>. Acesso em: 17 Agosto 2021.

LOWY, M. Da tragédia a farsa: o golpe de 2016 no Brasil. Os atores e o enredo da crise política. In: Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. – 1. Ed. – São Paulo: Boitempo, 2016, p. 61-68.

KANAAN, Gabriel Lecznieski. O BRASIL NA MIRA DO TIO SAM: O PROJETO PONTES E A PARTICIPAÇÃO DOS EUA NO GOLPE DE 2016. Disponível em: <http://historiadoseua.uff.br/wp-content/uploads/sites/113/2019/11/FERRAZ-PELEGRINELLI-org.-Anais-do-V-Encontro-Nacional-de-Hist%C3%83%C2%B3ria-dos-Estados-Unidos.-Londrina-UEL-2019.pdf#page=11>. Acesso em 28 de novembro de 2020 às 15: 16.

MACHADO, R. P. Amanhã vai ser maior: o que aconteceu com Brasil e as possíveis rotas de fuga para a crise atual. – São Paulo: Planeta do Brasil, 2019.

MACHADO, R. P. Sinofobia já é um fenômeno global. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/opiniao/2020-06-27/sinofobia-ja-e-um-fenomeno-global.html>. Acesso em: 19 Nov.2021.

M, J. A. Maltez.info. Disponível em:
<http://maltez.info/aaanetnovabiografia/Conceitos/Neomarxismo.htm> . Acesso em:
 28 Set. 2021.

MARIUTTI, E. Olavo de Carvalho e a onda conservadora contemporânea. [s.l.: s.n.], 2020. Disponível em:

<https://www.economia.unicamp.br/images/arquivos/artigos/TD/TD380.pdf>. Acesso em: 29 Nov. 2021.

MARTINS, H. Mais conservador, Congresso eleito pode limitar avanços em direitos humanos. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2014-10/mais-conservador-congresso-eleito-pode-limitar-avancos-em-direitos-humanos>. Acesso em: 22 Julho 2021.

MARX, K. O 18 brumário de Luís Bonaparte. – São Paulo: Boitempo, 2011.

MASCARO, L. A. Dinâmica da crise e do golpe: de Temer a Bolsonaro. In: Margem esquerda., n. 32, São Paulo, Editora Boitempo, 2019.

MATTOS, M; RODRIGUES, P; BORGES, B. Teich diz que pediu demissão em razão de desejo do governo de ‘ampliação do uso da cloroquina’. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/05/05/teich-cpi.ghtml>. Acesso em: 9 Nov. 2021.

MEDEIROS FILHO, B. O golpe no Brasil e a reorganização imperialista em tempo de globalização. In: O golpe de 2016 e educação no Brasil. Uberlândia: Navegando Publicações, 2018. p. 5-25.

MELO, D. A direita ganha as ruas: elementos para um estudo das raízes ideológicas da direita brasileira. In: A onda conservadora: ensaios sobre os atuais tempo sombrios. Brasil / Felipe Demier e Rejane Hoeveler, (org.) - 1ªed. - São Paulo: Mauad X, 2016. p. 77-92.

MEQUIOR, J. G. O liberalismo – antigo e moderno. – 3. Ed. – São Paulo: É realizações, 2014. 384p.

MOURA, M. COBERLLINI, J. A eleição disruptiva: por que Bolsonaro venceu. -1. Ed- Rio de Janeiro: Record, 2019.

NEVES, A. L. M.; FERREIRA, B. de O. Narrativas entre ciência e política no ativismo da cloroquina. Psicologia & Sociedade, v. 32, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/HKcwyWYWjB39fcFbbxFf44J/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 Nov. 2021.

NICOLAU, J. O Brasil dobrou à direita: uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018. – 1. Ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

MISES, Ludwig von. As seis lições. Tradução de Maria Luiza Borges – 7ª edição – São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2009.

_____. Liberalismo: segundo a tradição clássica. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010. 125p.

_____. O cálculo econômico sob o socialismo. Tradução de Leandro Augusto Gomes Roque. – São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2012. 56p

OLIVEIRA, F. P. de; VANNI, T.; PINTO, H. A.; *et al.* Mais Médicos: um programa brasileiro em uma perspectiva internacional. Interface - Comunicação, Saúde, Educação,

v. 19, n. 54, p. 623–634, 2015. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/icse/a/KjzqwvYhM4NRvdDCyRJHvkD/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 27 Nov. 2021.

OLIVA, G. 251 mil mortes por covid: Relembre as falas de Bolsonaro sobre a pandemia.

Disponível em: <https://www.poder360.com.br/1-ano-de-covid-no-brasil/251-mil-mortes-por-covid-relembre-as-falas-de-bolsonaro-sobre-a-pandemia/>. Acesso em 09 Nov. 2021.

OLIVEIRA, M. Saúde admite ineficácia de cloroquina e outros medicamentos do “kit covid” - Congresso em Foco, Congresso em Foco. Disponível em:

<https://congressoemfoco.uol.com.br/area/congresso-nacional/saude-admite-ineficacia-de-cloroquina-e-outros-medicamentos-do-kit-covid/>. Acesso em: 24 Nov. 2021.

OLIVEIRA, R. Governo Bolsonaro prega “negacionismo histórico” sobre a ditadura. El País Brasil. Disponível em:

https://brasil.elpais.com/brasil/2019/04/05/politica/1554419295_939718.html . Acesso em: 28 Nov. 2021.

OPAS. Histórico da pandemia de COVID-19. Disponível em:

<https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>. Acesso em: 27/10/2021.

PATRIOTA, F. Bolsonaro, uma crise sem precedentes. Disponível em:

<https://www.brasildefatopb.com.br/2020/12/11/bolsonaro-uma-crise-sem-precedentes>. Acesso em 07 Nov. 2021.

PEREZ, R. O negacionismo científico olavista: a radicalização de um certo regime epistemológico. Disponível em:

https://www.academia.edu/40567918/O_negacionismo_cient%C3%ADfico_olavista_a_radicaliza%C3%A7%C3%A3o_de_um_certo_regime_epistemol%C3%B3gico .

Acesso em: 25 Nov. 2021.

PINTO, Céli Regina Jardim. A trajetória discursiva das manifestações de rua no Brasil (2013-2015). Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ln/n100/1807-0175-ln-100-00119.pdf>.

Acesso em: 25 Nov. 2020.

PINHEIRO, C. Grande estudo mostra como o coronavírus chegou e se espalhou no Brasil.

Disponível em: <https://saude.abril.com.br/medicina/grande-estudo-mostra-como-o-coronavirus-chegou-e-se-espalhou-pelo-brasil/>. Acesso em 28 Out. 2021.

PITASSE, M. As fake News e a disputa política por desinformação. Disponível in:

<https://www.brasildefato.com.br/2020/07/20/artigo-as-fake-news-e-a-disputa-politica-por-desinformacao>. Acesso em: 06 Abril 2021.

PUGLIA, L. Anticomunismo militante de Olavo de Carvalho. *et al.* 43º Encontro Anual da Anpocs SPG08 Direitas no Brasil Contemporâneo. [s.l.: s.n., s.d.]. Disponível em:

<https://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/43-encontro-anual-da-anpocs/spg-6/spg08-6/11915-o-anticomunismo-militante-de-olavo-de-carvalho/file> . Acesso em:

28 Nov. 2021.

PULLIN, L. A negação como governamentalidade em Olavo de Carvalho. [s.l.: s.n., s.d.]. Disponível em:

https://www.snh2021.anpuh.org/resources/anais/8/snh2021/1628634108_ARQUIVO_fe1950f5d0cb4847f32ec69672367ee3.pdf . Acesso em: 28 Nov. 2021.

REIS, C. Vista do O INTELLECTUAL ORGÂNICO DO BOLSONARISMO E O CASO DA PANDEMIA. Periodicos.uff.br. Disponível em:

<https://periodicos.uff.br/enfil/article/view/44509/27580>. Acesso em: 28 Nov. 2021.

SALGADO, M. das G. A Justiça e a Liberdade Segundo F. von Hayek.

TATAGIBA, L. 1984, 1992 e 2013. Sobre ciclos de protestos e democracia no Brasil.

Disponível em: **<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2014v13n28p35/28900>**. Acesso em 10 Nov.2020.

SANTAELLA, L. A Pós verdade é verdadeira ou falsa? [recurso eletrônico] / organizado por Fabio Cypriano. – Barueri, SP: Estação das Letras e Cores, 2018. 96P.; e PUB. Disponível em: **<https://www.passeidireto.com/arquivo/67823951/a-pos-verdade-e-verdadeira-ou-falsa>** . Acesso em 25 Nov. 2021.

SP2. Carreata circula por São Paulo em protesto contra a quarentena. Disponível em:

<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/05/01/carreata-circula-por-sao-paulo-em-protesto-contr-a-quarentena.ghml>. Acesso em 11/11/2021.

SOARES, S. Que importância os políticos do país dão ao Foro de São Paulo. Gazeta do Povo.

Disponível em: **<https://www.gazetadopovo.com.br/republica/foro-de-sao-paulo-importancia-para-politicos-do-brasil/>** . Acesso em: 26 Nov. 2021.

SOUZA, J. O que significa Bolsonaro no poder. Disponível em:

<https://www.brasildefato.com.br/2019/05/08/artigo-or-o-que-significa-bolsonaro-no-poder-por-jesse-souza>. Acesso em: 28 Out. 2021.

TRUFFI, R. Quem são os manifestantes de 16 de agosto? Carta Capital, São Paulo, ago. 2015.

Disponível em: **<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/quem-sao-os-manifestantes-de-16-de-agosto-9588/>**. Acesso em: 19 Nov. 2020.

PAULANI, L. A política econômica de Bolsonaro: entre o nacionalismo de fachada e o

neoliberalismo. Disponível in: **<https://www.brasildefato.com.br/2018/12/17/turma-do-paulo-guedes-quer-aprofundar-a-cartilha-neoliberal-diz-leda-paulani>**. Acesso em: 19 março 2020.

PAULANI, L. M. Bolsonaro, o ultraliberalismo e a crise do capital. In: Margem esquerda, n. 32, São Paulo, Editora Boitempo, 2019.

PLEYERS, G. A “guerra dos deuses” no brasil: da teologia da libertação à eleição de

Bolsonaro. Educação & Sociedade, v. 41, 2020. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/es/a/hjnxq8ppn6xkbkwnvfm67q/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em:24 nov. 2021.

PINHEIRO, C. Grande estudo mostra como o coronavírus chegou e se espalhou pelo Brasil. Disponível em: <https://saude.abril.com.br/medicina/grande-estudo-mostra-como-o-coronavirus-chegou-e-se-espalhou-pelo-brasil/>. Acesso em: 28 Out. 2021.

PONTES, R. N. Mediação e serviço social: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo serviço social. – 3 ed. – São Paulo: Cortez, 2002.

REBUÁ, C.E. Das normalidades: fascismo e o Brasil sob Bolsonaro. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/artigos/das-normalidades-fascismo-e-o-brasil-sob-bolsonaro/>. Acesso em: 28 Out. 2021.

RICHARDSON, J.R. Pesquisa social: métodos e técnicas. 3. Ed. – São Paulo: Editora Atlas S.A, 1999.

SHALDERS, A. Como disputa entre Bolsonaro e Doria pode atrasar imunização dos brasileiros contra Covid-19. G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/10/21/como-disputa-entre-bolsonaro-e-doria-pode-atrasar-imunizacao-dos-brasileiros-contr-covid-19.ghtml> . Acesso em: 22 Nov. 2021.

SANTOS, A. A natureza regressiva do governo Bolsonaro. Disponível in: <https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2019/12/Agnaldo-Santos-A-natureza-regressiva-do-Governo-Bolsonaro-.pdf>. Acesso em: 10 Março 2020.

SANTOS, L. M. Ludwig von Mises como arma política da extrema-direita brasileira. Disponível in: https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/26557/1/LudwigvonMises_Santos_2018.pdf. Acesso em: 16 Março 2020.

SALATINI, R. Debate contemporâneo sobre cosmopolitismo: Novas perspectivas para a compreensão da cooperação internacional. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/papers-38-encontro/gt-1/gt24-1/9054-debate-contemporaneo-sobre-o-cosmopolitismo-novas-perspectivas-para-a-compreensao-da-cooperacao-internacional/file>. Acesso em: 28 Set. 2021.

SANTOS, F. TANSCHKEIT, T. Quando velhos atores saem de cena: a ascensão da nova direita política no Brasil. *colomb.int.* [conectados]. 2019, n.99, pp.151-186. ISSN 0121-5612. <http://dx.doi.org/10.7440/colombiaint99.2019.06>.

SOLANO, E. Bolsonarismo em crise? Disponível em: https://brasil.fes.de/fileadmin/user_upload/Bolsonarismo_em_Crise_-_Camila_rocha_e_Esther_Solano.pdf . Acesso em: 15 Out. 2021.

SOUZA, M. M. de. Revoluções Coloridas e o Golpe no Brasil em 2016. In: Revista Terra Livre, São Paulo, nº 51- ANO 33, Vol.2. p.16-53.

WEBER, M. H. Covid-19 na perversa narrativa presidencial. Ufrgs.br. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/obcomp/textos-opinioes/3/1800/covid-19-na-perversa-narrativa-presidencial/> . Acesso em: 19 Nov. 2021.

WELLEN, H. A. R. Fake news nas eleições brasileiras: manipulação comunicativa como modelo de especulação financeira. Disponível in:

file:///C:/Users/marib/Downloads/Fake_News_nas_eleicoes_brasileiras_manip.pdf.

Acesso em: 02 Março 2020.

WERNWCK, G.L.; CARVALHO M. S. A pandemia de COVID -19 no Brasil: crônica de uma crise sanitária anunciada. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/csp/a/pz75jqtqNC9HGRXZsDR75BnG/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 28 Out. 2021.

XÉU, V. A radiografia do golpe no Brasil. Disponível em:

<http://www.patrialatina.com.br/a-radiografia-do-golpe-no-brasil/>. Acesso em: 29 Nov. 2020.

[HTTPS://WWW.FACEBOOK.COM/CONEXAOPOLITICABRASIL](https://www.facebook.com/conexaopoliticabrasil). A militância médica esquerdista por trás da pesquisa com alta dosagem de cloroquina em Manaus - Conexão Política. Conexão Política. Disponível em: **<https://www.conexaopolitica.com.br/ultimas/a-militancia-medica-esquerdista-por-tras-da-pesquisa-com-alta-dosagem-de-cloroquina-em-manaus>**. Acesso em: 25 Nov. 2021.